

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA

Sandra Helena Gonçalves Costa

**DO CURRAL AO PLENÁRIO: A ARTICULAÇÃO DOS
DEPUTADOS MINEIROS NA BANCADA RURALISTA DO
CONGRESSO NACIONAL, 1999-2003**

Julho de 2007
Viçosa, Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA

**DO CURRAL AO PLENÁRIO: A ARTICULAÇÃO DOS
DEPUTADOS MINEIROS NA BANCADA RURALISTA DO
CONGRESSO NACIONAL, 1999-2003**

Monografia apresentada como exigência parcial para
a obtenção do grau de Bacharelado em Geografia pela
Universidade Federal de Viçosa.

Orientador:

Prof. Eduardo Maia

Co-orientador:

Prof. Cláudio Francisco Severino

Acadêmica:

Sandra Helena Gonçalves Costa

Viçosa (MG)
Julho/2007

Monografia defendida e aprovada em 18 de Julho de 2007, perante banca examinadora composta por:

Maria Isabel Crhysóstomo de Jesus

Marcelo Miná Dias

Cláudio Francisco Severino

Eduardo Maia

AGRADECIMENTOS

À força astral, que encontro nos amigos, na família, na arte e nas coisas da terra. À minha mãe e ao papai por acreditarem nos meus sonhos, aos meus irmãos pela união que nos renova sempre! Minha família, meu porto seguro, onde me encontro, quando me perco de mim.

Imensamente ao Cláudio Severino, por me presentear com um tema tão desafiador para pesquisa. Por ter me sensibilizado com seus ensinamentos, desde as disciplinas de Geografia Agrária e Geografia da População, e também no grupo de estudos de 'Territórios Alternativos/Agricultura Camponesa'. E por ter sido tão presente, agora na orientação nesta pesquisa, possibilitando um aprendizado rigoroso e criativo, agradeço pela humildade e generosidade convertidas numa prática dialógica e libertária que me fazem enxergar não apenas um professor, e sim um educador e amigo pela estrada afora.

Ao Eduardo Maia por ter intermediado este processo, pela paciência e dedicação ao Ensino na Geografia que, neste pouco tempo de convivência, tanto me sensibilizaram. A Isabel Crhysóstomo presença marcante na Geografia que pretendo realizar, a medida certa entre o compromisso, a sensibilidade e a criatividade, uma mulher forte! Ao Leo Civalli pela propriedade com que me apresentou a Geografia Política e eu me rendi... Estendo meus agradecimentos aos professores da Geografia e de outros cursos com quem tive a oportunidade de aprender na diversidade...

Ao professor Marcelo Miná e igualmente à Isabel Crhysóstomo pelas profundas considerações e avaliações desta monografia que despertaram para mais questões.

Aos amigos e amigas 'sigerianos' (Aníbal, André, Lelê, Wilson, Pedro, Othávio, Romina, Samuel e Thati) e à professora Lúcia Calijuri pela oportunidade diferenciada que o estágio junto ao SIGEO me proporcionou inclusive para produção dos mapas que apresento neste trabalho.

Aos amigos e amigas, aos trabalhadores e trabalhadoras populares da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFV pela aproximação transformadora com a Economia Popular Solidária, pelos dias intensos de trabalho e de sonhos.

Às amigas 'resistentes' do apartamento 208, pela paciência, solidariedade por me proporcionarem um lar apertadinho e aconchegante! Ao Fabrício anjo que apareceu no meu caminho, amigo leal que me apoiou com bálsamo e música... Aos Geoamigos de 2003, pelas nossas bagunças no 'patrimônio', almoços no RU, piadas e debates nas aulas. Com carinho guardo a característica marcante de cada e a nossa marca, 'a união na diversidade'! Aos tantos amigos com quem convivi e que trouxeram prazer e alegria ao cotidiano em Viçosa; no 1721, no Leão, na capoeira, no forró, no futebol, 'eu já estou com o pé nesta estrada qualquer dia a gente se vê...'! Obrigada

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	2
2.HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA CLASSE AGRÁRIA EAGROINDUSTRIAL.....	6
2.1 O ruralismo: movimento político organizado em momentos históricos diferenciados.....	6
2.2 Sistematização de estudos sobre o ruralismo: Onde estariam as representações de interesses no Congresso?.....	8
3. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DEPUTADOS MINEIROS E TERRITÓRIOS ELEITORAIS.....	38
3.1 Biografia dos Deputados.....	40
3.2 Perfil da Bancada Ruralista Mineira.....	65
4. PARTICIPAÇÃO DA BANCADA MINEIRA EM PROJETOS DA BANCADA RURALISTA.....	73
4.1 O Projeto de Lei 1876/99 que Propõe um Novo Código Florestal.....	74
4.2 LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2002 dispositivo que permite a renegociação das dívidas agrícolas.....	78
4.3 Participação dos Deputados Federais Ruralistas Mineiros	83
5. CONSIDERAÇÕES	86
FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	88

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender a articulação dos deputados mineiros na bancada ruralista do Congresso Nacional, na Legislatura de 1999-2003.

A Bancada Ruralista é formada por parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses de classe. Ou seja, um grupo de deputados federais que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses da classe ruralista, encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados aliados para fazer pressão sobre o Congresso e o Governo. São políticos, que em geral, tem diferentes formações profissionais e exerceram ao longo de suas trajetórias diferentes profissões: médicos, empresários, advogados, engenheiros, comerciante, bancário, economista, administrador. Porém, todos praticam alguma atividade ligada ao setor agrícola, tais como; produtor rural, cafeicultor, agropecuarista e empresário rural.

Segundo os critérios acima citados que caracterizam um perfil de um deputado 'ruralista', identifiquei doze deputados federais ruralistas representantes do estado de Minas Gerais no Congresso Nacional, na Legislatura de 1999-2003 (Aracely de Paula, Carlos Carmo Andrade Melles, Cleuber Brandão Carneiro, Edmar Moreira, Herculano Anghinetti, Jaime Martins Filho, João Lúcio Magalhães Bifano, José Perrella (Zezé Perrella), Lael Varella, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, Romel Anízio Jorge (Romão) e Silas Brasileiro).

Os doze (12) deputados federais estudados são políticos que em geral tem diferentes formações profissionais e exerceram ao longo de suas trajetórias diferentes profissões; empresários, advogados, engenheiros, comerciante, bancário, economista, administrador e corretor de seguros. Porém, todos praticam alguma atividade ligada ao setor agrícola, tais como; produtor rural, cafeicultor, agropecuarista e empresário rural. Estes deputados legislaram e a maioria ainda legisla em diferentes partidos políticos: PFL, PMDB, PPB, o que confere à bancada mineira uma característica suprapartidária, tal qual a bancada ruralista nacional.

Na Legislatura de 1999-2003 em quase todos os Estados da Federação (exceto no Distrito Federal e Amazonas), elegeram-se deputados federais ruralistas, o que dá à bancada uma força de representação nacional.

Neste estudo, dos estados que elegeram deputados ruralistas, opto por um recorte espacial que focaliza a atuação dos integrantes da Bancada Ruralista, eleitos no estado de Minas Gerais. Justifica-se tal escolha pela influência dos ruralistas mineiros na Câmara Federal, e pelo fato do estado de Minas Gerais ter elegido, no pleito de 1998, o maior número de deputados federais integrantes da Bancada Ruralista.

Sabemos das limitações de análise impostas pela divisão político – administrativa. Neste sentido, será recorrente a ampliação do foco, não com o intuito de abarcar mais elementos e sim de preencher as lacunas impostas por este recorte. Sobretudo pelo caráter da política ruralista que abrange o território nacional e se articula com organizações em escalas desde local a internacionais.

Escolhi a Legislatura 1999-2003 por ser o período onde há uma lacuna nos estudos sobre o papel exercido pela Bancada Ruralista, já que a bibliografia concentra tais análises no período da Assembléia Constituinte (1986-89) e no período seguinte (1993- 1999), quando Ronaldo Caiado, um dos grandes líderes da Bancada e da União Democrática Ruralista (UDR) a liderou. Nos anos mais recentes do governo Lula, Bruno e Carneiro (2007) têm se dedicado a estudar os ruralistas, fazendo levantamentos e análises sistemáticas acerca das ações dos parlamentares que participam da bancada, e as agências envolvidas.

Para entender a articulação dos deputados mineiros na Legislatura de 1999-2003, foi necessário construir através de um “dossiê”, que contem a vida e a trajetória política destes deputados. Foi utilizada como fonte documental para caracterização do perfil desses parlamentares, a biografia disponibilizada no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados e informações disponíveis em sítios eletrônicos das Prefeituras Municipais.

O uso das biografias apresentadas pelos deputados é bastante importante para o estudo de suas ações. Como constatou Bruno (2007: 4), elas expressam “a auto-identificação que o parlamentar faz de si próprio; como ele se define e define em sua história pessoal e pública; reflete também o que considera importante tornar público”. E acrescento, evidencia também o que as bases articuladas localmente consideram interessante divulgar sobre os feitos dos 'seus' deputados, o que pode não ser uma evidência assim tão direta, mas sim o que os deputados consideram ser a concepção das bases sobre os “seus” deputados.

Tendo a 'biografia' como instrumento de informações para as análises procurei traçar um perfil dos deputados, destacando a sua identificação profissional, tempo de permanência na Câmara dos Deputados, a participação em Comissões, Projeto de Emenda Constitucional (PECs), Projeto de Leis (PLs), a postura assumida no Congresso na representação de interesses profissionais, a vinculação com projetos de interesse da classe ruralista, e ainda a articulação com suas bases governamentais. Esta é percebida através da forte relação com governos de prefeituras municipais, e da capacidade dos deputados na mobilização de recursos em diferentes ministérios para projetos pontuais de infra-estrutura para os municípios.

Tais articulações com os governos municipais puderam ser detectadas nas 'biografias', pois foram incluídas informações sobre a mobilização de verbas em defesa de interesses destas bases.

Este tipo de ação influência e, em certa medida, garante a eleição, ou reeleição por mandatos consecutivos e configura os seus territórios eleitorais.

Para melhor entender a distribuição espacial dos votos, trabalho com a concepção de território e territorialidade discutidas por Gomes (2002), para quem territorializar consiste no movimento de um agente titular no ato de presidir a lógica da distribuição de objetos sobre uma dada superfície e de, concomitantemente, controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar. “O território é, pois, neste sentido, parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder.” Gomes (2002:12). O controle deste território expressa o poder definido pela territorialidade que é o conjunto de estratégias e de ações utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo.

Neste sentido, a distribuição espacial dos votos de cada deputado é entendida como equivalente ao “objeto de disputa pela afirmação de um poder” - revelando, pois um processo de territorialização.

Com vistas a dar maior visibilidade à configuração espacial da articulação entre os deputados e suas bases foram construídos os mapas dos territórios eleitorais de cada um dos deputados federais ruralistas mineiros e um mapa contendo todos os territórios eleitorais dos deputados no estado de Minas Gerais. Estes mapas foram confeccionados utilizando o

software ArcGis 9.0¹, a partir de dados da eleição de 1998 fornecidos pela da Justiça Eleitoral. As informações foram transpostas para os mapas com o tema Porcentagem (%) de votos por votos válidos nos municípios do estado de Minas Gerais, que cada deputado recebeu neste pleito. E também um mapa que reúne a soma dos territórios eleitorais dos deputados ruralistas mineiros, que tive como objetivo visualizar os diferentes territórios no estado como um todo.

Através destes mapas foi possível considerar que, em conjunto, estes deputados conseguem mobilizar eleitoralmente quase todos os municípios do estado de Minas Gerais, ora concentrando seus votos em alguns territórios, e ou distribuindo-os pelos municípios mineiros. Sua análise me permitiu constatar que a territorialidade eleitoral formada pelas regiões do Sul de Minas e Triângulo Mineiro foi aquela em que a ação ruralista dos deputados mineiros se manifestou de forma mais incisiva. Quer dizer, onde o maior número dos deputados (Aracely de Paula, Carlos Melles, Odelmo Leão, Romel Anísio e Silas Brasileiro) atuam e articulam suas bases, conseguindo concentrar o maior número de votos dos seus eleitores.

Entendida a articulação eleitoral no estado, procuro investigar a atuação dos deputados federais ruralistas mineiros na bancada ruralista no Congresso Nacional na Legislatura de 1999-2003, através de dois projetos considerados de relevância para a política nacional, quais sejam:

- 1) Projeto de Lei (PL) 1876/99, que trata de reservas ambientais em imóveis rurais, do licenciamento para a exploração florestal e da reposição florestal, entre outros assuntos, como a criação do novo Código Florestal Brasileiro. Além disso, O PL 1876/99 prevê que as áreas de preservação permanente e a supressão de vegetação nelas existente deverão ser autorizadas previamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
- 2) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002, na qual foi criado dispositivo que permite a renegociação das dívidas agrícolas no valor de R\$ 32 milhões.

¹ ArcGIS - é um grupo de softwares relacionados ao Sistema de informações geográficas, produzido pela empresa ESRI. Para criação dos mapas foi utilizado o ArcMap uma aplicação completa deste software. O ArcMap apresenta uma área para visualização de dados espaciais e uma Tabela de Conteúdo na qual são apresentados os conjuntos de dados associados a testes dados.

A escolha destes dois projetos foi orientada pela grande repercussão que tiveram na mídia naquele momento, e pelos desdobramentos destes projetos, para o caso do PL 1876/99 gerou acirrados debates acadêmicos.

As fontes consultadas para documentar estes projetos são na sua maioria do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados (em que pode ser consultada toda a tramitação dos projetos), e jornalísticas, sendo a maioria retirada do jornal “Folha de São Paulo”, cujas informações encontram-se mais disponíveis no sítio eletrônico.

2. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DA CLASSE AGRÁRIA E AGROINDUSTRIAL.

2.1 O ruralismo: movimento político organizado em momentos históricos diferenciados

Antes de apresentar uma discussão sobre a ênfase que tem sido dada aos estudos na questão da representação patronal e, com isso, levantar as principais formas de organização política da classe agrária e agroindustrial no Brasil, inicio a discussão acerca da concepção de ‘Ruralismo’ proposta Mendonça (1997). Nele a autora discute de modo aprofundado a institucionalização dos interesses de frações da classe dominante agrária no Brasil no período de 1888-1931. Estas idéias foram sintetizadas pela mesma autora em um verbete sobre “Ruralismo” publicado no Dicionário da Terra em 2005. Nesta publicação, propõe analisar o ‘ruralismo’ que além de uma dimensão ideológica, abarque e enfatize também o seu caráter de movimento político organizado de frações da classe agrária no Brasil em momentos históricos diferenciados.

Assim, para Mendonça, o ruralismo brasileiro, entre finais do século XIX e o início do século XX, esta inserido no contexto das mudanças ocorridas no espaço agrário internacional. Neste período foram ressaltadas inúmeras contradições inerentes ao sistema capitalista realçadas pela chamada Grande Depressão, dos anos 1870-90. Como desdobramentos desta crise, Mendonça (2005), situa o surgimento do movimento de ‘*retour à la terre*’, característico do campo político francês em fins do século XIX que deu origem ao chamado agrarismo ou ruralismo, estes termos fazendo referência tanto:

[...] a uma política agrícola que associava medidas de cunho econômico como a diminuição de impostos a favor dos agricultores, quanto a sua contrapartida ideológica, manifestada na montagem de um sistema de ensino agrícola capaz de atuar sobre o campesinato

transformando seu comportamento e sua visão de mundo. A celebração das virtudes do campo, da agricultura e do camponês foi, uma vez mais, reapropriada, demonstrando nesse momento o temor sentido pelo conjunto das frações da classe dominante agrária frente ao crescimento do proletariado urbano-industrial. [...] (Mendonça, 2005, p.410)

Ainda de acordo com esta autora, neste contexto constrói-se assim uma imagem idealizada da vida rural e seus trabalhadores, consolidada nos temas centrais da ideologia ruralista durante mais de um século.

Ampliando o sentido do termo, Mendonça também propõe que o ruralismo deva ser tomado, sobretudo, como um movimento político, constituído a partir de uma rede de posições, agentes e agências. Nesta acepção, trata de ruralismos historicamente verificados, em vez de reduzidos à condição de mera ideologia quando referida a grupos agrários, que são sempre definidos de forma vaga e pouco estudados, ou ainda refere-se a representações trans-históricas como as de saudosismo agrário ou mitos de idade do ouro. Então,

[...] ruralismo(s) significa identificar os grupos que, nos inúmeros contextos históricos, constituíram-se concretamente como os principais responsáveis pela defesa dos interesses desta ou daquela fração da classe dominante agrária, organizados por intermédio desta ou aquela instituição da sociedade civil ou da sociedade política.” (Mendonça, 2005, p.412)

A autora afirma que na explicação do ruralismo brasileiro persiste um equívoco que é reforçado quando o situam como parte de um conjunto geral de transformações suscitadas pela emergência do processo de industrialização, num país de bases agrárias, processo acompanhado pela revalorização do “mundo rural” até então predominante. Uma vez que, as mudanças costumam ser tratadas pela historiografia a partir de estudos acerca da expansão cafeeira em São Paulo, a industrialização ou ainda pela imigração européia, quer dizer, sempre priorizando os interesses da grande burguesia paulista.

Entendido assim, o ruralismo, para além de uma mera idealização do passado, desempenharia importante papel na configuração da nova ordem industrial então emergente, balizando seus contornos possíveis e dando o tom à chamada “modernização conservadora” que, no caso brasileiro, sobrepôs-se à passagem da escravidão para a

dominância do trabalho juridicamente livre, ainda que preservadas outras formas de trabalho compulsório.

Poucos trabalhos abordam especificamente o ruralismo, e quando o fazem sugerem um grande consenso a seu respeito, isto segundo a autora reduz esquematicamente à defesa da “*vocação eminentemente agrícola do país*”, palavra de ordem do movimento desde a Primeira República.

As raras análises sobre o ruralismo no Brasil de inícios do século XX foram agrupadas por Sônia Mendonça (2005) em dois tipos de estudos:

1 - Os que encaram como um “movimento ideológico” complementar a processos históricos mais gerais e os que o situam também como movimento político de defesa dos interesses agrários ameaçados da perda de sua primazia pela industrialização e a emergência de novos atores sociais. Entre os que visualizam o ruralismo como “complemento ideológico”, a República Velha é resgatada, de modo simplificado para nela identificar, desde suas origens, a presença de um ideário indefinido com forte apelo conservador, sendo destacada, de modo reducionista, a correlação existente entre ruralismo das idéias/projetos veiculados ou mesmo seus vários agentes e agências difusoras.

2 - E os trabalhos que consideram o ruralismo também como um movimento político, igualmente conferindo grande ênfase ao plano das “idéias” em suas análises. Nesse caso, a “reação ruralista”, ruralismo ou agrarismo ameaçados pela industrialização, fosse pela elevação dos preços de certos produtos de consumo do setor rural, fosse pelas represálias externas potencialmente movidas em contraposição ao tão combatido protecionismo tarifário que informava, à época, a visão acerca da “artificialidade” da indústria no país. Segundo esses estudos, a raiz do ruralismo residiria no antagonismo à política de proteção industrial, gerando um movimento amplo o bastante para agregar até mesmo segmentos sociais não diretamente ligados à grande propriedade, como aqueles do comércio importador ou mesmo as camadas médias urbanas. Assim como na vertente anterior, fortes conotações nacionalistas são identificadas nessa ideologia/movimento que teria os “homens do campo” apresentados como cernes da nacionalidade, fazendo com que o ruralismo apareça como uma ética, própria a um dos pares da “dicotomia” vinculado a reacionarismo e “negatividade”, de modo semelhante aos estudos do grupo anteriormente citado.

A autora critica estas duas formas de análise por discordar, em parte, de ambas as vertentes. Para ela são questionamentos que impedem a identificação de um eterno confronto

rural/urbano, que trazem implícita as condições de um ruralismo *ad eternum*, vago e impreciso.

Mais adiante, no item seguinte, retomarei estas classificações de Mendonça (2005) para os trabalhos produzidos sobre a classe ruralista para proceder a uma análise classificatória de trabalhos sobre a temática, por mim sintetizados.

Mendonça (2005) propõe recortar o ruralismo brasileiro ao longo da Primeira República, em contraposição à grande burguesia cafeeira paulista, identificada ou não com as “oligarquias” dos estados da federação, para desvendar a materialidade dos canais específicos de organização, expressão e difusão das demandas dos proprietários rurais vinculados a setores/regiões distintos. Assim, a autora aponta os três vértices que estruturam o discurso ruralista em “*defesa da vocação eminentemente agrária do Brasil*”, a partir do início do século XX: 1) a reivindicação da extensão dos benefícios da ciência e da técnica ao campo; 2) a necessidade da diversificação agrícola do país; 3) a demanda pela atualização das formas de fixação da mão-de-obra junto à grande lavoura.

O processo foi materializado, no tocante à Primeira República, pela atuação incisiva da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) uma entidade da sociedade civil – e outras a ela ligadas ou concorrentes – que, além de veicular a crítica à monocultura exportadora ou à imigração publicamente subvencionada, respondeu pela inscrição dos interesses nela representados junto ao próprio Estado mediante a recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1906), fornecendo a este Ministério os quadros e diretrizes de ação ao menos até a implementação do Estado Novo.

No meu entendimento, a grande contribuição de Mendonça (2005) à análise do ruralismo é dizer que não existiu um ‘continuismo’ do movimento ruralista, já que ao longo da história brasileira do século XX, sempre que os grandes proprietários se viram ameaçados em sua condição ou posição de classe, as idéias-força do ruralismo foram retomadas, sem que isso necessariamente tenha significado um “continuismo” do movimento.

Esta estratégia discursiva se assemelha com a forma de articulação que atualmente a bancada ruralista realiza no Congresso Nacional, enquanto representantes de classe, os políticos ruralistas, em determinados momentos da conjuntura política se unem em defesa de seus interesses e em outros momentos vão agir em defesa de interesses próprios ou dos interesses das organizações que representam.

Em razão disso concordo com Sônia Mendonça da necessidade de investigar, a cada nova conjuntura histórica, a correlação de forças vigente, mapeando os novos agentes e agências envolvidos e suas finalidades políticas, de modo a desnaturalizar parentescos ou filiações equivocadas, bem como falsos continuísmo. (Mendonça, 2005:413)

2.2 Sistematização de estudos sobre o ruralismo: Onde estariam as representações de interesses no Congresso?

Neste tópico, retomo a apresentação sobre a ênfase que tem sido dada aos estudos na questão da representação patronal no Brasil e do levantamento das principais formas de organização política da classe agrária e agroindustrial no Brasil. Farei uma discussão a partir de uma ‘varredura sistemática’ em periódicos, tanto na Geografia como na Sociologia e Economia, que ao longo de anos têm publicado análises científicas.

Analisei o Boletim Paulista de Geografia (entre os anos de 1949 e 2001), a Revista de Geografia da UNESP/SP (entre 1982 e 1996), e a Revista da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER (entre os anos de 1968 e 2006). Das duas primeiras publicações, não identifiquei nenhum artigo que tratasse do ruralismo e das organizações patronais. Dos 108 volumes verificados na revista da SOBER, identifiquei apenas onze (11) artigos relacionados com a questão da representação patronal. Este levantamento me permite dizer que há uma ausência de estudos específicos sobre a ação da classe ruralista, e uma completa ausência para estudos que se preocuparam em entender estas ações no parlamento. O Quadro I a seguir apresenta a relação de todos os volumes dos periódicos que foram consultados.

Quadro I – Relação dos volumes de periódicos consultados

Boletim Paulista de Geografia (ano, nº)	1949-61 (1-28, 30-39); 1964-68 (40-45); 1971-74 (46-49); 1976-80 (50-57); 1982 (59); 1983/84 (60-61); 1985-1992 (62-71); 1994 (72-73); 1996 (74); 1998-2001 (75-79)
Revista de Geografia da UNESP/SP (ano, vol)	1982, 1; 1983, 2; 1984, 3; 1985, 4; 1986/87, 5/6; 1988, 7; 1989/1990, 8/9; 1991, 10; 1992, 11; 1993, 12; 1996, 13
Revista da SOBER (ano, vol, nº);	1968,1 (1); 1970, 2, 2; 1971,3 (3); 1971 (4-6); 1975 13 (Tomo I); 1974, 3, 3; 1976, 14 (Tomo I); 1977, 15 (Tomo I); 1977 15 (Tomo I); 1977 15 (Tomo II); 1978 16 (1 -2); 1979, 17, 1; 1979, 17, 2; 1979, 17, 4; 1981, 19, especial; 1981, 19, 2; 1982, 20, 1; 1987, 25, 2; 1980, 18, 2; 1980, 18, 3; 1980, 18, especial; 1980, 18, 4; 1981, 19, 1; 1980, 18, 1; 1981, 19, 3; 1983; 21, 2; 1982, 20, 3; 1982, 20, 4; 1985, 23, 4; 1988, 26, 3; 1999, 27, 3; 1988, 26, 4; 1986, 24, 1; 1984, 27, 4; 1984, 22, 3; 1983, 21, 3; 1985, 3, 1; 1983, 21, 1; 1984, 22, 2; 1981, 19, 4; 1990, 28, 1; 1989, 27, 1; 1989, 27, 2; 1986, 24, 3; 1990, 28, 4; 1991, 29, 4; 1986, 24, 2; 1986, 24, 4; 1987, 25, 1; 1990, 28, 3; 1983, 21, 4; 1985, 23, 3; 1987, 25, 3; 1987, 25, 4; 1989, 27, 1; 1989, 27, 4; 1988, 26, 1; 1984, 22, 1; 1992, 30, 1; 1992, 30, 2; 1992, 30, 3; 1992, 30, 4; 1995, 33, 1; 1993, 31, 1; 1993, 31, 2; 1993, 31, 3; 1993, 31, 4; 1994, 32, 1; 1994, 32, 2; 1994, 32, 3; 1995, 34, 2; 1996, 34, 3; 1995, 34, 4; 1996, 34, 1; 1996, 34, 2; 1997, 35, 1; 1997, 35, 4; 1998, 36, 3; 1998, 36, 4; 1998, 36, 1; 199, 37, 1; 199, 37, 2; 1999, 37, 3; 1999, 37, 4; 2000, 38, 1; 2000, 38, 2; 2000, 38, 3; 2000, 38, 4; 2001, 39, 2; 2001, 39, 3; 2001, 39, 4; 2002, 40, 1; 2002, 40, 2; 2002, 40, 3; 2002, 40, 4; 2003, 41, 1; 2003, 41, 2; 2005, 43, 1; 2005, 45, 2; 2005, 43, 4; 2006, 44, 1.

Apresentarei agora os trabalhos agrupando-os por tipo de abordagem e ênfase. As duas primeiras abordagens são as mesmas classificadas por Mendonça (2005), e uma terceira que pude identificar em alguns dos textos. Ao final de cada síntese identificarei que tipo de abordagem foi enfatizado.

Primeira - Os que encaram como um “movimento ideológico” complementar a processos históricos mais gerais e os que o situam também como movimento político de defesa dos interesses agrários ameaçados da perda de sua primazia pela industrialização e a emergência de novos atores sociais. Trata-se de uma abordagem que prioriza a grande burguesia paulista.

Segunda - Os que enfatizam as ameaças sofridas pelo agrarismo através da industrialização, seja pela elevação dos preços de certos produtos de consumo do setor rural, fosse pelas represálias externas potencialmente movidas em contraposição ao tão

combatido protecionismo tarifário que informava, à época, a visão acerca da “artificialidade” da indústria no país.

Terceira - Os autores que na sua elaboração identificam o Estado como permeável aos interesses da agricultura, pronto para se reestruturar e se moldar, para prover as políticas para atender aos interesses e demandas impostas por esta atividade. Se por outro lado esta ênfase sedimenta as demandas de grupos particulares, ou mesmo da classe ruralista em detrimento de outras demandas da sociedade. Ao mesmo tempo escamoteia a participação dos agentes da classe ruralista na construção destas estruturas dentro do Estado.

Segue abaixo uma síntese dos artigos estudados, incluindo outros três artigos de outras fontes (Moraes, 1987; Ortega, 1995; e Silva, 1991).

1) “Uma Nova Abordagem para a Pesquisa Agrícola no Brasil” - Eliseu R. A. Alves e José Pastore (1977)

Neste texto a proposta é discutir aspectos econômicos e institucionais da pesquisa agrícola a partir da década de 1970, focalizando o comportamento das estruturas político-administrativas ligadas à pesquisa agrícola no Brasil.

Na análise o autor inclui o exame do papel dos diversos grupos componentes do setor da oferta de tecnologia, ou seja, os pesquisadores, a comunidade científica, as instituições de pesquisa aplicada e as universidades. Além de descrever os princípios gerais da nova estrutura político-administrativa federal no campo da pesquisa agrícola (EMBRAPA) ².

Pastore analisa os condicionantes agrícolas no Brasil: os fatores de produção, fronteira agrícola, a opção governamental na década de 60 de transformar o país em um participante mais ativo no mercado internacional de produtos agrícolas e de atender a oferta doméstica de alimentos face ao crescimento de centros urbanos.

A segunda ênfase foi mais presente neste texto, embora se aproxime também da terceira ênfase quando o autor coloca que o Estado ofereceu todo o aparato para a pesquisa agrícola no país.

² Sobre esta agência Pastore (1977) coloca que se tornou “um objeto de pesquisa para os estudiosos das organizações formais”.

2) “Grupos de Interesse e Crédito Rural” - Luis Carlos Guedes Pinto ((1981)

Como parte de um estudo sobre Política Agrícola e Crédito Rural no Brasil, este texto trata da distribuição dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. São analisados dados estatísticos sistemáticos disponíveis para o período 1969 - 1979, relativos aos seguintes itens: taxas de juros de crédito rural; números de contratos de crédito rural segundo a finalidade, distribuição percentual de utilização em relação à aplicação por finalidade (produtores+cooperativas); participação percentual no valor bruto da produção e no crédito de custeio de alguns produtos selecionados; participação percentual das regiões brasileiras no produto agrícola e no crédito; valor dos recursos do crédito rural para custeio agrícola; fertilizantes; defensivos; investimentos; máquinas e tratores para a agricultura e participação percentual.

Após estas análises quantitativas são elencados pelo autor os grupos beneficiados pelo crédito rural: a) grandes proprietários rurais que foram tidos também como os grandes mutuários do SNCR; b) indústrias, através de crédito para aquisição de chamados insumos modernos, e de máquinas e tratores; c) bancos, através dos ganhos para realizar operações para o Fundo Geral para a Agricultura e a Indústria bem como outros recursos para financiamento de atividades agropecuárias; d) comércio, responsável pela circulação dos insumos e máquinas destinadas a produção agropecuária intermediando o caminho destes produtos das fábricas para os estabelecimentos rurais; e) Os interesses do comércio e da indústria situados à jusante dos estabelecimentos rurais, setores que comercializam a produção e industrializam a produção agropecuária; f) o grande empresariado rural cooptado pela instrumento do crédito rural. Interessante notar que apenas no final do texto o autor chama atenção para o modelo político, afirmando:

[...] Necessita de votos, uma vez que precisa manter sua maioria nas duas Casas do Congresso, nas Assembléias Legislativas Estaduais, e o controle do maior número de municípios. Apesar de todos os causuísmos da legislação eleitoral em favor da manutenção dos interesses do governo – cujo detalhamento foge inteiramente ao interesse deste trabalho – este só obtém sucesso nas regiões interioranas e, nestas, particularmente nos chamados 'currais eleitorais'. Ora, o controle dos currais eleitorais está nas mãos dos políticos conservadores do interior, dos coronéis, todos eles

proprietários de terras, ou representantes destes. (Guedes Pinto, 1981, p. 82)

O autor reforça, no último parágrafo, a importância de não aceitar a idéia simplista de que há uma segmentação rígida entre o empresariado agrário, o empresariado industrial e o financeiro, pois diz haver uma associação entre estes interesses, em que uma mesma pessoa ou empresa representa os três setores, conferindo um caráter complexo, que vai se refletir na política de crédito rural. Também assinala que estes grupos pressionam fortemente o governo para expandir recursos para o financiamento da agricultura. Também a segunda ênfase foi mais presente neste texto.

3) “A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil” - Charles Curt Mueller (1983)

No sentido de apontar a inconsistência das formulações de políticas agrícolas no Brasil, este trabalho sugere uma abordagem teórica de economia política, introduzindo a dimensão de poder, para entender a interação entre grupos sociais que exercem influência e segmentos do Estado responsáveis pelas decisões políticas. O autor critica a excessiva ênfase à dimensão racional, ou intelectual, das decisões de políticas, por não envolver as dimensões sociais, ou do poder. Assim, propõe destacar a dimensão do poder do processo, e verificar a capacidade dos setores de influenciar a formação de políticas, que atinge a alocação de recursos. Agrupou estes setores em seis: 1) a combinação central – aliança entre setores mais influentes; 2) a tendência ideológica, - setores de pouco capital político, o grupo de estabilidade – de oposição leal ao regime, grupo de extra-estabilidade – que tem objetivo de derrubar o regime, setores não mobilizados – fora do processo de intercâmbio entre o regime e os setores, e os setores externos, que incluem outros países, organizações internacionais e grupos estrangeiros. O autor coloca que após 1964 o regime passa a ter dois objetivos básicos. O primeiro seria permanecer no poder e o segundo, seria tornar real uma visão de 'boa sociedade' e este contexto que o autor faz a abordagem de economia política e formação de políticas agrícolas no Brasil. Ele chama atenção para a posição assumida por burocratas e tecnocratas de alto nível, no processo, pois vão sofrer as pressões sobre as decisões políticas e são possuidores de concepções, objetivos e demandas.

O autor faz referência também à política de corte que possibilitou identificar dois grupos distintos: os “planejadores da agricultura” e os “planejadores da modernização”. O

primeiro, é visto como um grupo que 'só tem interesse em políticas agrícolas se elas podem ajudar a agricultura a desempenhar aceitavelmente os papéis a ela atribuídos na expansão do setor urbano-industrial'. Nesse grupo dos 'planejadores da agricultura', incluem-se elementos do Ministério da Agricultura e de empresas e autarquias cujas funções estão especificamente associados à agricultura. Ocasionalmente, esse poderia se associar ao outro grupo denominado os 'planejadores da modernização', o qual atuaria também numa perspectiva setorial, concentrando esforços sobre a agricultura. O autor inclui nesse grupo, elementos dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e de macroorganizações como o Banco do Brasil e o BNDE. Com menor importância, incluem-se os ministros de outras áreas e dirigentes de várias organizações e empresas controladas pelo governo.

O autor atribui como uma das incongruências na formulação de políticas agrícolas, a natureza da política contínua, imediatista e subordinada.

Ao finalizar o texto o autor ressalta haver setores rurais poderosos, que mais têm acesso às políticas de incentivo, formados pela agricultura comercial, a grande pecuária e os terratenentes. Aponta que a influência relativamente reduzida destes setores, quando comparada ao passado, tem se demonstrado suficiente para eles se apropriarem da compensação parcial que as políticas de incentivo deram à agricultura, devido as generosas políticas de crédito, e pelos subsídios à compra de máquinas e de insumos modernos. Assim, as mudanças tecnológicas têm favorecido esses grupos.

A abordagem neste texto encontra-se carregada de construção ideológica do projeto de modernização do país, tanto para agricultura como para o setor urbano – industrial. E ainda atribui ao Estado à contingência de políticas e de profissionais planejadores na formulação das políticas agrícolas, caracterizando-se como da terceira característica classificatória dos textos.

4)“Agricultura no Processo Político: o caso brasileiro” - Alberto Veiga (1985)

O ponto de partida da análise neste texto é a crise cafeeira dos anos 30. O autor destaca a criação do Conselho Nacional do Café, órgão que passou a centralizar a nível federal as decisões dos estados produtores, inserindo instrumentos que visavam à superação da crise, os quais apoiariam a atividade industrial.

Quando fala política agrícola e meio rural, Veiga menciona a natureza das relações existentes entre o empresariado agrícola brasileiro e o meio rural, que permitem, na opinião

do autor, corroborar com a idéia de que o 'Brasil é um país essencialmente agrícola', enfatizando suposta vocação agrícola do país. Para Veiga, o crescimento agrícola brasileiro, baseado em poucos produtos de exportação e em grandes explorações nunca propiciou benefícios aos membros da classe social radicada do meio rural. Os beneficiários foram os fazendeiros que voltaram seus interesses ao meio urbano. Ressalta também a importância de não se confundir o poder político do setor cafeeiro com o poder do meio rural, posto que o movimento ruralista surgido nas primeiras décadas do século justificou-se como necessário para o país fortalecer suas bases rurais. A classe rural, na década de 30, era politicamente representativa, uma vez que a agricultura como setor econômico ligado ao comércio exterior, não encontrava ressonância no meio urbano que via na indústria em ascensão uma atividade mais dinâmica.

Como conseqüências deste contexto, o autor assim caracteriza o processo de desenvolvimento nacional aos fins dos anos 40:

a) o poder político na agricultura era exercido primordialmente pelos estados produtores de café. Após essas mudanças, passa a ter abrangência federal, ampliando a capacidade de intervenção deste último;

b) a influência da atividade agrícola sobre a economia nacional se reduz substancialmente, passando a ter mais ênfase ao crescimento industrial em detrimento da política de valorização do café;

c) maior diversificação da produção agrícola e segmentação da propriedade rural, aliados a tentativa de organização da classe operária urbana que contribuiu para enfraquecer politicamente o empresariado agrícola e;

d) a sociedade urbana passou a representar, sobretudo após a Constituição de 1946, um peso eleitoral ponderável para si.

Em relação ao período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, o autor ressalta as transformações agrícolas que eram decorrentes a uma nova estrutura produtiva no país. Assim, apesar da importância para o Produto Interno Bruto, a produção agrícola teve sua renda reduzida em relação à agricultura de exportação. Outros produtos agrícolas, além do café, algodão e cacau, passaram a oferecer divisas e bens de capital necessários à industrialização. Para o autor, o país tornou-se alheio, neste período, 'à sua agricultura e ao seu meio rural', o meio industrial passou a ter maior atenção e instrumentos políticos voltados para si.

Diante deste contexto de mudanças no setor de produção agrícola, o autor ressaltou como um ajustamento que possibilitou o melhor desempenho agrícola; a migração rural-urbana, o desenvolvimento de variedades mais produtivas de algodão, café e cana-de-açúcar, entre 1930 e 1960 começando a utilizar, defensivos e fertilizantes químicos em maior escala na região Centro-Sul e a expansão da produção e da área cultivada, entre outros.

Na década de 60, o autor caracteriza o período como sendo de difíceis opções no bojo da política agrícola com as leis relacionadas com a problemática agrícola: Estatuto da Terra (Lei 4.0504, de 30-11-64), o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 02-03-63) e a institucionalização do crédito rural (Lei 4.829, de 05-11- 65). Como reação a estes acontecimentos realça que a agricultura comercial brasileira começa assumir neste período características de uma 'indústria nascente'.

A preocupação do autor segue em explicar os aspectos do avanço modernização da agricultura, tanto alocativos quanto distributivos. Sobre estes diz que podem ser considerados 'a realização efetiva quanto à melhoria das condições de vida no meio rural, e a adaptação e organização da classe rural para superar as eventuais inconsistências do modelo de crescimento agrícola adotado'.

Passa a ser desenvolvido no texto a identificação a partir da década de 60, do contexto político em que se estabeleceram as relações entre os setores agrícola e industrial e suas interações com os meios rural e urbano, buscando explicitar o processo político através do qual se concretizou a efetiva participação dos setores agrícolas e industrial do país.

Finaliza o texto criticando o aporte de recursos para infra-estrutura urbana em detrimento ao baixo investimento em capital social e serviços no meio rural, ou seja, *'carência de investimentos públicos no meio rural é também prejudicial à agricultura comercial'*, a crítica ainda é intensificada quando diz:

[...] Buscando ampliar o sistema de abastecimento urbano, o Estado tem construído redes de armazéns e silos e erigido grandes mercados centrais atacadistas; criou, até mesmo, uma rede varejista. E os órgãos oficiais - Ministério e Secretarias de Estado - normalmente dedicados aos interesses da agricultura, passaram a ter proporções de sua programação e recursos destinados a atender os problemas de abastecimento das populações urbanas, enfeixando assim objetivos politicamente pouco conciliáveis. (Veiga, 1985, p. 232)

Neste texto, embora o autor busque o tempo todo discutir a questão da estrutura rural-agrícola diante da integração rural-urbana após a década de 1930, não se percebe as organizações, alianças e estratégias utilizadas pela classe ruralista para atingir estes objetivos. O debate por ele colocado fica restrito à; alocação de recursos, ampliação de área cultivada e aumento da produção. Sua análise é, sobretudo, quantitativa. Uma pequena exceção ao método quantitativo surge quando aborda a integração agrícola-industrial, exemplificando com os ajustamentos da indústria açucareira e alcooleira, a instituição do Programa Nacional do Álcool e, também, o crescimento do cooperativismo agropecuário brasileiro na década de 70, frente ao novo panorama de relações econômicas, financeiras e sociais a que ficaram expostos os produtores agrícolas diante da expansão urbano-industrial. Mesmo assim, permanece uma análise quantitativa, sem abordar o tema das organizações.

Este texto é caracterizado pela primeira abordagem caracterizando-se pela ênfase à suposta vocação agrícola do país.

5) “Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira” - Moraes (1987)

Este autor situa no período 1889-1930, o surgimento de algumas tentativas de organizações por parte dos fazendeiros; alguns clubes de Lavoura e da aristocrática Sociedade Brasileira para animação da Agricultura (com sede em Paris), até o aparecimento de um Partido da Lavoura. No período republicano, em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), ocorre também em São Paulo com a participação do governo do estado a organização da Sociedade de Agricultores Paulistas (SAP). Para o autor a finalidade destas entidades era de enfrentar o poder que as casas comissárias de café estavam assumindo na comercialização do produto, cuja influência do capital estrangeiro associado ao nacional, ou exclusivamente brasileiro, através da bolsa de comissários, já dominava o mercado e tendia a ter influência decisiva nos próprios negócios de Estado.

A partir do Clube da Lavoura surgiu o programa do Partido da Lavoura, que teve pontos bem definidos de promoção, cooperação e auxílio permanente da defesa dos interesses de comercialização, produção e acesso a crédito agrícola para a lavoura de café. Porém, o partido não vingou e as reivindicações foram incorporadas pelo Partido Republicano Paulista (PRP), que por sua vez teve longa duração conseguindo organizar a

defesa específica dos interesses dos fazendeiros. De uma dissidência do PRP, em 1926, surge o Partido Democrático (PD), cuja pretensão era também de defender os vários interesses urbanos e rurais.

A sociedade Nacional de Agricultura (SNA) surgiu por iniciativa de integrantes da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), que integravam também a Secretaria de Estado de Agricultura. Também em São Paulo, cria-se a União dos Lavradores, a partir dos Clubes da Lavoura, que já se apresentando como sindicato patronal.

Nas primeiras décadas (até os anos 20) do século XX, foi recriado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio o Centro Agrícola Paulista e em, 1919, a fundação da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Esta é fundada com o intuito de proteger a produção e comercialização do mercado de carne e tem a participação de representantes de frigoríficos internacionais. Também na década de 1920 aparece a Liga Agrícola Brasileira (LAB), que pretendia dar apoio aos pequenos produtores, propondo a criação de imposto territorial proporcional, em substituição ao imposto sobre as exportações, além de acabar com o latifúndio improdutivo.

Das associações e partidos políticos ligados aos interesses de proprietários rurais nos primeiros anos da República, o que Moraes (1987) apontou como conveniente dizer é que a totalidade das organizações visava à defesa da política do café, em torno de um só produto.

Em relação ao período compreendido entre 1930 a 1964, Moraes chama a atenção para as transformações do papel do Estado e predomínio da burguesia industrial com a colocação de novos produtos agrícolas voltados ao mercado interno e os prenúncios de uma industrialização acelerada. No âmbito da defesa dos interesses ligados à agropecuária, a burguesia agrária perde o seu papel praticamente hegemônico junto ao Estado brasileiro, não deixando, contudo, de participar do bloco do poder.

A Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), a Liga Agrícola Brasileira (LAB) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) se reúnem em torno da última e são ligadas ao Partido Democrático, que foi constituído a partir da cisão do PRP que havia apoiado o golpe de 1930.

No período da ditadura de Getúlio Vargas até os anos 50, o governo enfatizou a transformação estatal, visando políticas sociais de cunho corporativista, além de apoio à industrialização pesada, e no governo de Juscelino Kubistchek, o destaque foi para a

indústria automobilística. Moraes (1987) coloca que nestes anos pouco se pode apontar de destacar na organização dos proprietários agropecuários.

“O que, sem dúvida merece ser lembrado é a organização, agora a nível nacional, dos sindicatos e federações patronais da agricultura em torno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a partir das estaduais. A de São Paulo, a mais importante, surgiu em 1942 na cidade de Barretos com o nome de Federação das Associações de Pecuária do Brasil Central [...]” (Moraes, 1987, p.23)

Esta instituição, após alterações de sede e nomes foi reconhecida, então, como entidade sindical patronal, e passa a denominar-se por Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1963.

O autor aponta ainda e anexou uma lista constando um número significativo de associações por produto, altamente especializadas, que começaram a surgir nas décadas de 50 e 60 e se acentuaram na década de 70, como por exemplo, as indústrias de insumos, maquinarias e processamento de matérias-primas. Dentre as entidades representativas das classes dominantes na agropecuária brasileira foi contabilizado, entre associações, organizações, federações, confederações e sindicatos um total de 207 entidades, estas foram subdivididas - por temas gerais (12); por multiprodutos (21); por produto (152); por insumos, máquinas e processamento (22) (Fonte: FAESP, SNA, Agenda dos Criadores e Agricultores (1987) apud Moraes, 1987, 30-33 p.).

Este texto é caracterizado pela primeira abordagem que prioriza a grande burguesia cafeeira paulista.

6)“Evolução Agrícola e Características do Setor Público Agrícola no Brasil - As Bases de seu Modesto Desempenho” – Charles Curt Mueller (1988)

O que este texto apresenta é uma discussão acerca da concepção de políticas agrícolas e das dificuldades do setor público brasileiro, em orientar de forma eficiente a estratégia agrícola do país. Aborda os grupos intragovernamentais e a formação de políticas agrícolas, o que ele trata como *‘papel das eminências poderosas’* e entidades detentoras de poder dentro do governo e que afetam em níveis diferentes as políticas públicas.

Identifica, então, dois segmentos divergentes: o setor público e a área econômica do governo. No primeiro segmento, do setor público, participam o Ministério da Agricultura e algumas empresas públicas e autarquias encarregadas de realizar funções ligadas à agropecuária. O autor entende que após a década de 1960 este setor atuou de forma *'apagada'* teve reduzida influência sobre no processo de decisões ligados à agricultura no país.

Já o segundo segmento, a área econômica do governo, veria a agricultura como mero instrumento na estratégia de desenvolvimento ou na administração das crises que afetam a economia do país e o setor público agrícola. Em resumo seus objetivos era a modernizar a agropecuária. Fazia parte deste grupo os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, além de uma série de organizações-chave na condução da política do país. Sobre a natureza das políticas agrícolas o autor coloca que foram de caráter imediatista e que optaram por um modelo de *'modernização conservadora'*, apoiado em políticas quantitativas e em um sistema de mudança tecnológica favorável à agricultura comercial.

Após traçar um panorama do *'surgimento e evolução da área econômica'*, no bojo das *'mudanças na visão de boa sociedade e na estratégia de desenvolvimento na década de 1930'*, que possibilitaram a consolidação da área econômica com os tecnoburocratas assumindo o comando das políticas econômicas, o setor público agrícola passou a ter um maior envolvimento e o poder ampliado pós-64. Mueller (1988) vai discutir a *'evolução e esvaziamento do setor público agrícola'*, partindo do período de 1930/36, quando;

[...] De um lado, houve tentativa de reorganizar e tomar mais atuante o ministério da Agricultura; do outro, em face a problemas pela profunda crise do setor externo que o país atravessava, fortaleceram-se as políticas de produtos, mas firmou-se a prática de mantê-las afastadas do âmbito do setor público agrícola. (Mueller, 1988, p. 255)

Então ocorreu neste período a reestruturação administrativa no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio sendo que as atividades técnicas passaram a ser agrupadas em três Departamentos Nacionais: o de Produção Vegetal, o de Produção Animal e o de Produção Mineral com o objetivo de desenvolver trabalhos de fomento, extensão, defesa, experimentação e pesquisa nas respectivas áreas.

No que se refere às políticas de produtos e exportação, coloca que houve necessidade de socorrer os produtos, café e o açúcar, para tentar resolver a crise enfrentada pelo modelo agro-exportador e atender as pressões das oligarquias agrárias.

Sobre a política do café até o fim de 1930, o autor assinala que esta concentrou-se nas mãos dos produtores de São Paulo através do Instituto do Café de São Paulo e com a crise em 1931 passou para o comando do Conselho Nacional do Café (CNC)³, que surgiu do convênio entre os principais estados cafeeiros que tinham envolvimento mais direto com o poder central. Entretanto, o CNC não funcionou adequadamente, diante da crise do setor e de acusações de corrupção, ineficiência e favorecimento a grupos e estados. Esses fatos levaram na opinião do autor à extinção desta organização e à criação em 1938 do Departamento Nacional do Café (DNC), que se vinculou ao Ministério da Fazenda, já que a influência do *‘Ministério da Agricultura sobre a política cafeeira permaneceu nula’*. No entanto, o DNC também teve vida curta, sendo extinto em 1945.

Caso semelhante exemplificado pelo autor foram as entidades que surgiram para gerir a política do açúcar, também na década de 1930, diante de uma crise de produção constituiu a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), que teria sido estruturado inadequadamente, sofrendo a resistência dos produtores contrários às limitações desta comissão. Assim, tal entidade foi desativada e substituída por um órgão de poderes mais amplos, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), também desvinculado do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No início da década de 1990 o IAA foi dissolvido.

No Estado Novo os produtos de exportação receberam atenção oficial e fortaleceram-se as organizações especiais na administração das políticas do café e do açúcar, *‘e o setor agropecuário começou, então, a se transformar em instrumento na estratégia de modernização urbano-industrial em implantação.’* (Mueller, 1988:258). No que se refere às políticas dos demais produtos, merece destaque a do algodão, que foi objeto de atenção especial, cujo cultivo avançou no estado de São Paulo. Este cultivo ao contrário do café e do açúcar não se ligou a nenhuma entidade oficial, mas em função das decisões tomadas no II Congresso Nacional de Lavradores de Algodão de São Paulo, que

³ CNC - é uma entidade privada que reúne produtores, cooperativas e associações de cafeicultores, o CNC é membro do Conselho Deliberativo da Política Cafeeira (CDPC) e faz parte da delegação oficial brasileira na Organização Internacional do Café (OIC). Por meio de acordos institucionais, trabalha integrado com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e com Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), representando-as em alguns fóruns, como o Rural Brasil. Fonte consultada: <http://www.cncafe.com.br>.

formou a entidade União dos Lavradores de Algodão do Estado de São Paulo (ULA). Esta passou a cada vez mais pressionar o governo central e o de São Paulo.

O autor aponta várias mudanças organizacionais do setor público agrícola no período 1945/64, sem contudo ampliar o seu poder de atuação.

Cita então a criação do Instituto Brasileiro do Café – IBC (também extinto em 1990), e o surgimento na década de 50 de várias organizações autônomas, a maioria vinculada ao Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e o Serviço Social Rural (SSR).

Na década de 60 até 64, formaram-se o Sistema Nacional de Abastecimento (SNA) e foram criados órgãos que constituíram posteriormente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Instituição da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), todas entidades autônomas. Surge também o Sistema Nacional de Abastecimento (SUNAB), que foi apoiada por quatro órgãos de apoio; a Comissão de Financiamentos da Produção, Companhia Brasileira de Armazenamento, Companhia Brasileira de Alimentos, e por parte da Sistema Nacional de Agricultura. Estas tinham base institucional e o poder para intervir em mercados controlar vendas, proibir exportações e realizar importações visando garantir o abastecimento.

No período pós-64, o autor destaca três mudanças básicas; uma na organização do próprio setor público agrícola, outra em seguimentos importantes do sistema de formação de políticas públicas agrícolas fora do setor público agrícola, e, por fim a criação de um sistema de apoio à formulação de políticas agrícolas, “[...]sempre que se desejava aperfeiçoar o funcionamento de um segmento do mecanismo de implementação de políticas agrícolas, retirá-lo da administração direta do Ministério da Agricultura, criando órgão especial, geralmente dotado de recursos e maior liberdade de atuação.” (Mueller, 1988: 263)

Não cabe aqui detalhar estas reorganizações, vale dizer que o autor faz uma cronologia do surgimento das mesmas, sem contudo, destacar quais os grupos responsáveis por tais mudanças e como foram travadas as disputas institucionais.

No último tópico do artigo ‘Setor Público Agrícola, Grupos de Interesse e as Políticas Agrícolas’, o autor coloca que as mudanças ocorridas no Ministério da Agricultura somente consagraram uma considerável perda do setor público agrícola,

retirando suas atribuições e criando órgãos independentes, ‘foi uma gradual mutilação do Ministério da Agricultura’, o que deixava claro na opinião do autor que os grupos mais influentes em uma ‘posição relativamente débil’, em um ‘campo manobra de relativamente restrito’ ao atendimento de suas reivindicações. No que se refere à atuação destes grupos, ou mesmo a relação destes com as representação de interesses nas agências, o autor não as detalhou.

A terceira característica classificatória também é predominante neste texto, fica nítida a cobrança e as críticas aos técnicos planejadores na condução de políticas, além de atribuir a criação, dissolução e reestruturação do Ministério da Agricultura no sentido de atender as demandas impostas pelo setor agrícola.

7) “As organizações políticas dos produtores e o novo equilíbrio de Forças na formulação de política agrícola no Brasil” - Mauro Rezende Lopes (1988)

Este texto se propõe a discutir o papel dos grupos de interesse na formulação da política agrícola para grãos, fibras vegetais e oleaginosas no Brasil, a partir da década de 1970. Lopes (1988) diz que os novos grupos de interesse de origem agrícola configuram um fenômeno recente, que é marcado pela imposição à liberalização dos mercados agrícolas da intervenção do governo. Destaca em sua análise a criação de um dispositivo constitucional do perdão da correção monetária do crédito rural, a inclusão de cerca sete artigos na Constituição que foi criada para proteger o cooperativismo e a inclusão de um artigo, criando a Lei Agrícola. Lopes (*op cit*) chama atenção também para a participação no Congresso quando diz;

[...] o Congresso chama para si a responsabilidade pela definição da política agrícola. Particularmente , no caso da Lei Agrícola, o congresso poderá vir a definir a política agrícola no Brasil. Este processo legislativo, conflita, frontalmente, com o processo administrativo anterior das políticas de gabinete, Trata-se de uma nova fase de exercício do poder político da agricultura, que ela sempre teve e nunca exerceu. Como consequência, mudará a política agrícola , porquanto mudarão os processos de decisão, baseados exclusivamente na gestão de políticas por parte de grupos de interesse de forma direta, sobre as instituições do Poder Executivo. (Lopes, 1988)

O autor diz que até 1985 havia muitos grupos de interesse atuando diretamente nas instituições do governo, que eram formais e informais, afirmando que estes podiam variar

em grau de organização, união dos membros, mas, em se tratando de obter decisões que lhes fossem favoráveis, votos, resoluções, portarias internas e até decretos e decretos-leis, eram especialistas em persuadir os técnicos do governo sobre qual ou tal medida deveria ser implementada. Estes utilizavam um discurso de defesa dos ‘interesses do país’ para mascarar, pois estavam mesmo interessados em lucrar.

Aponta que, mesmo com uma maioria de parlamentares no Congresso, a representatividade política da agricultura era fraca, pois havia grupos subsetoriais como os viticultores e rizicultores do Rio Grande do Sul. Além disso, os órgãos de classe teriam sido cooptados pelo sistema de crédito rural. As cooperativas participavam fortemente das disputas creditícias, por isso não ousavam questionar as decisões do governo e não centralizavam as ações de outros grupos de interesse. Os técnicos do governo também foram lembrados pelo autor uma vez que eram os responsáveis pelo projeto de nação moderna industrializada e justificavam as facilidades creditícias concedidas pelo governo. Junto desses, lembra ainda o papel dos industriais na formulação de políticas agrícolas.

Estes grupos se alinhavam para justificar a interferência do governo nos mercados. O argumento seria a suposta defesa do emprego no setor industrial, de exportação, de abastecimento interno e derivados, assim como a necessidade de utilização da capacidade ociosa na indústria e proteção contra a concorrência desleal com outros mercados exportadores e contra a exportação de matéria-prima.

Como consequência da mudança do regime político, o autor coloca, que ocorreu uma fragmentação dos pactos de política agrícola. A partir disso o Congresso reivindicou uma maior participação na formulação de políticas agrícola, uma vez que o sistema autoritário permitia a celebração de pactos excludentes, deixando de fora grande parcela dos produtores.

Decorre destas mudanças uma maior cobrança por parte das lideranças agrícolas sobre o Ministro da Agricultura. Também foram cobradas posições políticas do parlamentares, que formaram blocos mais definidos no Congresso e passaram a exercer fiscalização nas votações e pressão sobre o processo decisório. As lideranças agrícolas aglutinaram seus órgãos de classes, como a Confederação Nacional da Agricultura, e se colocaram no poder político, preparando-se para fazer uma Lei Agrícola, instalando-se no processo decisório e ampliando suas conquistas para outros foros.

Fica nítido que este texto oferece pistas de uma preocupação com a defesa de interesses de grupos no Congresso, sobretudo a partir da transição do regime militar. Esta abordagem enfatiza a tentativa de combater as ameaças sofridas pelo agrarismo diante da industrialização, aproximando-se da segunda ênfase.

8) ” A gestão das políticas na Agricultura Brasileira Moderna” - José Graziano da Silva (1989)

Este texto apresenta uma explicação para as novas formas de regulação das políticas agrícolas impostas pela emergência dos complexos agroindustriais (CAI) no Brasil, a partir dos anos 70, apresentando as razões da perda da regulação setorial através de políticas macroeconômicas e como foram rearticulados os interesses hegemônicos do campo na fase da modernização conservadora.

O autor coloca que com o CAI a agricultura brasileira passou a ser caracterizada como uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada; passando a depender das indústrias produtoras de insumos, máquinas e equipamentos, e passou a produzir bens intermediários para a agroindústria processadora.

Discute a atribuição do financiamento de bancos, estradas de ferro, indústrias e outras atividades lucrativas aos excedentes acumulados pelos fazendeiros do café e que nos CAIS os fazendeiros de cana, de laranja e as companhias de transporte também passam a financiar. Esta integração de capitais levou à territorialização da burguesia que expandia seu mercado de terra. Coloca ainda que os CAI impõem maior participação do Estado na formulação de políticas específicas para cada complexo agroindustrial regulando e arbitrando os conflitos dentro dos mesmos.

As opiniões sobre as representações formal e real que serão colocadas em Silva (1991) são reafirmadas neste texto, e serão melhor descritas na análise do texto 9) a seguir. Para o caso brasileiro o autor identificou dois grupos no governo que atuaram como condutores da modernização, visando à expansão urbano-industrial e os administradores da agricultura que objetivavam à expansão da agricultura no país. Estes dois grupos intragoverno que pressionaram e moldaram as políticas agrícolas.

O texto de Graziano aproxima-se da primeira ênfase e faz uma abordagem que prioriza a grande burguesia paulista, que passa a experimentar ameaças da perda de sua primazia pela industrialização e a emergência de novos atores sociais. Também pode ser

incluído na terceira ênfase, em que a responsabilidade pela regulação e arbítrio no interior dos CAI foi transferida para o para o Estado.

09) "As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: As disputas na transição para a democracia, 1985/1989" - José Graziano da Silva (1991)

Neste texto o autor busca destacar os fatores que contribuíram para dissociar a representação legal-formal e a representação real dos proprietários rurais no Brasil e cita como causas: 1) a valorização fundiária pós-64 que dissociou a figura do proprietário rural do 'dono de terras'; 2) o crescimento do arrendamento capitalista nas regiões do centro-sul do país em ramos de atividades ligadas ao CAI que dissociou a figura do 'proprietário fundiário' do 'produtor rural moderno', que não é dono de todas as terras que explora, além de ter criado milhares de pequenos e médios proprietários rurais rentistas, ideologicamente solidários ao direito absoluto de propriedade privada da terra; 3) a crescente especialização da produção agrícola, o grande produtor agrícola moderno centra a sua atividade principal que gera maior parte de sua renda em um produto, "e como a política agrícola brasileira sempre foi por produto, as reivindicações e os 'lobbies' também se fizeram por produto.”.

Em síntese, a própria modernização da agricultura brasileira aprofundou o fosso existente entre a representação formal e a representação real do patronato rural brasileiro. As organizações por produto e também as cooperativas foram fortalecidas nos últimos 25 anos, assumindo de fato a representação de produtores rurais. Com uma vantagem: na maioria dos casos conseguiram articular grandes e pequenos produtores fornecendo `aqueles a 'massa de manobra' essencial para, 'democraticamente', exercerem o seu poder de pressão junto ao governo. (Silva, 1991, p.264)

Silva (1991) também corrobora a afirmação de Ortega (1998) quando diz que a constituição dos complexos agroindustriais a partir dos anos 1970 veio consolidar essa nova forma de representação fracionada dos segmentos dominantes do agro brasileiro. E acrescenta que o crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no processo de redemocratização do país nos anos 1980 fez criar a necessidade de uma representação política e ideológica mais ampla, que lutasse pela defesa da propriedade privada e da livre iniciativa:

"Esse espaço foi ocupado em 1985 por aqueles produtores rurais que haviam sido (ou estavam sendo) marginalizados pelas transformações impostas pela modernização da agricultura, através da temida União Democrática Ruralista - UDR, obrigando uma rápida articulação dos segmentos modernizados numa 'Frente Ampla da Agricultura'." (Silva, 1991:262-263)

Esta colocação do autor incorre numa equivocada colocação de que os grandes produtores da UDR sofreram uma suposta marginalização enquanto que o processo histórico mostra uma trajetória diferente para este grupo.

"A criação da Frente Ampla não tinha, todavia, apenas um objetivo de curto prazo. Ela deveria constituir-se em fórum de montagem de uma Lei Agrícola a ser aprovada pelo Congresso Nacional, além de funcionar como instrumento consultivo permanente para todas as decisões que digam respeito à agricultura" (Silva, 1991:269)

Graziano cita as colocações do presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), para este a desunião do setor agrícola foi responsável pelos erros cometidos na definição de uma política agrícola e exprime a seguinte opinião.

Acho que está na hora de reverter essa situação e agite em conjunto, formulando propostas que reflitam os anseios mais gerais do setor. O país de perfil democrático cada vez mais claramente delineado e a agricultura não pode ter mais todas as decisões tomadas apenas a nível de Poder Executivo. Na minha opinião, mais do que nunca é importante que o setor ocupe os espaços que existem, com destaque para o espaço do Congresso Nacional. Cabe ao Congresso, como representante de toda a sociedade, tomar a frente na formulação de uma política agrícola" (O indicador Rural, Brasília, 1º quinzena de junho de 1986, apud Graziano, 1991)

Silva (1991) coloca que a estratégia dos articuladores da Frente centra-se nos seguintes pontos: 1) a culpa não é só do governo, mas da falta de união do setor, ou a falta de um *lobby* articulado para pressionar o Governo; 2) numa democracia não basta mais apenas ter acesso aos gabinetes dos tecnocratas do poder: é preciso ocupar outros espaços e o principal deles é o Congresso.

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira foi criada em 17 de Junho de 1986, em Brasília, com 48 entidades cujo objetivo foi de 'unificar' o processo reivindicatório dos produtores e atuando junto ao Executivo e ao Congresso Nacional. Tornaram-se presentes nesta frente a entidades do porte da SRB, CNA, ao lado de grandes cooperativas do Centro-Sul e das principais Associações de produtores (Associações Brasileira de Criadores de Zebu - ABCZ, dos plantadores de cana de São Paulo, etc.), bem como de Associações empresariais (como a Associação dos Empresários da Amazônia). Porém a UDR e CONTAG não participaram sendo que a primeira não foi convidada, com o argumento de que seria somente uma organização de 'lobby' anti-reforma agrária, ao passo que a Frente havia sido criada para além de fazer pressão, constituindo-se para assessorar o governo na formulação da política rural do país. (Graziano, 1991)

A terceira ênfase também fica visível neste artigo, fala-se inclusive em 'culpa do governo' em não atender as demandas do setor.

10) “Agricultura e Política: o caso brasileiro” - Alberto Veiga (1991)

Este texto é exatamente o mesmo texto publicado em 1985 com o título “Agricultura no Processo Político: o caso brasileiro” pelo mesmo autor

11) “Corporativismo e novas formas de representação de interesses na agricultura: uma abordagem teórica” - Antonio César Ortega (1998)

Este texto faz uma discussão teórica acerca corporativismo (neocorporativismo), analisando as novas formas de representação e articulação de interesses de agricultores, surgidas com processo de modernização da agricultura. Estas provocaram efeitos na diferenciação econômica e social a partir do final dos anos 50 e durante os anos 60, tanto nas formas de organização, como na relação com o Estado.

Para o autor foram as práticas de políticas protecionistas que impulsionaram, inicialmente, o desenvolvimento de organizações profissionais agrárias. Tão características da agricultura européia, foram estas organizações que durante o processo de modernização estrutural foram interlocutores privilegiados junto aos poderes públicos, para conseguirem aplicação de programas para o setor.

Assim, formas associativistas distintas tanto sindicais como cooperativas surgiram para consolidar os interesses na agricultura, como causa desta distinção o autor cita as

peculiaridades com as quais se desenvolveram a atividade produtiva agrária, tais como a autonomia do produtor como gestor de sua atividade, o isolamento geográfico e a dispersão características do setor rural, a estrutura da propriedade, e os fatores sócio-cultural e ideológico.

O autor ressalta a interferência do Estado ao promover o surgimento de organizações e obstar o aparecimento de outras, para configurar um panorama de interlocutores válidos e representativos para cooperar na execução da política agrária. *'Em outros casos, seriam os partidos políticos que se mostram interessados em favorecer determinadas organizações agrárias, como plataforma de apoio do mundo rural nas disputas eleitorais'* (Ortega, 1998:19)

O autor afirma que a agricultura foi um dos poucos setores econômicos em que se deu uma passagem sem descontinuidade entre as velhas e as novas formas de corporativismo, assim apresenta que a passagem para outro sistema de representação fica claramente identificada na evolução seguida pelas formas associativas na agricultura. Coloca que no velho corporativismo tinha-se uma difusão de uma ideologia ruralista de caráter defensivo e unitário e nas novas formas, há uma necessidade de protecionismo estatal para garantir os modelos dominantes.

Numa primeira etapa de organização das representações de interesses predominou um modelo plurifuncional de organização, uma mesma organização desempenhando várias funções reivindicativas como outras, o autor coloca que no corporativismo tradicional esta organização era entendida como uma 'ideologia ruralista, de caráter defensivo e unitário', citando como exemplo as 'Casas da Lavoura do Estado de São Paulo', as 'Assembléias Agrícolas do Rio de Janeiro', bem como numerosas exposições e feiras agropecuárias que reúnem agricultores, e de natureza sindical/ reivindicativa, cita a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) ou a Sociedade Rural Brasileira (SRB) criadas no primeiro terço do século.

Na segunda etapa da organização, observou um processo de diferenciação social e econômica no mundo agrícola e rural, ocorrendo uma especialização funcional no seio do associativismo agrário, ficando de um lado organizações cooperativas e de outro, as de natureza sindical/reivindicativa.

Para o autor, a década de 30, é uma marco no associativismo, já que ocorrem fissuras entre as oligarquias regionais especializadas em distintas atividades e os

produtores de café. “A própria crise no setor cafeeiro estimulou a diferenciação dentro do setor nos tradicionais estados produtores, como São Paulo e Minas Gerais, gerando manutenção de interesses distintos em torno da problemática do café.” (Ortega, 1998:21).

Já na terceira etapa, identifica como resultado do processo de modernização e industrialização da agricultura, que intensificou a integração da atividade agrária aos complexos agroindustriais. Este processo rompeu com o velho particularismo rural e agrarista e subsumiu os interesses dos produtores rurais ao conjunto da cadeia do qual seu produto faz parte, sem, contudo ter perdido a completa especificidade de suas atividades.

Dentro do corporativismo tradicional, o autor apresenta o atrelamento da representação dos interesses da agricultura no Estado Novo, através das Câmaras Agrárias ou Conselhos e demais corporações de direito público, porém, eivado de desconfianças por parte dos grupos de interesses agrários acerca da ação do Estado como agente regulador.

Analisando as novas formas de corporativismo, o autor identifica as cooperativas como exemplo reivindicativo, que possuem traços de integralidade e universalidade o exemplo mais ilustrativo citado é a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), e tantas outras organizações por produto, que seriam organizações criadas juntamente com as de caráter interprofissional, assim '*organizações reivindicativas não-sindicais*', exerceram o papel de influenciadoras da política agrária e de outras políticas que afetaram os interesses do CAI.

O autor fez uma leitura teórica das formas de associativismo colocando que tais mecanismos exerceram influência nas decisões políticas, embora não tenha entrado no mérito destas influências.

A ênfase mais perceptível nesta abordagem é a primeira pois mostra que a defesa dos interesses agrários foram ameaçados pela perda de sua primazia em função industrialização e a emergência de novos atores sociais. Tal processo, portanto priorizou a grande burguesia paulista.

12) “Estado, grupos de interesse e a formulação de políticas para a agropecuária brasileira” - Walter Belik (1998)

Neste texto Belik (1998) apresenta uma discussão sobre a presença do Estado no financiamento e no planejamento agropecuário no Brasil, a partir de 1964. Foram então identificadas três fases: a primeira entre 1964 e 1970, marcada por forte presença do Estado

na determinação e crescimento do setor agrícola e sua articulação com setores a montante e a jusante da agropecuária; a segunda fase iniciada nos 70, onde a política seria motivada pela redução dos subsídios agrícolas e pela busca de auto-regulação verificada nas formas de financiamento e pelo apoio público verticalizados no bojo dos CAIs; e na terceira fase iniciada no final dos anos 80, quando ocorreu o desmonte das instituições e dos instrumentos que nortearam a Política Agrícola e Agroindustrial, desde a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Ocorre na opinião do autor, nesta fase, uma tendência de perda do poder regulatório e capacidade de planejamento.

Em um tópico intitulado '*Grupos de Interesse e Políticas Públicas*' o autor opta pela abordagem neocorporativista para entender a relação entre o Estado e Sociedade, apesar de argumentar que não pretende compreender a política governada pela ação dos 'lobbies', e sim pelo legítimo interesse atuante em um contexto que o governo exerce a seletividade da distribuição dos recursos e benefícios.

Não foi, entretanto, objeto da discussão deste autor neste trabalho, quais seriam os agentes e agências, ou os 'grupos de interesse'. Este debate vai ser discutido posteriormente quando trata das agências e programas de crédito, em outro tópico '*A gestão dirigida da política pública e a modernização compulsória*'.

O autor conclui que a gestão das políticas públicas no Brasil passou por três momentos distintos; regulação - estatal, auto - regulação, e perda do poder de regulação. Com redução das possibilidades do governo direcionar e intervir em aspectos básicos que se relacionam 'com o agro'. Por outro lado, assim diz o autor “[...] *as arenas de decisão multiplicam-se, exigindo maior acompanhamento de outras variáveis que não aquelas que passam pelos gabinetes do governo.*”

A opção do autor em não ver a política governada pela ação dos 'lobbies', e sim pelo legítimo interesse atuante em um contexto que o governo exerce a seletividade da distribuição dos recursos e benefícios, coloca este texto dentro da análise característica da terceira ênfase.

13) “Representação de Interesses citrícolas e negociação no CAI citrícola brasileiro: transição para um novo padrão político – (autor?) (1999)

Identifica a representatividade das associações de interesses no contexto de estabilidade das negociações entre produtores e as agroindústrias pelo qual permitia apontar o recrudescimento deste complexo e reestruturação agroindustrial citrícola.

14) “A Representação dos Interesses Patronais na Agricultura Brasileira” - Ortega (1995)

Ortega localiza temporalmente o início do processo de articulação de interesses na agricultura no último quarto do século dezenove, e que surgiram as primeiras formas associativas a partir de organizações de tipo gremial ou de prestação de serviços aos agricultores, mas que, no entanto eram pouco especializadas funcionalmente. Para este autor o desenvolvimento do associativismo agrário no Brasil aconteceu entre 1893 e 1930, tendo os cafeicultores como fortes protagonistas.

Também apresenta a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), fundada no Rio de Janeiro, em 1877, foi a primeira das associações representativas dos interesses dos agricultores brasileiros, sendo constituída por agricultores, profissionais liberais e empresários do setor industrial. O autor ressalta que havia por parte da SNA uma insistência pela criação de um ministério específico para agricultura que ampliasse seu espaço entre os seguimentos de produtores agrícolas e pecuaristas. Quanto à condição de organização profissional a SNA tentou conseguir o direito de associação sindical na agricultura, que conquistou em 1907 passando a incentivar o surgimento de novas organizações estaduais e nacionais, como a Sociedade Agrícola Fluminense, a Sociedade Mineira, a Sociedade Agrícola de Pernambuco, a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul e Confederação Rural Brasileira. Todos os setores da agricultura e pecuária articulados pela Sociedade Nacional de Agricultura passaram a disputar a hegemonia no bloco do poder e se fortaleceram. Outra entidade de representação fundada em 1919 foi a Sociedade Rural Brasileira – SRB, que propiciou a integração da agricultura, indústria, comércio exportador e setor financeiro, resultado da implicação do capital agrário principalmente do setor cafeeiro, em outros setores da economia.

A partir de 1934 a SNA além de manter relações mais próximas com o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio conseguiu uma participação direta no Conselho de Comércio Exterior, órgão responsável, em última instância, pela política econômica do governo. A SNA também conseguiu colocar o presidente da entidade como membro deste conselho e ainda outro representante na direção do Banco do Brasil.

De acordo com Ortega, a SNA passou por um processo de verticalização perdendo seu protagonismo no cenário de representação dos interesses agrários no Brasil, com a criação da Confederação Rural Brasileira (CRB), em 1945.

De acordo com Ortega na década de 60, a legislação agrária foi modificada mais uma vez, e o Congresso Nacional aprovou o Estatuto dos Trabalhadores Rurais. A partir do mesmo, os pequenos proprietários, os parceiros e os pequenos arrendatários deixaram de ser filiados à CRB e passaram a se organizar através da Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). No bojo da ditadura militar, esta separação contrária aos interesses do patronato rural, surpreendeu o seguimento apoiador do regime militar. Em substituição à CRB, foram então regulamentadas a CONTAG e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Neste mesmo período, Ortega situa a crise de representatividade da CNA, que foi se convertendo em uma espécie de extensão burocrática do regime militar, afastada das transformações do setor agrário produzidas pelo processo de modernização. As lacunas de representação, então criadas na base social passaram a ser preenchidas por novas associações de natureza civil, criadas, sobretudo em determinados setores que não se sentiam representados pela CNA.

Assim, esta entidade não mais respondia às demandas do coletivo de agricultores, que cada vez mais diferenciados econômica e socialmente. Já na década de 70 a agenda dos produtores e proprietários rurais aparece novas questões, como por exemplo, a readaptação ao novo momento político porque passava o país, processo de redemocratização e profunda crise econômica. Com a falência do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi fundamental para o processo de industrialização da agricultura e integração aos CAI, a crise das relações da CNA com o governo piorou.

Discute o autor que ocorre também que uma articulação setorializada se deu em nível de governo e os grupos que integravam os complexos agroindustriais na década de 70 e dando condições para a consolidação das organizações especializadas por produto, e a constituição de organizações de caráter interprofissional. Isto reforça que para os CAI, a representação legal-formal da agricultura já não fazia mais sentido para alguns seguimentos mais dinâmicos dos mesmos.

Diante da crise e aprofundamento das tensões sociais na década de 80 o fortalecimento da bandeira pela Reforma Agrária, além da incapacidade da CNA em dar

resposta ao seu coletivo, surge a UDR, representando, sobretudo, os proprietários rurais e pecuaristas não modernizados das regiões Norte e Centro-Oeste do país. Esta entidade ‘ganha força à margem da representação formal e passa a criar uma espécie de contra-poder à CNA’. (Ortega, 1995)

No prenúncio do Congresso Constituinte, foi articulada, em 1986, a Frente Ampla da Agropecuária.

[...] uma espécie de Frente Unitária, composta pelas organizações agrárias patronais (CNA, SNA e SRBA), e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das Organizações representativas de interesses na agricultura. Esta frente permitiu às organizações agrárias mais tradicionais recuperassem um protagonismo que haviam perdido (Ortega, 1995, p.1254)

Enquanto isso dentro da CNA se deu uma intensa disputa, pois a entidade passou por modificações em sua estrutura organizativa, criando departamentos de assessoria técnica por produtos, ao qual visava atrair os distintos setores da agricultura. Poucas mudanças ocorreram nas demais organizações, como SNA, SRA e OCB, que eram representativas dos interesses do setor agrário. Os setores industriais, além dos que tinham interesses diretos na agricultura, se uniram aos produtores rurais para fortalecer a posição contra a reforma agrária, conduzindo a revitalização de um discurso unitário e ruralista. Tal estratégia ocorreu em razão de questão conjuntural, tendo em vista a proposta de reforma agrária que alcançava a todos os produtores e proprietários rurais. (Ortega, 1995)

Neste texto a ênfase mais perceptível nesta abordagem é a primeira, pois mostra que a defesa dos interesses agrários foram ameaçados pela perda de sua primazia pela industrialização e a emergência de novos atores sociais.

15) “A desregulamentação do setor sucroalcooleiro e as novas formas de atuação do Estado”
- Márcia Azenha Ferraz Dias de Moraes (2000)

Discute sobre a intensidade que o Estado pode se afastar do setor sucroalcooleiro e quais as novas formas requeridas de ação estatal no novo ambiente regulamentado. Através de Câmaras setoriais (por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, a Câmara Setorial do Setor Sucroalcooleiro), governos estaduais adotarem ICMS sobre combustíveis e

automóveis. Para este artigo o autor entrevistou participantes do Comitê Consultivo do Conselho Intermaterial do Alcool (CIMA), fornecedores de cana e um Senador da República.

Também a primeira ênfase, o afastamento e as formas foram transferidas para o poder estatal e não para as ações dos grupos organizados.

Problematização dos textos:

Os textos apresentados, ao mesmo tempo em que mostram um histórico acerca da representação da classe ruralista, permitem verificar que na maioria deles não foi explicitada as organizações ruralistas que representaram e que foram por alguns grupos e pessoas representadas, nas mais diversas instituições de disputa e defesa dos interesses específicos de proprietários rurais, produtores e produtos. Foram caracterizadas algumas políticas agrícolas e os diferentes aparelhos criados e ou extintos para atender as demandas dos diferentes grupos, e organizações ruralistas, mas a ação e pressão destes grupos em si não foram problematizadas.

Assim os textos analisam as políticas públicas para a agricultura no Brasil a partir de 1930, mas a maior volume dos estudos centra-se nas transformações inerentes aos Complexos Agroindustriais (CAI).

Outra observação é que a produção se concentrou na década de 1980 e 1990, e apenas um artigo foi elaborado em 2000, quer dizer tais trabalhos são recentes e há pouca preocupação com o debate sobre o ruralismo que parece ter deixado de existir. Embora, as características da política agrícola tenham sido analisadas em diferentes períodos alguns autores reconhecem, em algum momento no texto (geralmente nas conclusões), a importância da pressão política dos ‘grupos de interesse’ nas casas legislativas, nos ministérios, ou nos ‘currais eleitorais’.

Com isso notei que os trabalhos de Sônia Regina de Mendonça e de Regina Landim Bruno, alguns referidos neste trabalho, encontram-se entre as poucas referências que discutem a ação das elites patronais no parlamento. Mendonça (1997) discutiu representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro na República Velha, bem como a denominação de ruralismo entendido como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil - tanto em instituições de organização civil, quanto na estrutura burocrático - política

do Estado, bem como no tocante aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele fazem parte.

Por sua vez, Regina Bruno nas pesquisas desenvolvidas no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, tem se dedicado atualmente a compreender a ação dos deputados da Bancada Ruralista, refletindo sobre a questão da representação patronal dos grandes proprietários de terra e empresários rurais e do agronegócio na Câmara dos Deputados, discutindo a problemática da representação de classe e da organização de interesses no âmbito da sociedade política e do Estado.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), estruturado para atuar junto aos Poderes da República, em especial no Congresso Nacional tem apresentado levantamentos periódicos sobre a atuação dos deputados no Congresso Nacional, também seus trabalhos apresentam ações da bancada ruralista, mas não tem objetivos de teorizar sobre os dados e questões apresentadas.

Frente a isso quero chamar a atenção para a discussão que proponho: estou discutindo a constituição de ações empreendidas pelas organizações patronais agrárias na defesa da propriedade privada da terra e em prol de uma política agrícola favorável à classe agrária dentro do Parlamento, através da atuação da bancada ruralista. Analiso as estratégias dos parlamentares que compõem tal bancada identificando os mesmos fazem parte de um processo mais amplo de articulação de interesses e de relações entre corporações e organizações que vem se dando na sociedade civil e cujo reconhecimento por parte do Estado tem sido a consequência de sua representatividade.

Como já foi dito, há uma ausência de estudos que analisam a ação da classe ruralista, sobretudo no parlamento. E os textos acima referidos deixam isto bem explicitado, quando muito em um parágrafo final sinalizam a necessidade ou uma suposta participação das elites patronais no Parlamento.

Pelo exposto, e pelo pouca definição encontrada na literatura sobre o termo, notamos que na ditadura militar a ação dos ruralistas se dava pela forma de ação direta de determinadas lideranças de cada segmento ou produto nas negociações com os governos. O que quer dizer que durante os governos militares o termo ruralista como auto-nominação ou como termo identificador não era usado, e sim ‘nós os proprietários’, ‘nós os empresários’. Ou seja, a autodenominação e identificação de ruralista, irrompem com Ronaldo Caiado e a

União Democrática Ruralista a UDR no bojo da democracia formal e representativa, que ocorreu durante a Nova República, quando ele começa a atuar de forma organizada no Congresso Nacional (Constituinte 1986-1988). Neste momento parece ter sido criado esse termo Bancada Ruralista e aparece numa nova forma de ação parlamentar. A Frente Ampla foi um momento em que a bancada ruralista procurou, como o nome diz, ampliar suas alianças, superando algumas divergências internas.

Então, diante da importância preencher uma lacuna nos estudos sobre o papel exercido pela Bancada Ruralista, bem como a ação direta dos parlamentares que compõem esta bancada que proponho o estudo dos deputados ruralistas mineiros na Bancada Ruralista do Congresso Nacional.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS DEPUTADOS MINEIROS E TERRITÓRIOS ELEITORAIS

Tendo como referência a relação de deputados ruralistas mineiros, identificados segundo os critérios que o identificam como um ‘ruralista’, ou seja aqueles parlamentares que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses da classe ruralista, encaminhando Projetos de Lei, Emendas, participando de Comissões, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados aliados para fazer pressão sobre o Congresso e o Governo.

Assim, identifiquei doze deputados federais ruralistas representantes do estado de Minas Gerais no Congresso Nacional, na Legislatura de 1999-2003 (Aracely de Paula, Carlos Carmo Andrade Melles, Cleuber Brandão Carneiro, Edmar Moreira, Herculano Anghinetti, Jaime Martins Filho, João Lúcio Magalhães Bifano, José Perrella (Zezé Perrella), Lael Varella, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, Romel Anízio Jorge (Romão) e Silas Brasileiro). O Quadro II, a seguir apresenta nomes dos Deputados Federais Ruralistas mineiros do Congresso Nacional eleitos para a legislatura de 1999 – 2003, respectivos partidos, profissões e provável cidade onde residem.

Quadro II - Nome dos Deputados Federais Ruralistas, respectivos partidos, profissões e a provável cidade onde residem.

Nome	Partido	Profissão	Residência (cidade)
Aracely de Paula	PFL	Advogado e Pecuarista	Araxá/MG, Brasília/DF
Carlos Melles	PFL	Empresário e Engenheiro Agrônomo	São Sebastião do Paraíso/ MG, Brasília/DF
Cleuber Brandão Carneiro	PFL	Advogado, Professor, Produtor Rural e Comerciante	Januária/MG
Edmar Moreira	PPB	Empresário e Produtor Rural e Capitão do Quadro de Oficiais da Reserva, PM, MG	Brasília/DF
Jaime Martins	PFL	Advogado, Engenheiro e Empresário	Divinópolis/MG, Brasília/DF
João Magalhães Bifano	PMDB	Pecuarista e Cafeicultor	Matipó-/MG, Brasília/DF
Zezé Perrella	PSDB	Empresário - atua na agricultura e agroindústria (comércio de carnes)	Belo Horizonte/MG
Lael Varela	PFL	Empresário e Proprietário de uma rede de revendedoras de automóveis e tratores	Muriaé/MG, Brasília/DF
Herculano Anghinetti	PPB	Corretor de Seguros e Produtor Rural	Belo Horizonte/MG
Odelmo Leão	PPB	Bancário e Produtor Rural	Uberlândia/MG
Romel Anízio	PPB	Agropecuário e Empresário Rural	Ituiutaba/MG
Silas Brasileiro	PMDB	Administrador de Empresas e Cafeicultor	Patrocínio/MG

Os doze (12) deputados federais estudados são políticos que em geral tem diferentes formações profissionais, e exerceram ao longo de suas trajetórias diferentes profissões como, empresários, advogados, engenheiros, comerciante, bancário, economista, administrador, corretor de seguros. Porém, todos praticam alguma atividade ligada ao setor agrícola, tais como; produtor rural, cafeicultor, agropecuarista e empresário rural.

Estes deputados legislaram e a maioria ainda legisla em diferentes partidos políticos; PFL, PMDB, PPB, o que confere à bancada mineira uma característica suprapartidária, conforme observado no Quadro II.

Apresento a biografia resumida de cada um dos deputados, seguido dos mapas de seus respectivos territórios eleitorais. Por ser resumida, na biografia não apresento todo o

conjunto de informações levantadas (a maioria disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados) e sim aquelas que permitem ao leitor compreender a trajetória política, as representações e as bases formadas pelos deputados mineiros. Por isso será recorrente a referência a algumas articulações com governos de municípios do estado de Minas Gerais. Estas serão demonstradas através de notícias veiculadas em jornais oficiais. E ainda para alguns deputados recorro à *Análise do desempenho do Candidato nas eleições de 2002* do TSE, disponível por acesso eletrônico, que apresenta os Municípios onde os deputados tiveram mais eleitores naquele pleito. Embora este levantamento remeta à eleição posterior a este estudo, é um indicador de uma correspondência com os municípios dos territórios eleitorais. Vale ressaltar que dos doze deputados federais mineiros da bancada ruralista, somente dois não foram reeleitos na eleição seguinte (2002). O deputado Zezé Perrella porque se candidatou a Senador não conseguindo ser eleito para este cargo, apesar de ter sido muito bem votado, e o deputado Romel Anísio Jorge que se candidatou, mas não foi eleito, aposentando-se em seguida. Após a apresentação dos deputados mostro uma caracterização conjunta, que compõe um perfil da bancada ruralista mineira.

3.1 Biografia dos Deputados

Aracely de Paula - Graduado em Direito pela Faculdade do Triângulo Mineiro (Uberaba-MG, 1969), exerceu vários mandatos em cargos públicos, alguns não forma não eletiva, como Vereador e Prefeito de Araxá (MG) ⁴, ambos por duas vezes. Ocupou também o cargo público como promotor Adjunto, em Araxá, e neste município também foi Secretário e Presidente da Associação Comercial e Industrial. Foi Deputado Federal pelo PFL (MG), nas legislaturas 1991-1995, 1995-1999, 2003-2007. Atualmente, é Deputado Federal pelo PL (MG). Licenciou-se duas vezes do mandato de Deputado Federal na legislatura 1999-2003, para exercer o cargo de Secretário de Estado de Turismo do Estado de Minas Gerais. A primeira, em 03/01/2003 e segunda, no período de 04/02 a 18/11/2003.

Teve como filiações partidárias PFL (2003); ARENA; PDS; PL, (2003-2007); PR, 2007. Nas atividades partidárias que exerceu se destacou como uma liderança, se tornando fundador e presidente do PFL de Araxá, MG; e por várias vezes Vice-Líder do Bloco PFL/PTB, do PFL, do Bloco PFL/PST, PL/PSL.

⁴ Para o cargo de Prefeito de Araxá foi nomeado, conforme a regra estabelecida no regime militar, pelo Governador Aureliano Chaves em 1975, e confirmado no mesmo cargo pelos Governadores Francelino Pereira e Ozanan Coelho, até 1983.

Participou de várias missões oficiais, com destaque para missão à Espanha em 1995, para conhecimento da legislação sobre jogos. Foi representante, em 1996 no Congresso Nacional no Habitat II - Programas de Habitação no Mundo, realizado pela ONU na cidade turca de Istambul. Ainda no âmbito da ONU, foi observador parlamentar à LV Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York (EUA), no ano de 2000.

Território de atuação e de mobilização de bases: Cidades no entorno do município de Araxá. Através de informações de jornais municipais apresento algumas verbas conseguidas através do Deputado Federal Aracely de Paula para convênios para os municípios de Araxá e Campos Altos. Demonstrando a articulação do Deputado para angariar recursos dentro de várias secretarias nos Ministérios do Governo, para os municípios que o elege.

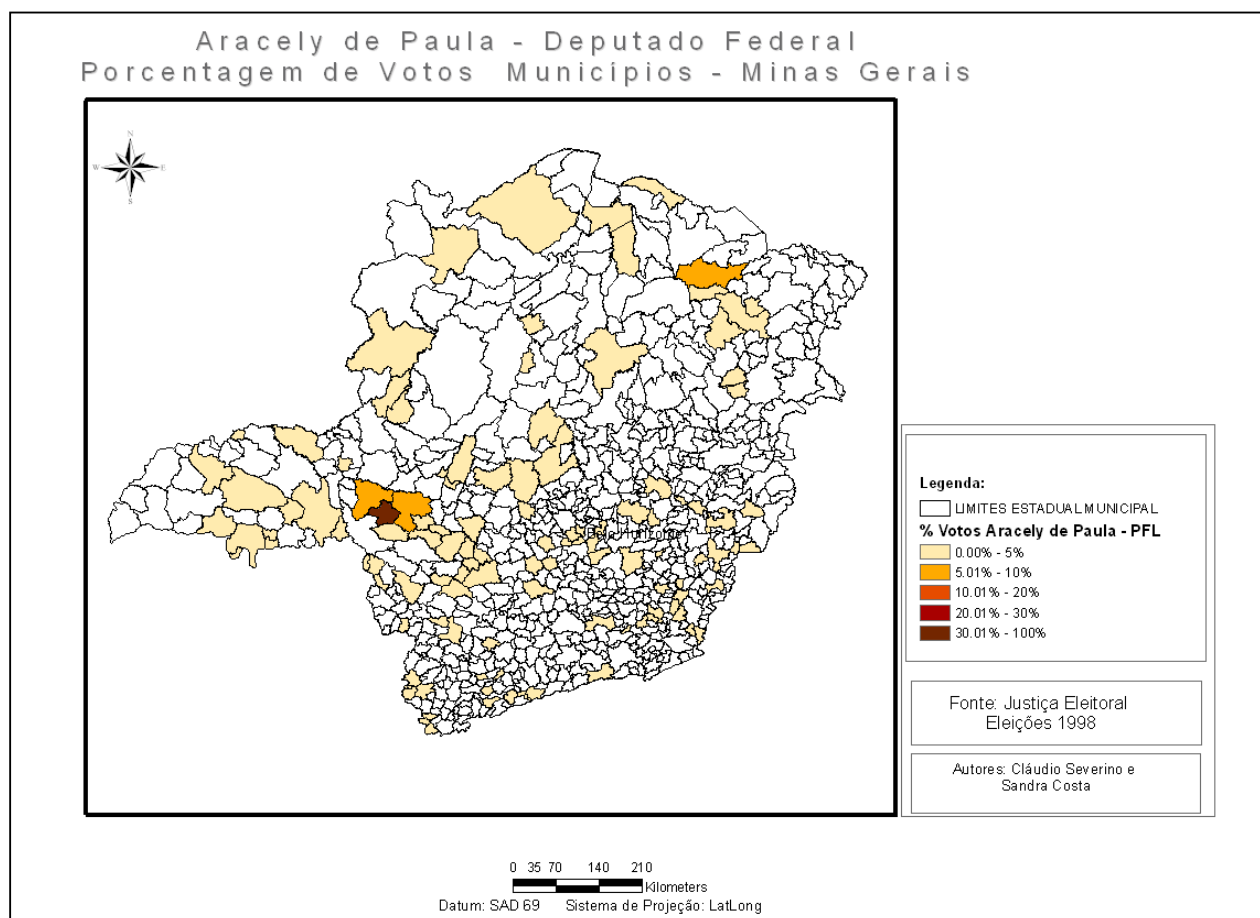
O primeiro convênio, de número 272/2005, no valor de R\$ 93 mil, aconteceu por intermédio do Ministério dos Esportes. A verba tem como destinação a implantação de cinco novos Núcleos de Esporte do Programa “Segundo Tempo”, que Araxá já conta hoje, com três. (...) Através da Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração, foi assinado o convênio número 548/2005, que destina verba no valor de R\$ 350 mil, para o revestimento da calha do córrego Terêncio Pereira, em concreto e terraplenagem no Município de Araxá, de acordo com o plano de trabalho devidamente aprovado. O terceiro convênio, de número 701/2005, aconteceu através da Secretaria Nacional de Infra-estrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional. Verba no valor de R\$ 1,2 milhões será aplicada nas obras do Aterro Sanitário de Araxá, como: aterro e retaludamento com proteção de drenagem pluvial.” (Prefeitura Municipal de Araxá, 2005)

[...] foram beneficiados, no Gabinete do Prefeito Antônio Leonardo, com dois importantes convênios, através de parceria com o Deputado Federal Aracely de Paula. O primeiro foi com o Ministério da Cultura, através da Secretaria Executiva, que liberou verba no valor de R\$ 48 mil. A verba será aplicada no projeto de “Estrutura Documental” da Fundação, estendendo-se à aquisição de equipamentos e de material permanente. O segundo convênio diz respeito ao projeto “Batuta Instrumental”, conseguido junto ao Ministério da Cultura, apoiado pela “Lei Rouanet”. Os recursos, no valor de R\$ 65,5 mil, para aquisição dos instrumentos musicais virão da empresa CBMM, que também é parceira. (Prefeitura Municipal de Araxá, 2005)

Prefeito Geraldo Barbosa Leão Júnior anunciou (...) a obra de construção do elevador sobre a linha férrea, no centro de Campos Altos”. Através de ofício enviado do gabinete do deputado Aracely de Paula na sexta feira, 04, finalmente a Administração Municipal

pôde anunciar a concretização do processo que buscava a realização da obra. O ofício noticiava que R\$ 2,1 milhões, referentes à primeira parcela dos recursos que serão usados na construção do viaduto, estavam sendo empenhados no Orçamento Geral da União. No final de abril, o Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, havia garantido ao prefeito, através de telefonema, sua efetivação. Na ocasião, o ministro se encontrava em reunião com o deputado Aracely.

Durante vários anos, este foi um sonho dos campos-altenses. Prefeitos visitaram Brasília no intuito de tentarem sua concretização. No início do mandato da atual administração, o prefeito Geraldinho buscou junto aos órgãos competentes e com a ajuda do deputado federal majoritário na cidade, as instruções para que o projeto pudesse ser avaliado na capital federal. Entre 2005 e 2006, Campos Altos recebeu a visita de engenheiros ligados à Ferrovia Centro Atlântica – FCA e do setor de ferrovias do DNIT, órgão que cuida da infra-estrutura de transportes no País. O prefeito esteve também, por diversas vezes, no DNIT em Brasília; a última delas, quando levou pessoalmente o plano de trabalho da obra. (...)(Prefeitura Municipal de Campos Altos, 2007)



Mapa 1 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Aracely de Paula eleição de 1998.

Carlos Carmo Andrade Melles - Graduado em Engenharia Agrônoma pela UFV (Viçosa- MG, 1972); Pós-Graduado em Fitotécnica pela UNESP (Jaboticabal-SP). Em sua trajetória participou de vários seminários, conferências e congressos na maioria relativos a produção de café. Também possui obras publicadas sobre este assunto. Recebeu várias condecorações de entidades ligadas ao café e agropecuária, dentre outras honrarias municipais e estaduais. Atualmente Carlos Melles é presidente da Cooparaíso, membro-fundador da Credipar, e foi dirigente de importantes órgãos do cooperativismo e da cafeicultura, como a Organização das Cooperativas de Minas Gerais (OCEMG) e o Conselho Nacional do Café (CNC).

Todos os mandatos eletivos que exerceu foram como deputado federal pelo PFL (MG), elegendose nas legislaturas 1995-1999, 1999-2003; 2003-2007, 2007-2011. Também se licenciou do mandato de deputado federal para exercer o cargo de Ministro de Estado do Esporte e Turismo, de 9 de maio de 2000 a 21 de março de 2002. Nas atividades partidárias que exerceu se destacou como membro da Executiva Nacional e Estadual do PFL; presidente do Diretório Municipal do PFL, São Sebastião do Paraíso, MG, 1993; vice-líder do PFL.

Exerceu ainda atividades profissionais e cargos públicos (entre 1970 a 2002) atuando vários cargos ligados à EPAMIG (Programa Estadual de Café, Gerente da Fazenda Experimental, Secretaria de Agricultura, Pesquisador e Coordenador, Projeto Café, Presidente do Conselho de Administração, Membro Representante da Produção pela FAEMG e Conselho Nacional do Café, Diretor Executivo do Conselho Nacional do Café).

Das atividades parlamentares vale destacar a sua participação na Comissão Especial para estudar a autogestão de Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira).

De acordo com a Agência Câmara (2006), esta Comissão foi criada por proposta do próprio deputado Carlos Melles ao Presidente da Câmara dos Deputados, que a aprovou com a criação do Conselho Deliberativo da Política de Café (CDPC), através da Medida Provisória 1498-22, relatada pelo próprio deputado. No texto a medida propõe diretrizes como a instituição de um "seguro renda" e a autonomia na gestão do fundo. Na argumentação do parlamentar estes mecanismos vão garantir a renda do produtor, possibilitando também toda a cadeia econômica do café. Além disso, com a gestão autônoma do Funcafé, os recursos poderão ser usados para sustentar financiamentos

bancários ou para amparar outros instrumentos de políticas agrícolas, como os programas de opções públicas. O texto recomenda a aprovação do Projeto de Lei 4507/04, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que delega ao CDPC a decisão sobre os financiamentos com recursos do Funcafé.

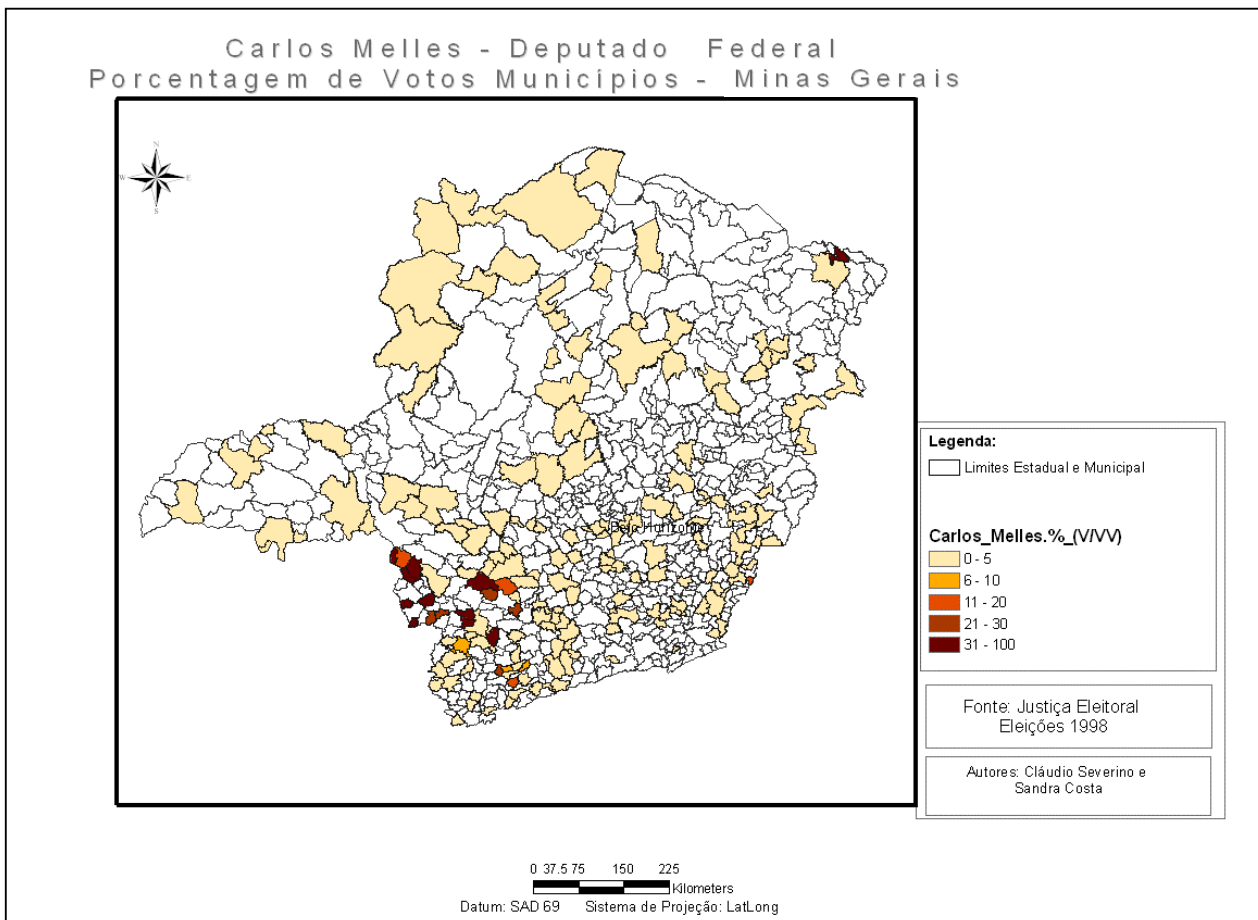
Também foi Coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, Presidente da Frente Parlamentar de Cooperativismo (FRESCOOP) e membro coordenador do Grupo de Parlamentares para negociação da Securitização das Dívidas de Crédito Rural. Coordenador da área de Cafeicultura na Frente Parlamentar da Agricultura. Membro da Comissão de Avaliação e Acompanhamento da Securitização dos Débitos do Crédito Rural, representando a Frente Parlamentar da Agricultura.

Outras Informações que valem destaque em sua trajetória são: Organizador e coordenador de vários Dias de Campo sobre Café na Fazenda Experimental da EPAMIG (São Sebastião do Paraíso - MG, 1977-1986); Coordenador de produção do GEPA-Café, do Ministério da Economia, 1990. Participante do Grupo Interministerial GT-41, que estudou as bases para formulação de uma política cafeeira, 1990. Representante da OCB, na área de café, nas reuniões técnicas preparatórias para o MERCOSUL, 1992-1993. Como Ministro do Esporte e Turismo criou a Comissão Nacional de Atletas, a Secretaria Nacional de Esportes e a Câmara Setorial de Esporte. Transferiu à Caixa Econômica Federal a responsabilidade pelos bingos e pelo gerenciamento dos recursos para infra-estrutura esportiva; além de outros programas, projetos e leis referentes ao esporte nacional.

No que diz respeito ao seu território eleitoral, no Sítio eletrônico do Deputado Carlos Melles (2007), o parlamentar destaca diversas obras e recursos para educação, rodovias aeroportos, habitação e saneamento, estragos das chuvas em 2000, turismo (nível regional), segurança / justiça, agropecuária /cooperativismo, meio ambiente, esporte (nível regional), para os municípios de; São Sebastião do Paraíso, Nova Resende, Muzambinho, Guapé, Ilcínea, Carmo do Rio Claro, Areado, Cássia a Ibiraci, São Tomás de Aquino, Fortaleza de Minas, Passos, Paraíso, Jacuí, Alfenas, Paraguaçu, Varginha, São Pedro da União, Guaxupé, Lavras, Três Pontas, Piumhi, ou seja, seu território vai aglutina municípios da região Sul de Minas, e os municípios que constituem o território do Lago de Furnas – *em dezenas de municípios Melles destinou investimentos à modernização de praças, espaços de lazer e de turismo religioso, monumentos e até Almenara (no vale do Jequitinhonha).*

A nota jornalística ilustra a participação do Deputado na captação de recursos para investimentos na compra de equipamento hospitalar para a Prefeitura de Paraguaçu que se encontra no seu território eleitoral.

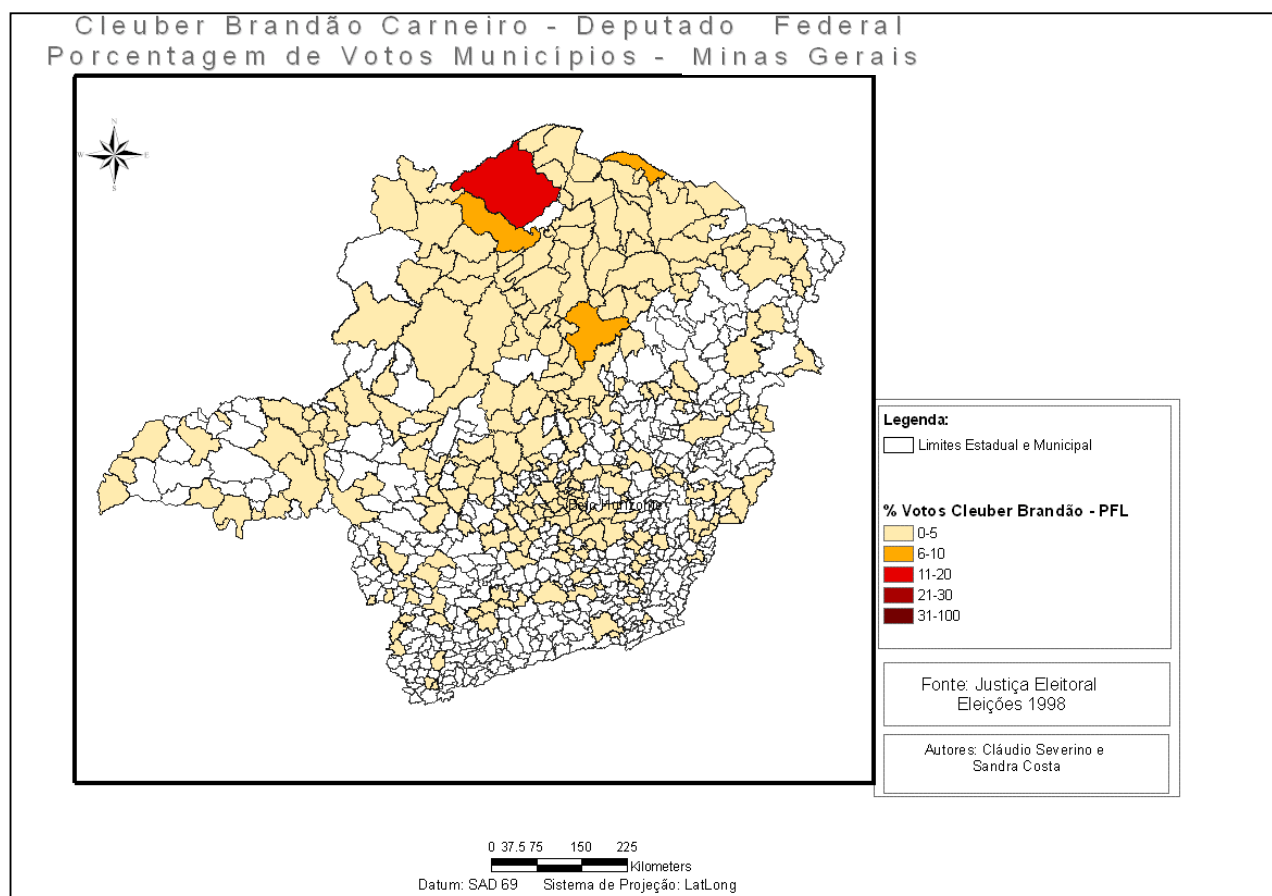
A proposta afirmada pelo Prefeito Evandro Barbosa Bueno no início deste mandato, vai ser realizada no primeiro trimestre de 2006. Através de um convênio feito com o apoio do Deputado Federal Carlos Melles, foi liberada uma verba no valor de 64 mil reais, para a compra de um aparelho de ultra-som que, até o mês de março, vai estar em funcionamento em Paraguaçu. O equipamento é de extrema importância no atendimento da saúde da mulher e é fundamental nos exames de pré-natal. O ultra-som deve ser instalado na Policlínica Municipal. (Prefeitura municipal de Paraguaçu, 2007)



Mapa 2 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Carlos Melles eleição de 1998.

Cleuber Brandão Carneiro - O deputado que atualmente tem residência em Januária/MG. É formado em Direito, pela FFEG, Goiânia, GO, entre 1960-1964 exerceu os seguintes mandatos eletivos; Deputado Estadual, 1995-1999, MG, PFL; Deputado Federal, 1999-2003, MG, PFL; Deputado Federal, 2003-2007, MG, PFL; Assumiu, como Suplente, o mandato de Deputado Federal na Legislatura 2003-2007, de 04/02/2003 a 13/02/2004, reassumindo o mandato de 17/02 a 18/09 de 2004 e em 1º de Janeiro de 2005. As suas Filiações Partidárias foram pelo PDS; PFL, 1985-2005; PTB, 2005; em que foi vice-líder do PFL, 1999-2000 e 2002-; Vice-líder do bloco PFL/PST, 2001-2002.

Poucas informações foram encontradas, a maioria fala do envolvimento no esquema das ambulâncias. Encontra-se na lista de parlamentares investigados pelo escândalo da fraude das ambulâncias.



Mapa 3 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Cleuber Brandão eleição de 1998.

Edmar Batista Moreira - Empresário e produtor rural e Capitão do Quadro de Oficiais da Reserva, Polícia Militar de MG. Nascido em São João Nepomuceno, MG, o deputado se formou em perito contador, no município de Juiz de Fora, MG, onde também cursou a faculdade de Direito, UFJF entre 1964-1968. Exerceu diversas atividades empresariais no estado de São Paulo, e sindicais, representativas de classe e associativas, como presidente do Sindicato das Empresas de Segurança, Vigilância e Transporte de Valores do Estado de São Paulo e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Vigilância e Segurança da Regional de São Paulo, ABREVIS.

Como Deputado Federal foi eleito nos seguintes períodos; 1991-1995, MG, pelo PRN, 1999-2003, MG, 2003-2007, pelo PPB, MG, 2007-2011, pelo PFL, MG. Foi filiado aos seguintes partidos PRN, PP, PPB, PL, PFL, DEM.

Participou de vários Conselhos, Frentes e Grupos Parlamentares; tais como Frente Parlamentar: da Agricultura, da Defesa do Contribuinte, de Apoio ao Setor de Serviços, da Fruticultura - Frutagros, do Turismo - Parlatur, da Língua Portuguesa, do Café, Pecuária de Corte e Leite, da Segurança Privada, da Cancerologia e do Movimento Estudantil; Grupo Parlamentar: Brasil-Venezuela, Combustíveis - PARLACOM; Brasil-Itália, Brasil-Tunísia; Pastoral Parlamentar Católica; Grupo de Trabalho Transposição do Rio São Francisco; Conselho de Ética.

A nota jornalística abaixo ilustra a participação do deputado na captação de recursos para investimentos na compra de veículo e construção de posto de saúde para a prefeitura de Minduri, e honraria recebida no município de Jacutinga, que estão no seu território eleitoral. Mostra também o depoimento do deputado ao conselho de Ética, em que mostra a preocupação com a sua imagem e a dos eleitores de seu filho também deputado no interior do estado de Minas Gerais.

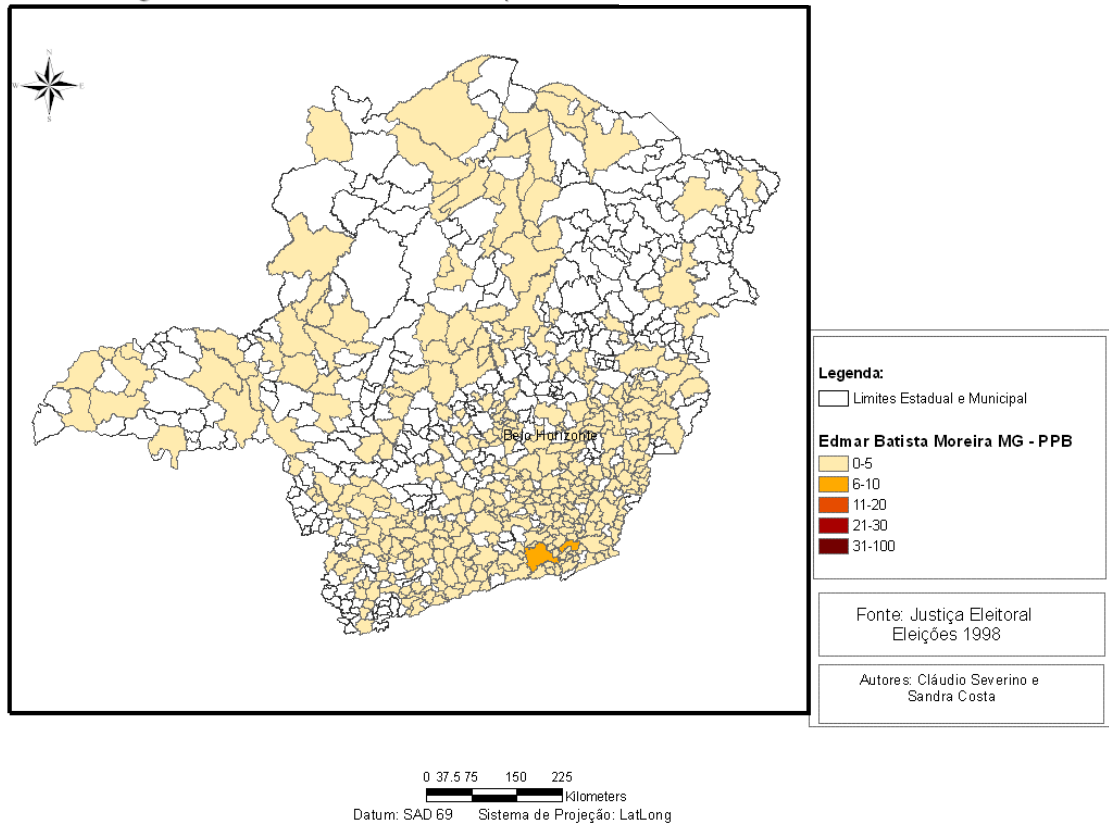
Não podemos deixar de agradecer aos nossos amigos e companheiros Deputados Edmar Moreira e Leonardo Moreira, e ao secretário de estado da saúde, Marcos Pestana, que há vários anos vem desempenhando um papel de grande importância para o desenvolvimento do município de Minduri. (...) Nesta atual administração vários projetos destes deputados já se tornaram realidade: O novo veículo de 16 lugares da saúde; Liberação de recursos para construção do prédio do PSF e a compra de um veículo. Liberação de recursos para reforma do centro de saúde. Compra de um trator para o município. e muito mais. Recursos para construção de uma quadra de esportes sem cobertura. Hoje Minduri é uma cidade como uma estrutura urbana de qualidade, com

quadras, ruas pavimentadas, um parque de exposições de qualidade invejável. [...] (Informativo Oficial do Município de Minduri, 2006)

“Câmara Municipal de Jacutinga concede o título de Cidadão Jacutinguense aos deputados Edmar e Leonardo Moreira – (Jornal da Cidade inserida em 06/06/2007) - Na noite do dia 1º de junho, a Câmara Municipal de Jacutinga promoveu uma Reunião Solene para a entrega de títulos de Cidadãos Jacutinguense e de Honra ao Mérito (..) O deputado federal Edmar Moreira e o estadual Leonardo Moreira estavam entre os agraciados com o título de Cidadão Honorário. De acordo com o vereador Homero Luiz Nardini - que fez a indicação do nome de Edmar Moreira-, a honraria prestada é um agradecimento ao parlamentar por sua dedicação e empenho despendido à Jacutinga. Já o deputado Leonardo Moreira, que recebeu o título das mãos do vereador João Batista Lupinacci, disse que para ele; receber esta manifestação honrosa é uma grande satisfação e que sua missão em prol dos interesses da cidade não aumentaria e nem diminuiria naquele momento, pois é seu compromisso lutar sempre em defesa dos cidadãos jacutinguenses.” (Ouro Fino Online, 2007)

“E eu, com 65 anos de idade, meu caro José Múcio, estive em uma comemoração neste último final de semana, muito simples, havia exatamente 83 pessoas — cavaleiros, charrete... era uma festa junina do interior —, quando fui chamado pelo prefeito para distribuir brindes, uma cabeçada para um, uma espora para outro, um garrafão de vinho para o outro, isso que todos nós do interior conhecemos, e a coisa ia muito bem, Dona Edna, eis que de repente um cidadão lá no meio falou a palavra mensalão... Devo dizer que fiquei muito constrangido, não porque, de certa maneira, absolutamente não me afetou, o pessoal lá todo me conhecia, mas eu estava ao lado do meu filho, que tenho a honra de ter um filho Deputado Estadual lá de Minas Gerais. “ (Fragmento do discurso do Deputado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, 2005)

Edmar Moreira - Deputado Federal
Porcentagem de Votos Municípios - Minas Gerais



Mapa 4 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Edmar Batista na eleição de 1998.

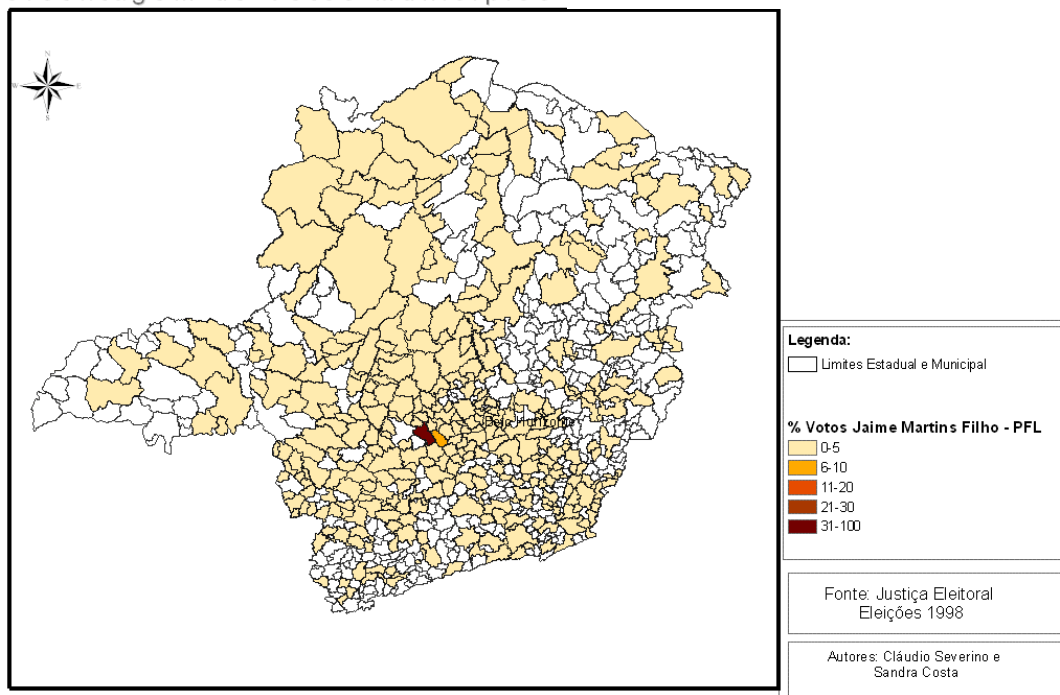
Jaime Martins Filho – Filho de Jaime Martins do Espírito Santo “Jaimão” (ex-deputado estadual por quatro mandatos) e Maria de Lourdes Martins (Vice-prefeita municipal de Divinópolis/MG, 2001-2004). De acordo com Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 1998) Jaime Martins é proprietário de siderúrgica, rádio e fazendas e integra as bancadas comunicação e ruralista. Membro efetivo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também faz parte do Conselho Fiscal do Sindigusa. Seu pai, ex-prefeito de Divinópolis e ex - deputado estadual, Jaime Martins, é um quadro de destaque no PFL mineiro. O deputado segue as orientações do pai e, portanto, vota sempre com o partido.

Graduado em Engenharia Metalúrgica pela UFMG e em Engenharia Mecânica Operacional pelo CEFET. Tem ampla formação em cursos de pós-graduação: Administração Financeira, Marketing e *Forecasting Methods*, pela Fundação João Pinheiro; Direito, pela Faculdade de Direito do Oeste de Minas (Divinópolis-MG); Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras, pela Fundação Dom Cabral; Mercado de Capitais, Análise de Investimentos Públicos e Privados e Economia Política, pela UFMG. Exerceu atividades profissionais e cargos públicos em algumas destas áreas de formação tais como Químico, Consultor-Técnico, Diretor Industrial.

Exerceu os Mandatos Eletivos como Deputado Federal nas legislaturas 1995-1999, 1999-2003, 2003-2007, pelo PFL (MG) e 2007-2011 pelo PL (MG). As filiações partidárias que participou foram PFL (1986-2003); PL (2003-2007); PR (2007).

Na análise do Desempenho do Candidato nas eleições de 2002 o TSE apresenta que os municípios que mais contribuíram para a votação do candidato Jaime Martins Filho foram 23, com um total de 80,00% dos votos do candidato. Assim, tem-se: Divinópolis, Formiga, Nova Serrana, Santo Antonio do Monte, Carmo do Cajuru, Itapeçerica, Piumhi, Cláudio, Dolores do Indaia, Bom Despacho, São Sebastião do Oeste, Ponte Nova, Carmo da Mata, Curvelo, Igaratinga, Itauna, Martinho Campos, Pedra do Indaia, Iguatama, Araujos, Belo Horizonte, Arcos, Pimenta.

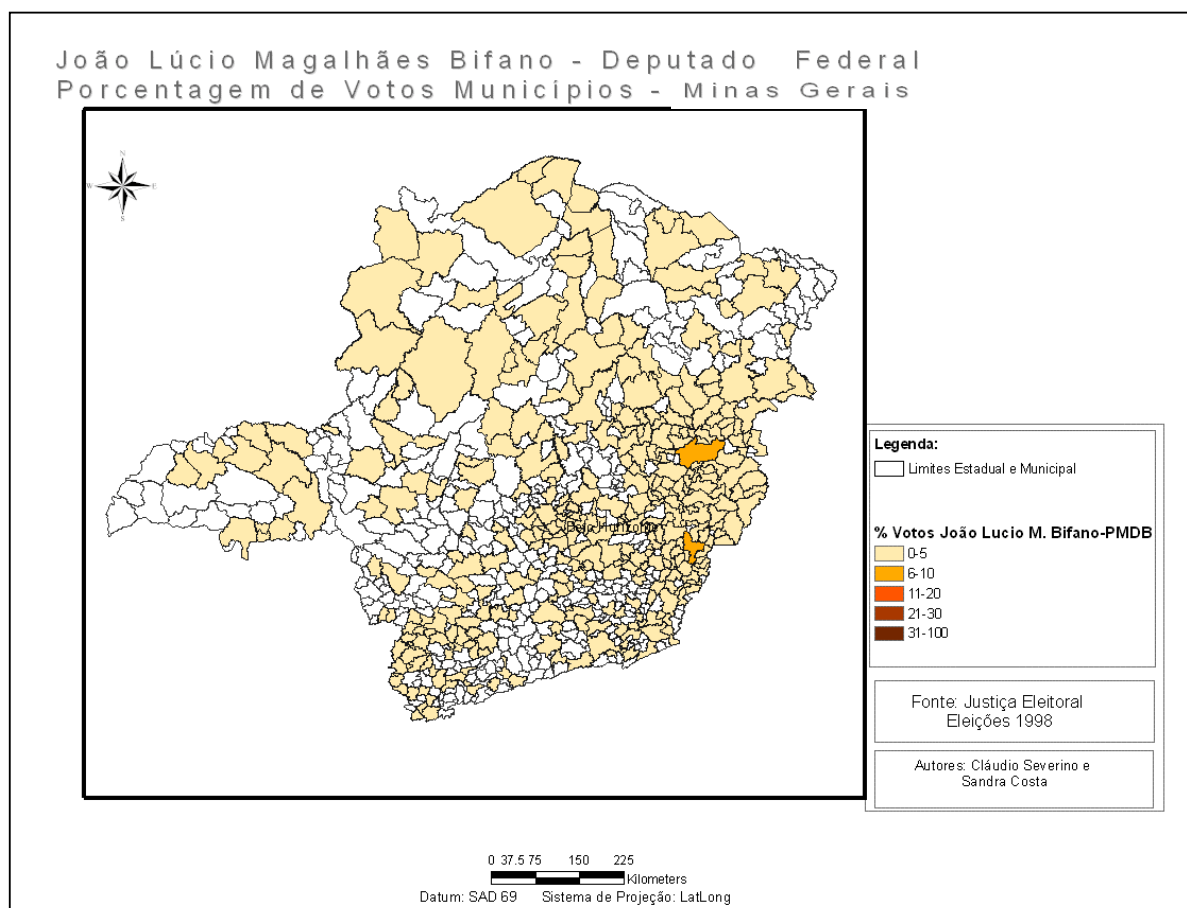
Jaime Martins Filho - Deputados Federal
Porcentagem de Votos Municípios Minas Gerais



Mapa 5 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Jaime Martins Filho na eleição de 1998.

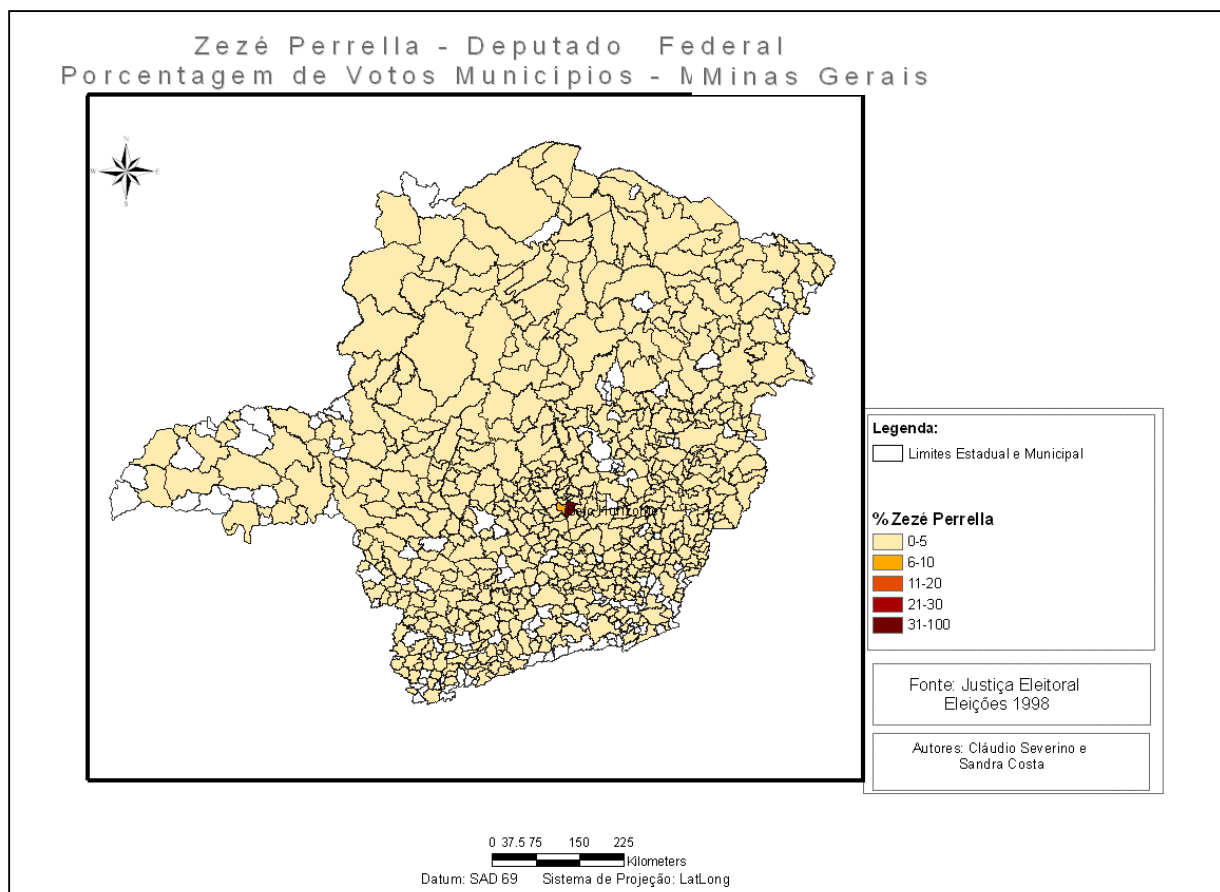
João Lucio Magalhães Bifano - Nascido em Matipó, MG, exerceu os mandatos eletivos de deputado federal, 1996-1999, MG, pelo PP. 1999-2003, MG, pelo PMDB. 2003-2007, 2007-2011 MG, pelo PMDB. Assumiu, como Suplente, o mandato de deputado federal na Legislatura 1995-1999, em 1996, sendo efetivado em 2 de janeiro de 1997. Foi filiado aos seguintes partidos; PDS, PFL, PP, PPB, PFL, PMDB, PTB, PMDB. E foi presidente do PP em Manhuaçu, onde também exerceu o cargo de Diretor-Presidente, da Rádio A.M. Catuaí, Manhuaçu. Iniciou, porém não concluiu a graduação em Engenharia pela Univ. Santos Dumont, Governador Valadares.

Participou de Missões Oficiais como Representante da Subcomissão Especial Aplicação de Recursos Públicos destinados ao Estado do Amazonas. O Deputado foi citado pela CPMI dos Sanguessugas e investigado pelo Conselho de Ética.



Mapa 6 – Concentração/dispersão dos votos do deputado João Lucio Magalhães Bifano na eleição de 1998.

José Perrella de Oliveira Costa - Zezé Perrella (PSDB) nasceu em São Gonçalo do Pará/MG. Ex-deputado federal ocupou o cargo por um único mandato, entre 1999 e 2003. Foi eleito pelo PFL, atingindo a segunda maior votação entre os candidatos à Câmara, em Minas Gerais. Em 2002, candidatou-se ao Senado, obtendo 2,94 milhões de votos, quarta colocação no Estado. Zezé Perrella é conhecido como dirigente do Cruzeiro Esporte Clube, função que exerce desde 1994. Neste ano, tornou-se conselheiro do Clube, assumindo a presidência em 1995. Empresário, atua nas áreas da agricultura e agroindústria, em especial o comércio de carnes. Foi presidente do Sindicato das Indústrias de Carne e Derivados e de Frios de Minas Gerais (Sinduscarne), entre 1992 e 1997. Também foi diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), entre 1998 e 2001. (ALMG, 2007)



Mapa 7 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Zezé Perrella na eleição de 1998.

Lael Vieira Varella - Nascido aos 19/02/1939, em Muriaé, MG exerceu várias atividades profissionais nesta cidade, como também em governador Valadares e Mirai, MG e em Viana, ES, tais como, Diretor-Presidente, COPEVE (empresa do grupo Lael Varela); Diretor-Presidente, VENAC⁵; Diretor-Presidente, VENAC Pneus Ltda.; Presidente, Mila Transportes Ltda.; Diretor-Presidente, Lael Varella Administração e Assessoria Ltda; Diretor-Presidente, Agropecuária Lael Varella Ltda. cursou somente o Segundo Grau, no Centro Educacional Marinho Nunes, RJ.

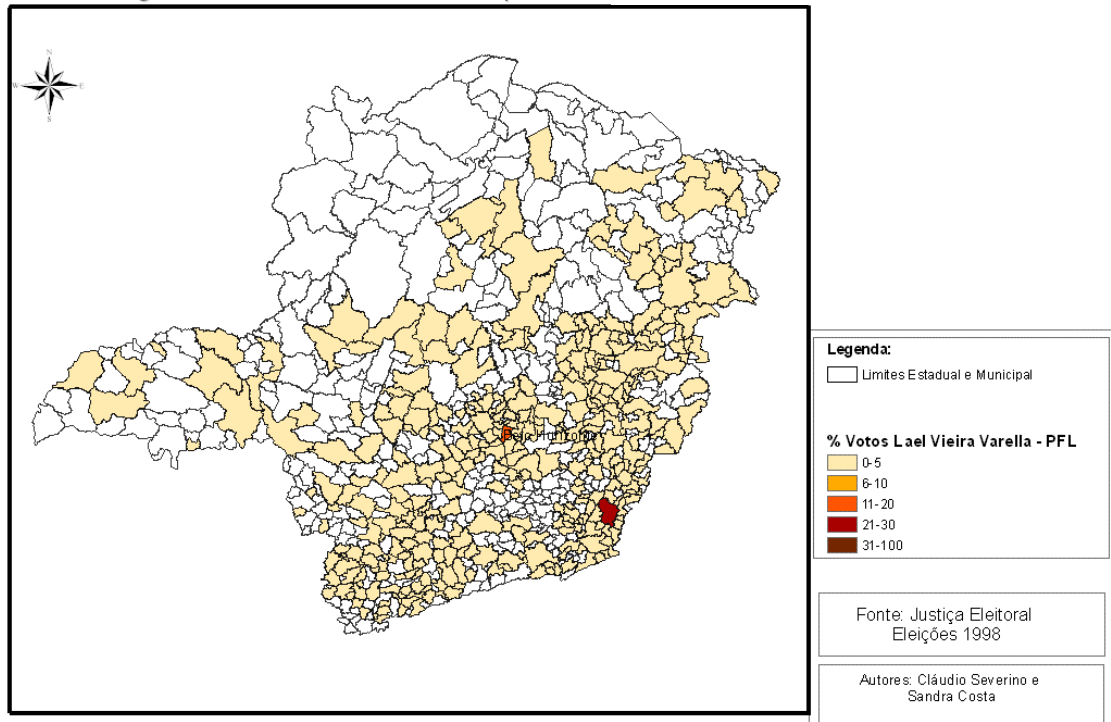
Exerceu como deputado federal os Mandatos Eletivos: Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, (Congresso Revisor), 1991-1995, MG, PFL; 1995-1999, 2003-2007, 1999-2003, 2007-2011, MG, pelo PFL MG. Suas Filiações Partidárias foram pelo PFL e DEM.

Participou de várias Missões Oficiais, viajando à Suécia, à Dinamarca, à Holanda, à Suíça, à França, à Inglaterra, à Itália, à Espanha e a Portugal, a convite da SAAB-Scania da Suécia, 1974.

Na análise do Desempenho do Candidato nas eleições de 2002 o TSE apresenta que os municípios que mais contribuíram para a votação do candidato Lael Vieira Varella foram 25, com um total de 80,00% dos votos do candidato. Assim, tem-se: Muriaé, Juiz de Fora, Espera Feliz, Divino, Belo Horizonte, Mirai, Ervália, Carangola, Miradouro, Laranjal, Caldas, Congonhal, Eugenópolis, Ipuina, Barão de Monte Alto, Cruzília, Borda da Mata, Alem Paraíba, São Francisco do Glória, Matipo, Mesquita, Nepomuceno, São Pedro do Suacui, Fervedouro, Patrocínio do Muriaé.

⁵ VENAC - Fundada no dia 13 de abril de 1973, a Venac Veículos Nacionais Ltda foi inaugurada em outubro do mesmo ano. O responsável por sua inauguração foi o diretor-presidente da época, senhor Lael Vieira Varella. Fonte: http://www.scania.com.br/concessionarias_e_oficinas/60/institucional.asp

Lael Varela - Deputado Federal
Porcentagem de Votos Municípios - Minas Gerais



0 37.5 75 150 225
Kilometers
Datum: SAD 69 Sistema de Projeção: LatLong

Mapa 8 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Lael Varela na eleição de 1998.

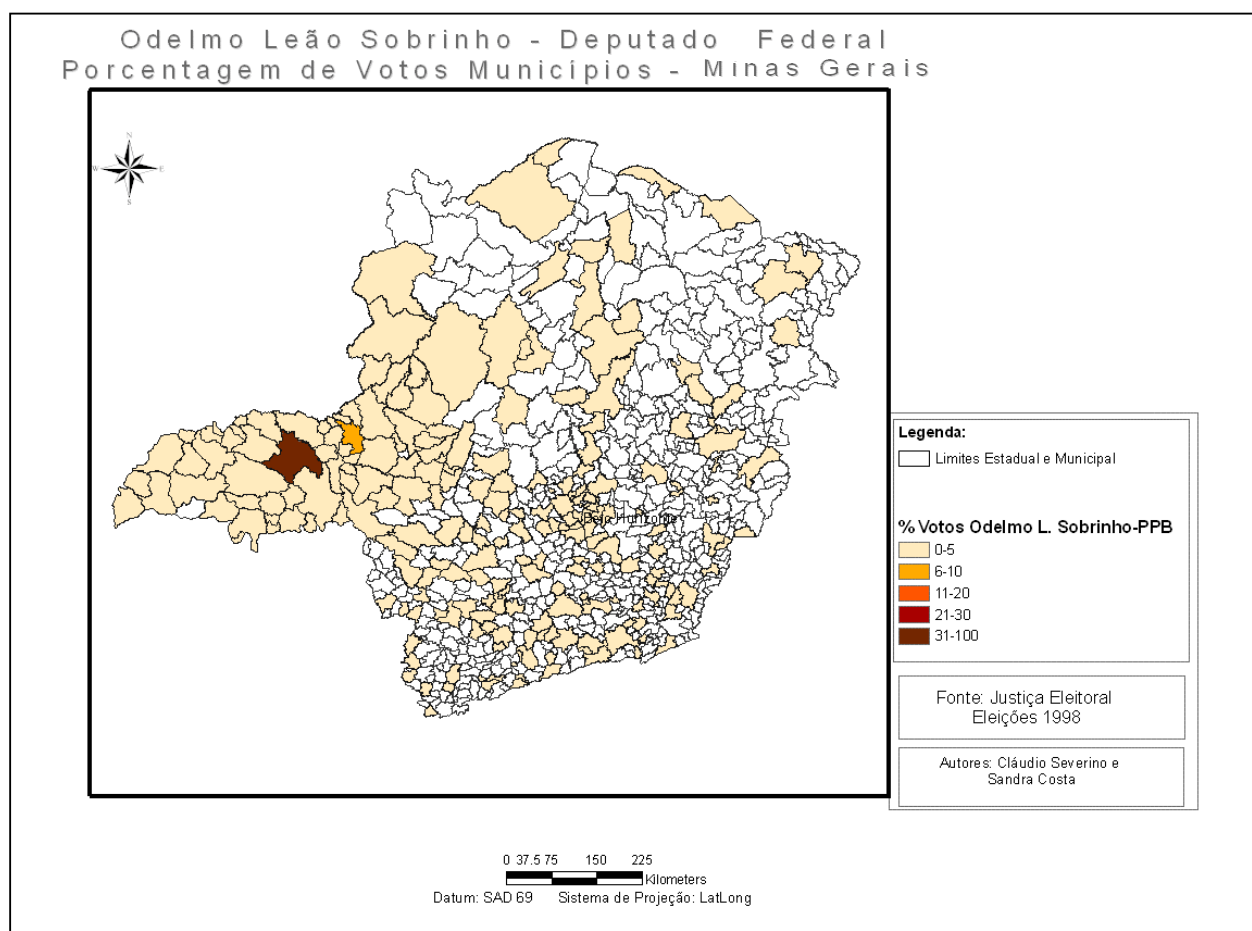
Odelmo Leão Carneiro Sobrinho – Nascido em 6/05/1946 na cidade de Uberaba, MG, Odelmo Leão (PP) é atual prefeito de Uberlândia, em Minas Gerais. Odelmo foi eleito pela coligação Levanta Uberlândia (PP - PSDB - PSDC - PDT - PMN - PTC - PRP), ficando com 53,45% dos votos válidos e João Bittar (PL) com 46,55%. Odelmo Leão foi deputado nas legislaturas: 1991-1995, 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2007.

Enquanto secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, Odelmo Leão, apresentou o Programa Terras do Agronegócio, que ele define como uma “grande bolsa de arrendamento com o objetivo de incorporar novas áreas cultiváveis à agricultura mineira contando com a parceria inclusive de empreendedores de outros Estados.” O governo do estado anunciara este programa como uma nova estratégia, com o objetivo de incrementar os resultados da safra 2004/2005 e confirmar a atuação do agronegócio na recuperação da economia. Para Odelmo Leão o programa divulgaria o potencial agrícola de cada região de Minas e possibilitaria também a formação de parcerias nos arrendamentos. A Secretaria de Agricultura, por intermédio de seus órgãos vinculados (Emater, Epamig, IMA e Ruralminas), atuaria como facilitadora dos negócios dentro do programa, e contaria também com o apoio das prefeituras e das entidades dos produtores rurais. Na ocasião o Secretário atribuiu a recuperação da economia mineira pelo agronegócio. De acordo com a Câmara Municipal de Uberlândia, existe um Diploma de Mérito Ruralista do município de Uberlândia que recebe o nome de Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, o sentido da honraria é homenagear e incentivar as atividades agropecuárias no município.

Cito algumas proposições de autoria de Odelmo Leão na legislatura de (1999-2003) referente a assuntos ligados à agropecuária e sugere a adoção, pelo Brasil, da utilização de modelo já utilizado por outros países em desenvolvimento para exportação de matéria-prima couro salgado e wet-blue. (arquivada). Acrescenta artigo ao Código de Defesa do Consumidor, obrigando às concessionárias de máquinas e implementos agrícolas a manterem em seus estoques as peças necessárias aos reparos desses equipamentos. Explicação: Alterando a Lei nº 8.078, de 1990. Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a inclusão nas cestas básicas dos programas sociais do Governo Federal de leite e de seus derivados. Sugere ao poder executivo, por intermédio do ministério extraordinário de política fundiária, a adoção de novos critérios para cadastramento dos trabalhadores sem-terra a serem beneficiados com

lotes em programas de reforma agrária. Há dentre muitas outras proposições, muitas delas referentes à política fundiária.

Na análise do Desempenho do Candidato nas eleições de 2002, o TSE apresenta que os Municípios que mais contribuíram para a votação do candidato Odelmo Leão Carneiro Sobrinho foram 12, com um total de 90,00% dos votos do candidato. Assim, tem-se: Uberlândia, Monte Carmelo, Araguari, Nova Ponte, Tupaciguara, Prata, Abadia dos Dourados, Coromandel, Irai de Minas, Rio Paranaíba, Arapora, Estrela do Sul



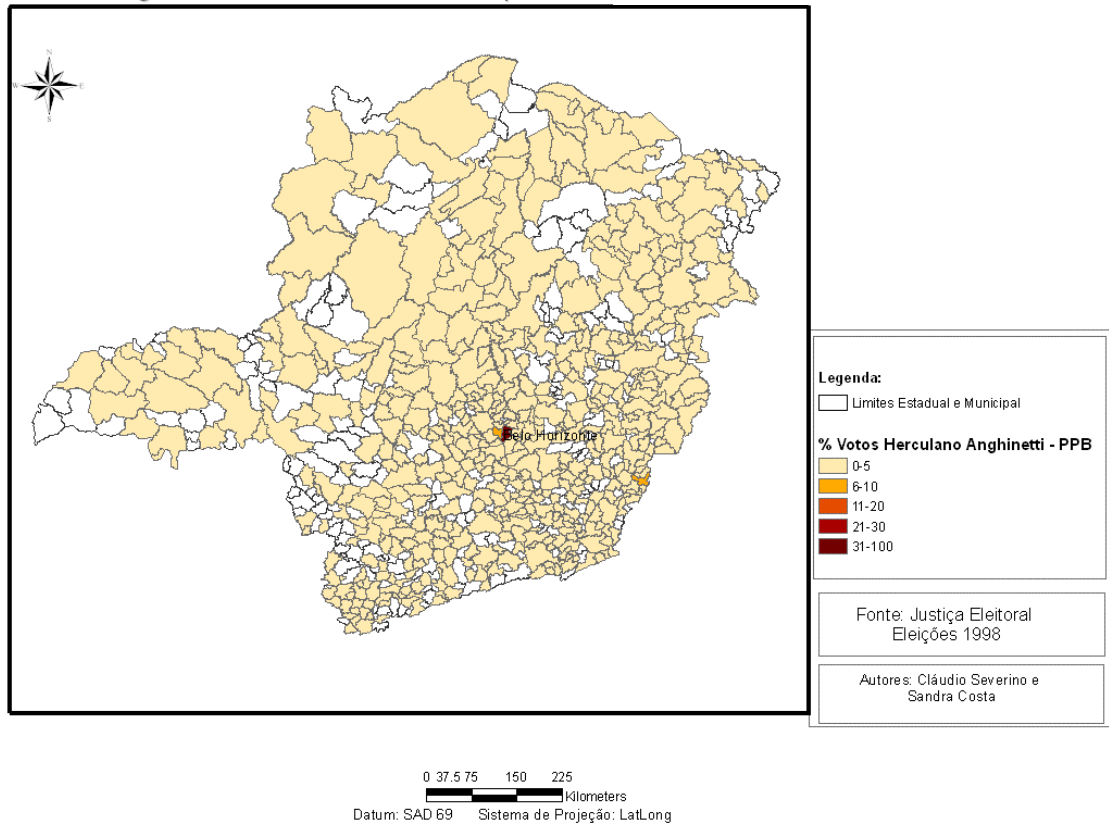
Mapa 9 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Odelmo Leão Sobrinho na eleição de 1998.

Herculano Anghinetti - Nasceu em Belo Horizonte, no dia 25 de abril de 1960, e atua como corretor de seguros e produtor rural pertencente às bancadas evangélica, educação e ruralista. Formou-se em Economia, em 1981, pelo Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira, e em Engenharia de Agrimensura, em 1992, pela Escola Superior Aberta de Minas Gerais (ESAMIG), ambas em Belo Horizonte. Especializou-se em Marketing, pela Escola Nacional de Habilitação e Poupança, na capital mineira. Em 1989, cursou Habilitação em Corretagem de Seguros, pela Fundação Nacional de Seguros, também em Belo Horizonte. Foi eleito deputado federal por 3 (três) legislaturas consecutivas para o período de 1995 a 2007. Em fevereiro/2004 licenciou-se do mandato de deputado federal na legislatura 2003-2007 para assumir o cargo de secretário de Estado de Turismo de Minas Gerais, reassumindo as funções legislativas em abril/2006. Atuou como gerente de crédito, pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, no período de 1976 a 1988. Desde 1984 é produtor rural. Como corretor de seguros, atuou na Oregon Seguros, em Belo Horizonte, no período de 1988-1994.

As proposições apresentadas por este deputado são na maioria referentes ao setor de aviação comercial brasileira e aviação civil, por exemplo, o parlamentar solicita visita de comitiva da Comissão às instalações da área industrial da VARIG, no Rio de Janeiro, para verificar os sistemas de treinamento de aeronautas e de manutenção de aeronaves. E dispõe sobre a Ordenação da Aviação Civil, cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, foi modificada através de emenda.

Na análise do Desempenho do Candidato nas eleições de 2002 o TSE apresenta que os Municípios que mais contribuíram para a votação do candidato Herculano Anghinetti foram 20, com um total de 59,00% dos votos do candidato. Assim, tem-se: Belo Horizonte, Contagem, Carangola, Barroso, Antonio Carlos, Dolores de Campos, Caiana, Ribeirão das Neves, Ibiriti, Governador Valadares, Conselheiro Lafaiete, Várzea da Palma, Diogo de Vasconcelos, Bias Fortes, Santana dos Montes, Alto Caparaó, Uberlândia, Santa Luzia, Barbacena, Espera Feliz.

Herculano Anghinetti - Deputado Federal
Porcentagem de Votos Municípios - Minas Gerais



Mapa 10 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Herculano Anghinette na eleição de 1998.

Romel Anízio Jorge - Romel Anízio Jorge nasceu em Ituiutaba, MG, o parlamentar se aposentou em 2007 e estava na lista de candidatos que receberam dinheiro acusado de ter recebido R\$ 100 mil das empresas de Marcos Valério na campanha de 1998. Em 2006 integrou a Comissão de Desenvolvimento Urbano como 1º vice-presidente. Citarei algumas das proposições da autoria deste deputado que diagnosticam o favorecimento dos interesses setores ligado a agropecuária, bem como verbas para municípios de seu território eleitoral, assim destacam-se; Projeto de Lei Complementar (PLP) 377/06, do deputado Romel Anizio (PP-MG), que autoriza a criação, pelo Poder Executivo, da Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Rio Paranaíba e Triângulo Mineiro. A proposta ainda inclui a criação, nesses locais, do Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo. O Deputado autor do projeto argumenta que as regiões do Triângulo Mineiro - formada por Uberaba, Uberlândia e Araguari - e do Vale do Rio Paranaíba, composta por 24 municípios mineiros, entre eles Uberlândia e Araguari, têm "vocaçao natural para o ecoturismo". Com cachoeiras e represas, também abrigam "cenário para a prática do turismo de aventura". Além disso, na avaliação do deputado, a região tem tudo para tornar-se centro de turismo de negócios e de eventos, pois é referência no setor agropecuário. O PLP 377/06 determina ainda a criação de um conselho administrativo, com representantes do governo de Minas Gerais e dos municípios envolvidos, para coordenar as atividades da futura Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo. Por sua vez, o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo do Vale do Rio Paranaíba e Triângulo Mineiro consistiria em incentivos ao desenvolvimento do turismo na região, especialmente a criação de linhas de crédito especiais e benefícios fiscais a serem concedidos pelo governo federal. O programa teria estímulos à ação consorciada entre órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos. O projeto tramitou em regime de prioridade e foi analisado pelas comissões de Turismo e Desporto; da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Em janeiro de 2007 foi arquivado.

Outras das proposições do Deputado encontradas - O PROJETO DE LEI Nº 177/03 - que "denomina "Ponte Presidente Tancredo de Almeida Neves" a ponte localizada na rodovia BR-497, sobre o rio Paranaíba entre os Estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul." foi aprovado por unanimidade em junho do mesmo ano. O PROJETO DE LEI Nº 99/03 - que "dispõe sobre a garantia de alimentação escolar nos períodos de férias

escolares." Foi também aprovado. O PROJETO DE LEI N° 7565/2006 - que denomina "Rodovia Comendador Alexandrino Garcia" a rodovia BR-365 desde a cidade de Montes Claros até a divisa com o Estado de Goiás.

Indicação - INC 174/2003 - Sugere ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a criação de uma Zona de Processamento de Exportações, no Município de **Iturama**, Estado de Minas Gerais. Foi arquivada. Indicação - INC 173/2003 - Sugere ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a criação de uma Zona de Processamento de Exportações no Distrito de Chaveslândia, Município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais. Foi Arquivada. Indicação - INC 113/2003 - Sugere ao Ministério da Educação a criação da Escola Agrotécnica Federal de Ituiutaba, MG. Foi arquivada

Através de REQUERIMENTO 269/2005 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a nova Lei de Hidrocarbonetos.

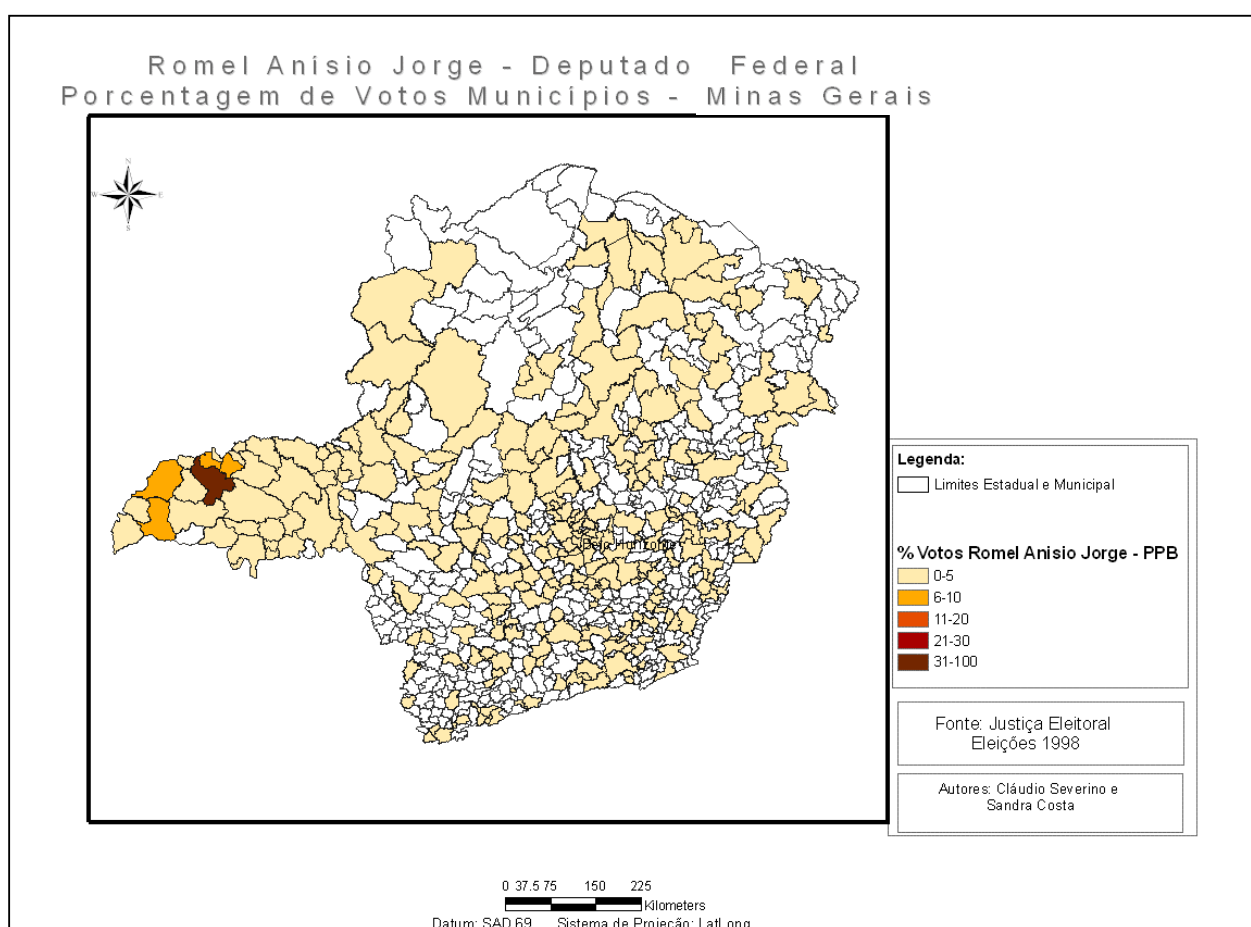
Foi relator das seguintes proposições: O PROJETO DE LEI N° 3456/2000 - que Altera a Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, dando aos técnicos agrícolas prioridade nos assentamentos rurais. Foi arquivada. O PROJETO DE LEI N° 905/1995 – que dispõe sobre o processo de abate de animais destinados ao consumo e dá outras providências. Desarquivada em 2007

Das ações localizadas do Deputado destaca-se, as informações presentes no informativo do Senado, o relato reuniões do Deputado Federal Romel Anízio com o Senador Aelton Freitas (PL-MG) com o Vice - presidente José Alencar e o Ministro Anderson Aduato para definir ações de prioridade de investimentos do governo federal na pavimentação asfáltica de rodovias da região do triângulo, especialmente do trecho entre Ituiutaba á Iturama, passando pelo município de Campina Verde. O trecho é composto de duas estradas federais e uma estadual.

Na ocasião os parlamentares e o presidente da FIEMG de Ituiutaba, Antônio Valério, entregaram ao vice-presidente um documento assinado por diversas entidades representativas do Pontal solicitando a obra, que facilitaria a abertura novos mercados para a agroindústria da região.

A argumentação do Senador Aelton Freitas foi de que a região tem um imenso potencial de crescimento no que tange ao agronegócio. E que melhorar as condições de transporte e acesso seria fundamental para o aproveitamento desse potencial em diversos

municípios. José Alencar reafirmou o seu apreço pelas causas do Triângulo Mineiro, onde obteve expressiva votação para o senado em 1998, e se comprometeu a intervir pessoalmente junto ao presidente Lula para que a obra seja priorizada. O Ministro Anderson Adauto informou que pretendia fechar um “pacote” com o governo do estado, dividindo os custos a obra. Adauto lembrou, entretanto, que a ação política dos parlamentares terá importância fundamental na liberação de verbas. (Assessoria de imprensa do Senador Aelton Freitas)



Mapa 11 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Romel Anísio Jorge na eleição de 1998

Silas Brasileiro - Formado em Administração e Organização de Empresas pela Universidade Federal de Madri (Espanha). Silas foi prefeito da cidade de Patrocínio no período de 1989 a 1993. Por três vezes foi eleito como deputado federal (em 1994, 1998 e 2002). Comandou também a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais entre 2004 e março de 2006, no governo de Aécio Neves. Na última eleição, o deputado mostrou sua força política no município, conquistando 48,47% dos votos válidos. Silas obteve 19.030 mil votos em Patrocínio, que corresponde a uma votação total de 69.270. É presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e coordenador Geral da Bancada do Agronegócio Café. Brasileiro foi ainda presidente do Conselho Nacional do Café (CNC – que é uma entidade privada que reúne produtores, cooperativas e associações de cafeicultores). Recentemente o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, nomeou Silas Brasileiro (PMDB-MG) para o cargo de secretário-executivo, o segundo cargo de maior importância neste ministério. Para esta nomeação ocorresse o PMDB e a bancada ruralista pressionaram pela indicação de Brasileiro para a secretaria executiva.

Na análise do Desempenho do Candidato Silas Brasileiro o TSE apresenta os Municípios que mais contribuíram para a votação do candidato Silas Brasileiro foram 29, com um total de 82,00% dos votos do candidato. Assim, tem-se: Patrocínio, Unai, Coromandel, Paracatu, Carmo do Paranaíba, Serra do Salitre, Buritis, Santa Rita do Sapucaí, Riachinho, Sacramento, Monte Carmelo, Lagoa Formosa, Machado, Bonfinópolis de Minas, Cruzeiro da Fortaleza, São Gotardo, Formoso, Carmo de Minas, Guarda-mor, Lagoa Grande, Bambui, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Guimarania, Lagamar, Olímpio Noronha, Cristina, Chapada Gaúcha, Patos de Minas. (TSE, 2002)

Abaixo segue documento (Quadro III) que demonstra a subordinação das propostas do Deputado à Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), quando ele encaminhou o Projeto de Lei nº 4.383/01 que pretendia obrigar as indústrias de café a rotular suas embalagens. A proposta do projeto de autorias do próprio Deputado e do Deputado Abelardo Lupion foi rejeitada após protestos da ABIC.

Quadro III – Informativo da ABIC sobre Projeto de Lei nº 4.383/01 que pretendia obrigar as indústrias de café a rotular suas embalagens proposto por Silas

DEPUTADO SILAS BRASILEIRO PEDE REJEIÇÃO DO PROJETO DE ROTULAGEM.

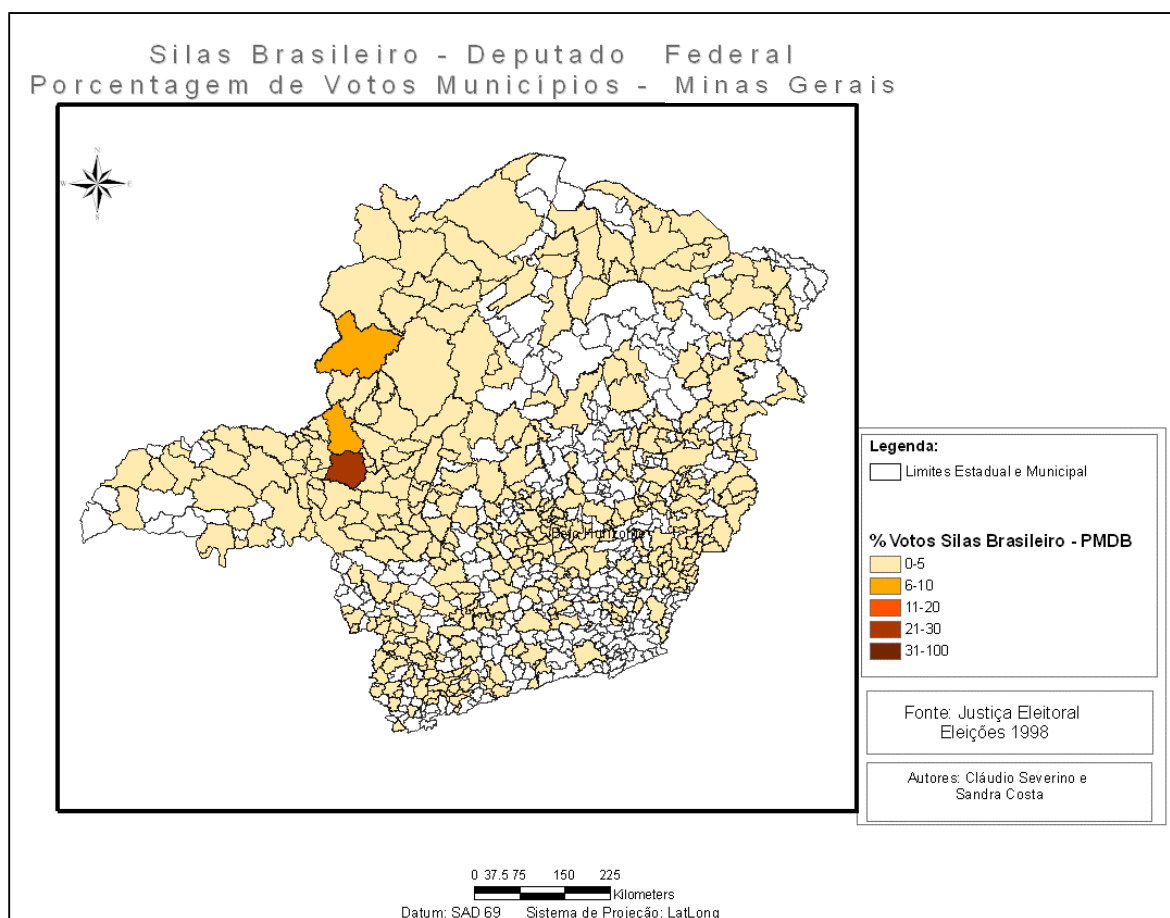
Projeto de Lei nº 4.383/01 que pretendia obrigar as indústrias de café a rotular suas embalagens com a indicação de seus blends foi formalmente rejeitado no parecer do Dep. Federal Silas Brasileiro.

Sobre o assunto transcrevemos a carta do presidente Guivan Bueno ao Dep. Silas, bem como a íntegra do voto pedindo a rejeição do Projeto de Lei.

Carta do Presidente Guivan Bueno: Senhor Deputado Cumprimentando Vossa Excelência nesta oportunidade, desejo expressar, em nome do Conselho Gestor da ABIC -Associação Brasileira da Indústria de Café, os mais profundos agradecimentos da indústria de café brasileira, pela manifestação do nobre Deputado em favor da rejeição do Projeto de Lei nº 4.383/01, que tratava sobre rotulagem obrigatória para o café. Aposição de Vossa Excelência revela a postura de verdadeiro líder parlamentar, com responsabilidades nos assuntos de toda a cadeia produtiva, com equilíbrio, bom senso e respeito a todos os setores. Reiterando nossos agradecimentos, informo que daremos conhecimento a todos os 500 industriais associados da ABIC, do apoio de Vossa Excelência nesta importante causa. Atenciosamente Guivan Bueno Presidente da ABIC

Ofício do Dep Silas ao Relator Dep. Federal Luiz José Bittencourt. Senhor Deputado, Com nossos respeitosos cumprimentos, vimos pelo presente ofício, fazer algumas considerações sobre os Projetos de Autoria do Deputado Abelardo Lupion e de nossa Autoria, com referência a rotulagem de café. Gostaríamos de informar a Vossa Excelência, que enviamos cópia dos dois projetos para a Associação Brasileira da Indústria de Café – ABIC, no sentido de que ela comentasse sobre a oportunidade de aprovação de uma lei específica referente a rotulagem e recebemos, no último dia 8, a manifestação da Associação, através do ofício nº 094/03 da ABIC, o qual estamos encaminhando ao Nobre Relator, para sua apreciação. Há de se concluir, pelas colocações da Indústria, que os projetos de Lei deverão ser rejeitados, aliás, como já o foram, pelos Relatores que antecederam Vossa Excelência. Agradecendo o companheirismo de Nobre Colega, estamos devolvendo os PLs e o Relatório recebido da ABIC, oportunidade em que renovamos os nossos protestos de apreço e estima, ao tempo em que nos colocamos à sua inteira disposição Atenciosamente Silas Brasileiro Deputado Federal

Fonte: ABIC (2003)



Mapa 12 – Concentração/dispersão dos votos do deputado Silas Brasileiro na eleição de 1998.

3.2 Perfil da Bancada Ruralista Mineira

Conforme dito anteriormente apresentarei algumas informações a partir da biografia para a caracterização dos integrantes mineiros da Bancada Ruralista na legislatura (1999-2003).

Os parlamentares mineiros na Bancada atuam, quer no Congresso Nacional quer na sociedade civil, não só em questões e temas ligados ao rural, à atividade agrícola, à questão agrária etc. Alguns (Zezé Perrela, Lael Varela, Jaime Martins Filho, Edmar Moreira) costumam atuar em outras áreas de interesse, não necessariamente restrita à atividade agrícola. Como, esporte, hospitalar, siderurgia e segurança.

Existem outros interesses vinculados à manutenção da reprodução de seus ‘currais eleitorais’ para, corresponder às expectativas de suas bases partidárias, a promessas feitas no período de campanha e a demandas pontuais ligadas a infra-estruturas tais como, pavimentação de trechos de rodovias, construção e aparelhagem de escolas e postos de

saúde, dentre outros. Isto não exclui a possibilidade de algumas destas infra-estruturas estarem ligadas à melhoria dos serviços para o setor agrícola. Ou mesmo na defesa de interesses corporativos ligadas a atividades profissionais e ou empresariais desenvolvidas por estes deputados. Este tipo de ação se dá através da participação em variadas Comissões no Congresso e mesmo por influência junto a representantes em Ministério do Governo.

Analisando o perfil dos parlamentares ruralistas da atual legislatura (2007-2011), Bruno e Carneiro (2007: 7) ressaltam que a participação em outras Comissões deve-se a um conjunto de fatores: como, por exemplo, à formação e a profissão do parlamentar; *“Além disso, a atuação do parlamentares ‘ruralistas’ em outras áreas pode ainda estar relacionada à própria lógica do Congresso Nacional a necessidade de uma maior visibilidade política e a presença em Comissões consideradas politicamente estratégicas.”*

Vale lembrar que dentre os deputados estudados por Bruno e Carneiro (2007), na atual legislatura seis deputados mineiros da Legislatura (1999-2003) foram reeleitos; Aracely de Paula, Carlos Melles, Edmar Moreira, Jaime Martins Filho, João Magalhães Bifano, Lael Varela.

Quase que a totalidade dos parlamentares da amostra se classifica profissionalmente como agropecuaristas, pecuaristas, produtores rurais, cafeicultores, agricultores, empresários rurais, ou exercem alguma atividade comercial ou empresarial ligada à agropecuária e negócios agroindustriais, como os deputados Zezé Perrella, que atua na comercialização de carnes e Lael Varela que revende tratores. Uma exceção é o deputado Jaime Martins Filho que atua empresarialmente na siderurgia. Todos especificaram uma segunda profissão e outros alguma terceira profissão e até quarta profissão, como é o caso do deputado Cleuber Brandão Carneiro, advogado, professor, produtor rural e comerciante.

A maioria dos parlamentares se auto-identificam profissionalmente com atividades ligadas à agricultura. As outras profissões declaradas são; engenheiro agrônomo, administrador, engenheiro metalúrgico, empresário, corretor de seguros, advogado, bancário, professor universitário, comerciante. Vale destacar que mesmo os parlamentares que se autotranscreveram estas outras profissões, diante disso concordo com a colocação de Bruno e Carneiro (2007).

[...] no decorrer da biografia a sua condição de ‘ruralista’ a sua atividade agropecuária despontam, seja na participação em Comissões e Frentes Parlamentares, seja nas Atividades Sindicais e Representativas de Classe, ou seja, quando discorrem sobre a atividade profissional e quando arrolam as homenagens recebidas.” (Bruno e Carneiro, 2007, p. 10)

Bruno e Carneiro (2007) exemplificam esta colocação com a postura assumida do deputado de Minas Gerais, Carlos Melles (DEM/MG), que se classificou profissionalmente como Empresário e Engenheiro Agrônomo, mas no item atividade profissional declarou-se “Produtor Rural em São Sebastião do Paraíso (MG)”. A sua condição de ‘ruralista’ tornou-se visível quando informou que nos anos 90 foi diretor executivo do Conselho Nacional do Café e quando declarou que é titular da Comissão de Agricultura Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural registrando que participou de inúmeros congressos sobre cafeicultura e, também, quando se declara coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo e membro do Grupo para Negociação da Securitização das Dívidas de Crédito Rural.

No que se refere ao tempo de permanência na Câmara, o deputado Lael Varella é o deputado que está a mais tempo, ou seja, por seis mandatos consecutivos. O deputado Aracely de Paula é o próximo com cinco anos de mandatos consecutivos. Contabilizando a legislatura atual (2007-2011), uma vez que os dois deputados continuam no Congresso Nacional. Outros seis deputados estão no quarto mandato (Carlos Carmo Andrade Melles, Edmar Moreira, Jaime Martins Filho, João Lúcio Magalhães Bifano, Odelmo Leão Carneiro Sobrinho, Romel Anízio Jorge). Assumindo três legislaturas, estão os deputados Silas Brasileiro e Herculano Anghinetti, e por duas legislaturas na Câmara, Cleuber Brandão Carneiro. Cabe ressaltar que somente Zezé Perrela foi eleito deputado Federal por uma única vez.

Porém, o pouco tempo, que esteve na Câmara não representa o término da participação política, pois deve ser considerada a participação em agências de representação dos interesses ruralistas (como é o caso do deputado Silas Brasileiro, que após ter perdido as eleições para deputado federal em 2006, aposentou-se como deputado e tornou-se dirigente do Conselho Nacional do Café (CNC), até se desligar para no final de maio de

2007, assumir a Secretaria-Executiva do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Outros continuam na política como prefeitos municipais, ou deputados estaduais, o que mantém a relação de representação dos interesses das elites agrárias, ocupando outros espaços de exercício do poder.

Como se percebe, a participação dos deputados mineiros da Bancada Ruralista é exclusivamente masculina, inclusive até a atual legislatura. No início da legislatura estudada a idade desses parlamentares variava entre 60 e 39 anos, sendo que a maioria tinha sua idade em torno dos cinquenta anos.

Convém registrar ainda que, apesar da existência de outros interesses e profissões, todos, de um modo ou de outro, se encontram e se reconhecem em atividades vinculadas à Agricultura e ao meio rural.

Temos como exemplos, no campo produtivo, os deputados ligados à cafeicultura. Representando os interesses da cafeicultura temos os deputados Carlos Melles e Silas Brasileiro. Carlos Melles (DEM/MG) Empresário e Engenheiro Agrícola, Pesquisador do Projeto Café da EPAMIG (1987); Membro Representante do Conselho Nacional do Café (CNC) na delegação Oficial do Brasil nas reuniões da OIC, (Londres, 1997); Diretor Executivo do CNC (1993-1995); Relator da Comissão Especial Gestão do Funcafé⁶ (2006); Representante do Conselho Nacional de Política do Café do Ministério de Indústria, Comercio e Turismo (1984); Medalha do Mérito Industrial do Café, ABIC, 1997, além de várias publicações sobre o tema.

Silas Brasileiro (PMDB-MG) foi prefeito da cidade de Patrocínio no período de 1989 a 1993. Por três vezes foi eleito como deputado federal (em 1994, 1998 e 2002). Silas comandou a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais entre 2004 e março de 2006, no governo de Aécio Neves.

Foi presidente da Frente Parlamentar da Agricultura e coordenador Geral da Bancada do Agronegócio Café. Em janeiro de 2007 foi nomeado diretor-executivo do Conselho Nacional do Café. De onde se desligou no final de maio, para assumir a

⁶ FUNCAFÉ - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Instituído pelo Decreto-Lei n° 2.295, de 21 de novembro de 1986, e que tem como objetivo fomentar a cafeicultura nacional, por meio das linhas de financiamento destinadas aos tratos culturais, colheita, estocagem e outras previstas em lei.

Fonte consultada: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cpcms/siglario2/f/FUNCAFE.html>

Secretaria-Executiva do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cargo de maior importância no Ministério para qual foi nomeado.

Junto com o Deputado Abelardo Lupion, Silas Brasileiro elaborou o Projeto de Lei nº 4.383/2001 que pretendia obrigar as indústrias de café a rotular suas embalagens.

Obviamente, destaca-se a participação nas Comissões Permanentes ligadas à Agricultura, como na Comissão de Agricultura e Política Rural, da qual participaram quatro deputados mineiros. Importante destacar que esta Comissão não é a que tem maior quantidade de deputados ruralistas mineiros participantes e sim a Comissão de Viação e Transportes com cinco parlamentares mineiros. No Quadro IV, a seguir, mostro a relação das diversas comissões permanentes que os deputados participaram e o número destes deputados envolvidos.

Para os deputados que tinham dados disponíveis no sistema de informações da Câmara dos Deputados, quantifiquei quase quatro dezenas de proposições e participação em Projetos de Lei (PL), Projetos de Emenda Constitucional (PEC). Sobre a participação em Projetos de Lei e Emendas Constitucionais, como propositores ou participando nas comissões que discutiram as propostas, notei que os deputados mais experientes na Câmara encontram-se entre os recordistas (Aracely de Paula, Edmar Batista Moreira, Lael Vieira Varella, Romel Anízio Jorge, e até Jaime Martins Filho). Dentre os Projetos de Lei encaminhados por estes deputados há predominância de temas referentes ao setor agrícola. Os Projetos de Emenda Constitucional são mais relacionados com temas institucionais, burocráticos e constitucionais. A seguir citarei maioria destes projetos;

Quadro IV - Tipo de Comissões e respectivo número de deputados federais mineiros da bancada ruralista que participaram durante suas legislaturas.

ESPECIFICAÇÃO DAS COMISSÕES (PERMANENTES, MISTAS E ESPECIAL)	NÚMERO DE DEPUTADOS
RELACIONADAS COM A QUESTÃO AGRÍCOLA/AGRÁRIA	
Comissão Mista ITR e Pagamento dos Títulos da Dívida Agrária,	2
Comissão de Agricultura e Política Rural.	4
Comissão Especial destinada a estudar alternativas para a atualização monetária dos débitos nas operações de crédito rural, destinada ao custeio, comercialização e investimento.	1
Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;	2
CONSIDERADAS DE PERFIL SOCIAL E VIOLÊNCIA	
Direitos Humanos.	2
Seguridade Social e Família;	1
Constituição e Justiça e de Cidadania;	3
Educação, Cultura e Desporto;	1
Comissão Mista Doações, Vendas e Concessões de Terras Públicas;	1
Combate à Violência;	2
Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado;	2
Levantar as Causas e Efeitos da Violência.	1
OUTRAS	
Fiscalização Financeira e Controle	2
Finanças e Tributação	3
Legislação Participativa	3
CPMI, Evasão de Divisas;	1
Falência, Concordata Preventiva e a Recuperação das Empresas com Atividades Econômicas;	1
Comissão Mista Recursos não Reclamados Correspondentes às Contas de Depósitos não Recadastrados:	1
Constituição e Justiça e de Redação;	1
Trabalho, Administração e Serviço Público;	2
Relações Exteriores e de Defesa Nacional (3) e Subcomissão de Comércio Exterior (1)	3; 1
Minas e Energia	2
Viação e Transportes	5
Atualização da Legislação Eleitoral e Partidária;	1
Cassinos no Brasil. Legalidade do Jogo;	1
Trabalho, Administração e Serviço Público;	2
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	2
Economia, Indústria e Comércio	2
Ciência e Tecnologia	3
Comunicação e Informática	3
Desenvolvimento Urbano e Interior	3
Amazônia e de Desenvolvimento Regional;	1

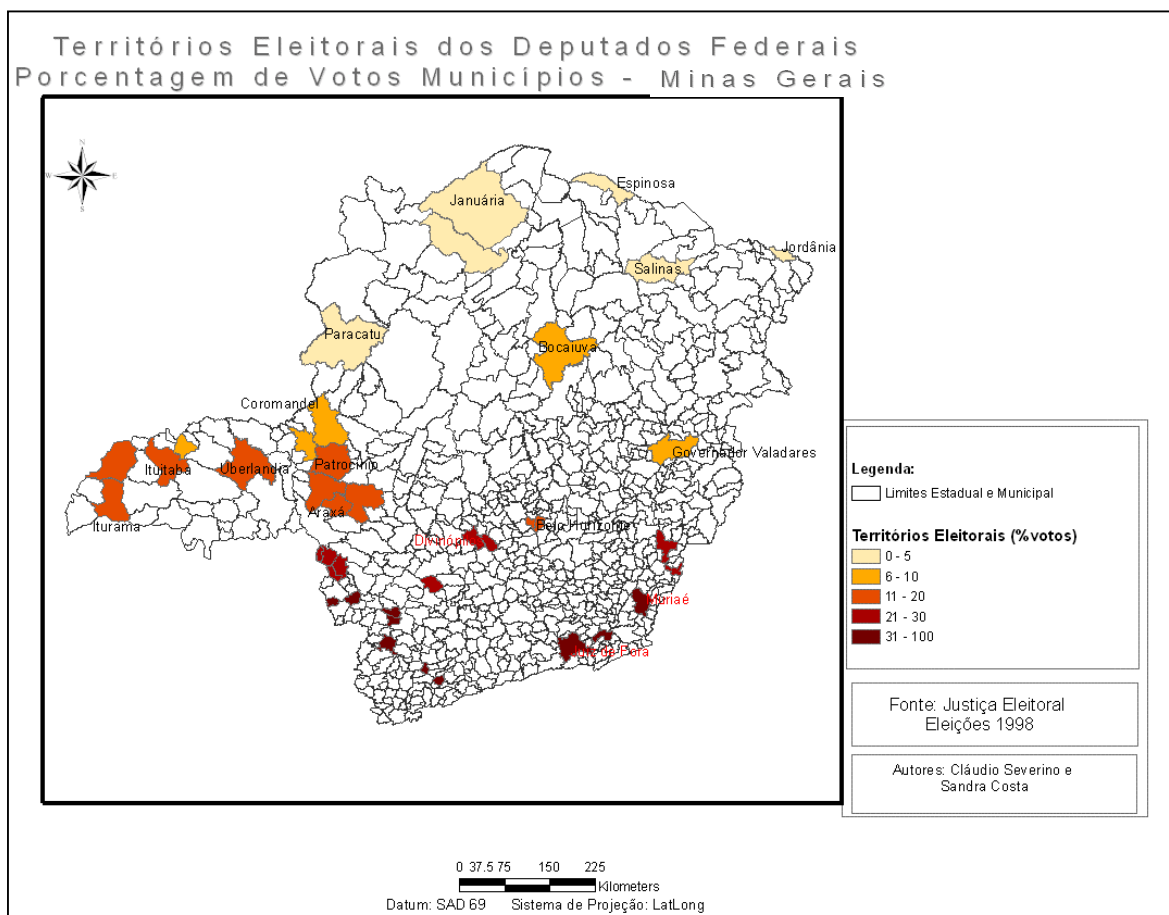
Projetos de Lei: PL nº 1.615/99, Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre; PL nº 2.316/03, Código Brasileiro de Combustíveis; PL nº 5.484/01, Genoma; PL Nº 99/03 - que "dispõe sobre a garantia de alimentação escolar nos períodos de férias escolares."; PL Nº 5576/2001 - propõe o acréscimo dos municípios da região do Triângulo Mineiro na área de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste; PL Nº 2967/1997 - permite o acesso das empresas publicas de mecanização agrícola aos programas especiais de financiamento para aquisição de maquinas e equipamentos. PL Nº 177/03 e PL Nº 7565/2006- que muda os nomes de obras - ponte e rodovia; PLP nº 18/99, Responsabilidade Fiscal; Projeto em Trâmite Sistema Financeiro Nacional; Reforma Tributária, dentre muitas outras. PL nº 634/75, Código Civil; PL nº 2.316/03, Código Brasileiro de Combustíveis; PL nº 2.671/89, Combustíveis; PL nº 2.316/03; PL nº 2.905/97, Alimentos Geneticamente Modificados; PL nº 4776/05, Gestão de Florestas Públicas; PL nº 6.666/06, Lei do Gás; PLP nº 76/03, PL nº 846/95, Transporte Aquaviário - Cabotagem; PL nº 2.186/96, Asbesto/Amianto; PL nº 4.828/98, Produção, Comércio e Fiscalização de Sementes.

Projetos de Emenda Constitucional: PEC nº 57/95, Voto Facultativo; PEC nº 81/95, Cria Imposto sobre Distribuição de Combustíveis; PEC nº 98/99, Atribuições de Vice-Prefeito; PEC nº 127/95, Aposentadoria dos Magistrados; PEC nº 306/00, Plano Nacional de Cultura; PEC nº 353/01, Número de Vereadores; PEC nº 358/05, Reforma do Judiciário; PEC nº 601/98, Direitos Sociais; PEC nº 639/99; PEC nº 46/91, Modifica a Estrutura Policial; PEC nº 58/03, Alienação de Terras; PEC nº 92/95, Patrimônio Incorporações Imobiliárias; PEC nº 14/95, Período de Funcionamento do Congresso Nacional; PEC nº 20/95, Parlamentarismo; PEC nº 33/99, Juízes Classistas; PEC nº 34/95, Imunidade Parlamentar; PEC nº 41/03, Reforma Tributária; PEC nº 46/91; PEC nº 115/95, Cerrado – Patrimônio; PEC nº 17/91, Sistema Tributário Nacional; PEC nº 33-H/95, Altera Sistema de Previdência Social; PEC nº 40/95, Gratuidade dos Transportes Coletivos Urbanos e dos Serviços de Diversão Pública para Idosos; PEC nº 71/91, Vinculação do Salário Mínimo na Fixação da Aposentadoria e da Pensão por Morte; PEC nº 361/96, Usinas Hidrelétricas; PEC nº 472-D/97, Regulamentação Medidas Provisórias Nacional.

Ressalto das características da bancada ruralista mineira que, em conjunto estes deputados conseguem mobilizar eleitoralmente quase todos os municípios estado de Minas Gerais, ora concentrando seus votos em alguns territórios, ora conseguindo dispersar pelos

municípios mineiros. No Congresso, os ruralistas defendem interesses vinculados à manutenção da reprodução de seus 'currais eleitorais', quer seja, correspondendo às expectativas de suas bases partidárias, quer assumindo as promessas feitas no período de campanha, além das demandas pontuais ligadas a infra-estruturas tais como, pavimentação de trechos de rodovias, construção e aparelhagem de escolas e postos de saúde.

No campo produtivo, os deputados ligados à cafeicultura, são representantes de grande influência no Congresso, e isto tem se refletido nos territórios eleitorais. Vale destacar que a ação ruralista dos deputados mineiros se manifestou de forma mais incisiva em áreas produtoras de café no do Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. Esta característica será melhor apresentada através do mapa a seguir que mostra todos os territórios eleitorais onde ocorreu maior concentração de votos.



Mapa 13 – Concentração de todos os territórios eleitorais onde ocorreu maior concentração de votos na eleição de 1998.

4. PARTICIPAÇÃO DA BANCADA MINEIRA EM PROJETOS DA BANCADA RURALISTA

Entre os projetos apresentados e liderados pelos deputados na Legislatura de 1999-2003, priorizo a análise de dois deles: o Projeto de Lei 1876/99 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002.

Estes projetos foram selecionados para discussão pela grande repercussão que tiveram na mídia naquele momento, e pela repercussão dos desdobramentos destes projetos, tendo inclusive gerado debates acadêmicos e grande mobilização dos ambientalistas.

No caso do projeto de lei PL 1876/99, trata-se de assuntos relativos à criação do novo Código Florestal Brasileiro, envolvendo questões como reservas ambientais em imóveis rurais, o licenciamento para a exploração florestal e a reposição florestal, entre outros assuntos. O projeto também estabelece que as áreas de preservação permanente e a supressão de vegetação nestas deverão ser autorizadas previamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O segundo projeto que vou discutir refere-se à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2002, dispositivo que permite a renegociação das dívidas agrícolas no valor de R\$ 32 milhões.

Antes mesmo de discutir os projetos é necessário entender como se dá a tramitação de um projeto na Câmara dos Deputados. Na tramitação de um projeto de lei compreende sua elaboração, leitura em Plenário, discussão e aprovação pelas Comissões, eventual apreciação pelo Plenário e, se aprovado, envio à outra Casa legislativa, (o Senado), onde cumpre o mesmo ritual. Se o projeto é emendado, ele volta à Casa de origem – na maioria das vezes, a Câmara dos Deputados – para nova apreciação e, se aprovado, só aí é enviado à Presidência da República para sanção. Mas o projeto ainda pode ser total ou parcialmente vetado pelo Executivo, caso em que as duas casas que formam o Congresso Nacional, em sessão conjunta, apreciam o veto, podendo derrubá-lo, caso 2/3 dos congressistas assim o queira. Logo não consiste apenas de uma apreciação, é também uma discussão e disputa sobre o veto. Só então o projeto de lei estará pronto para promulgação e publicação.

4.1 O Projeto de Lei 1876/99 que Propõe um Novo Código Florestal

O Projeto de Lei 1876/99, que propõe um Novo Código Florestal em substituição ao atual (Lei 4.771/65), foi apresentado ao plenário em 19/10/1999 pelo ex-deputado federal ruralista, Sérgio Carvalho (PSDB/RO, falecido em 2003). Em 17/11/1999 foi encaminhado à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, passando para a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) que tem sido sucessivamente presidida por deputados ruralistas. Sendo assim, foi relator deste projeto o também ruralista, Deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR). (Toda a tramitação deste projeto encontra-se disponível no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados).

Vale destacar a importância estratégica que ocupa o relator da comissão, pois é o Parlamentar encarregado de examinar determinada proposição legislativa, em sua forma e conteúdo, e de elaborar relatório sobre esses aspectos, no qual recomenda sua aprovação ou rejeição. Também tem a responsabilidade de acatar ou rejeitar emendas ao projeto sob seu exame, apresentadas por outros parlamentares. A cada comissão criada no Congresso são travadas disputas por esta função, daí o interesse da bancada em colocar um ruralista como relator do projeto. A Relatoria é tarefa atribuída ao parlamentar, por designação do presidente de comissão, e cabe a analisar proposição, dar seu parecer, elaborar relatório e propor seu voto quanto à matéria a ser apreciada pela comissão. O relator pode apresentar emendas alterando o projeto e deve se pronunciar quanto às emendas apresentadas. (Câmara dos Deputados, 2007) O Projeto de Lei que tramitou a partir de 1999 suscitou intenso debate acadêmico e entre os ambientalistas. Este aos 31/01/2003 foi arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno⁷ sendo desarquivado três meses depois e

⁷ De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados – Resolução N° 17 DE 1989, no Art. 105, diz que finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: com pareceres favoráveis de todas as Comissões; já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; de iniciativa popular; de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

recebido Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) continuando com o mesmo relator, o deputado ruralista Micheleto.

Aos 02 de dezembro de 2004 foi apensado (anexado) ao PL - 4524/2004 do Deputado Enio Bacci (PDT-RS) que dá prioridade, em caso de reposição florestal, a projetos com utilização de pelo menos 50% de espécies nativas e da outras providências. Em outubro do ano seguinte o parecer do Relator, Dep. Moacir Micheletto (PMDB-PR), foi pela rejeição deste e do PL 4524/2004, anexado. Quando foi dado vista ao Deputado João Grandão (PT-MS), que faz oposição à bancada ruralista, ele concedeu um parecer que foi aprovado por Unanimidade.

Em face do advento da Resolução n.º 20, de 17 de março de 2004 (que deu nova redação aos artigos arts. 25, 26, 29, 32 e 39 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, tratando de assuntos como composição de comissões quantidade de participantes mesa diretora, definição das comissões permanentes), foi revisto o despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei 1.876/99 para submetê-lo ao exame das seguintes Comissões, nesta ordem e sujeito à apreciação do Plenário: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) (Mérito e Art. 54, RICD). Em regime de tramitação Ordinária.

Em 2006 quando foi recebido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CMADS), com a proposição Projeto de Lei - 4524/2004 apensada teve como relator o petista Deputado Luciano Zica (PT-SP), que rejeitou os projetos de lei em seu parecer.

Por entender que o momento era "completamente inoportuno" para se fazer mudanças na legislação florestal. O deputado argumentou que a Medida Provisória 2.166-67/01 já havia alterado o Código Florestal, para permitir que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, regulamentasse hipóteses excepcionais em que poderia haver supressão de vegetação em áreas de preservação permanente. A MP chegou a ser suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de liminar pedida pela Procuradoria-Geral da República. Entretanto, em julgamento polêmico em setembro de 2005, o STF cassou a liminar. O relator entendeu que um debate amplo sobre o Código Florestal seria, inconveniente uma vez que o tribunal

ainda não havia se manifestado definitivamente sobre a ação. (Câmara dos Deputados, 2007)

No início do ano de 2007 os projetos foram para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde foram arquivados nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno, e assim permanecem até a presente data.

Durante a tramitação do projeto foram travadas intensas disputas, devido aos pontos polêmicos trazidos acerca das reservas ambientais em imóveis rurais, do licenciamento para a exploração florestal e da reposição florestal, entre outros assuntos. Em seu artigo 3º, o projeto determina que as áreas de preservação permanente e a supressão de vegetação nelas existente deverão ser autorizadas previamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Este artigo também trás um parágrafo contraditório (§ 2º) que merece destaque. Este descreve que as populações tradicionais poderão utilizar essas áreas para atividades de subsistência. Tal proposta não aparenta ser uma reivindicação ruralista resta questionar se este parágrafo estaria inserido ali para conseguir a simpatia da opinião pública.

A contradição segue quando no Art 4º estabelece que o proprietário é obrigado a promover a recomposição das Áreas de Preservação Permanente, com espécies, mediante plantio, em cada ano, de pelo menos um quinto da área total a ser recomposta. Porém as responsabilidades do proprietário são limitadas no parágrafo segundo (§ 2º) deste mesmo artigo que escreve - *‘O poder público poderá fazer a recomposição de Área de Preservação Permanente, no caso de omissão do proprietário, às expensas deste, sem necessidade de desapropriação.’* Ou seja, excluí a possibilidade de punir, com a perda da propriedade, aqueles que não cumprirem a lei e cria um pretexto para o poder público investir nas propriedades ilegais, sem garantia clara das formas de pagamento.

No Art 6º fixa as proporções de Reserva Legal em relação à área de cada imóvel, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal propõe 50% quando na lei vigente é de 80%. Nas demais regiões, 20%, não fazendo diferenciação da área de cerrado como ocorre no Código Florestal, ou seja, *“trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia”*.

Ainda na região Amazônica, a proposta estabelece que nos imóveis de até cem hectares, nos quais seja praticada a agricultura familiar, a Reserva Legal será de 50% da área do imóvel.⁸

A legislação proposta pelos ruralistas pretende baixar de 35% para 20% o índice de reserva legal para o Cerrado Amazônico. O texto ainda previa a flexibilização desses limites diante dos resultados dos Zoneamentos Ecológicos-Econômicos (ZEE) feitos nos estados. Quer dizer, em caso do Zoneamento de uma região apontar uma vocação agrícola, o percentual poderia ser reduzido. Além disso, o projeto desobriga o proprietário rural da recuperação de áreas desmatadas e institui a concessão de bônus para aqueles que replantarem qualquer espécie vegetal nessas áreas.

A bancada ruralista argumenta que este projeto garante um maior equilíbrio entre a preservação ambiental e a expansão agrícola, principalmente na região amazônica, sobretudo quando traz a argumentação para a questão geopolítica da Amazônia. Assim o relator da proposta o deputado Micheletto, afirma que;

[...] o texto da MP (MP 2.166-67, de 24 de agosto de 2001) representa apenas a opinião do Conama, e não de toda a sociedade, e coloca a Amazônia na mira dos 'interesses internacionais'. 'O assassinato da missionária Dorothy Stang despertou, no exterior, a percepção de que o Brasil não tem capacidade para gerenciar a Amazônia. Garantir o desenvolvimento da região é defender a nossa soberania'. (Reportagem JB ONLINE, citado por ECOFALANTE, 2005)

Quando o projeto de lei voltou ao Congresso em 2005 parlamentares da Câmara e do Senado da bancada já costuraram um acordo para forçar a aprovação da proposta. O retorno do tema à pauta do Congresso foi uma das promessas de campanha de Severino Cavalcanti (PP-PE) ao Senado e atraiu os votos da bancada ruralista a seu favor.

O intenso debate instaurado entre ambientalistas e ruralistas dentro do Congresso não chegou a ser votado em plenário por falta de acordo entre as lideranças. Por causa da aprovação de emenda constitucional que limitou a edição de medidas provisórias e estendeu a validade daquelas em vigor na época até decisão final no Congresso, a Medida Provisória

⁸ No projeto de lei considerou-se por região Amazônica; os estados do Amapá, Roraima, Acre, Pará e Rondônia, a área do Estado do Tocantins situada ao norte do paralelo 13° e a área do Estado do Mato Grosso situada ao norte do paralelo 16° e a área dos Municípios dos Estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão predominantemente cobertos por vegetação de cerrado.

editada em 2001 que alterou o Código Florestal encaminhada pelo governo passou a valer como lei. Esta MP chegou a ser suspensa no ano de 2004 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de liminar pedida pela Procuradoria-Geral da República. E em setembro de 2005, o STF cassou a liminar, mas não de forma definitiva.

[...] Entre as propostas da MP, que pretende atualizar a legislação ambiental sobre florestas, está a redução de 50% para 35% no percentual de reserva obrigatória a ser mantida pelas propriedades rurais no Cerrado Amazônico e mantém os índices originais de 80%, para a Floresta Amazônica, e de 20% para o restante do país. São consideradas para esse limite apenas florestas nativas, que podem, entretanto, ser exploradas de forma sustentável. A reserva deve ser averbada no registro do imóvel, não podendo ser modificada nem realocada para outra área.

O texto também proíbe novos desmatamentos em propriedades que possuam áreas já desmatadas, abandonadas ou subutilizadas, segundo definição da legislação agrária. Antes de chegar ao Parlamento, a MP foi negociada por cerca de 700 entidades ambientais, em 25 audiências públicas realizadas em 20 estados pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente. (Reportagem JB ONLINE, citado por ECOFALANTE, 2005)

Sobre a participação dos deputados federais ruralistas mineiros no PL 1876/99, tive dificuldades em encontrar informações que apresentasse o posicionamento dos deputados mineiros diante das questões colocadas pelo projeto, bem como em verificar a participação dos deputados mineiros nas comissões que foram formadas pra discutir este projeto.

4.2 LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2002 dispositivo que permite a renegociação das dívidas agrícolas.

De acordo com o Ministério da Fazenda (2007) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual (PPA). Esses documentos são, não apenas instrumentos para a gestão dos atuais governantes, como também importantes veículos de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos, a serem avaliados pelo Legislativo e pela sociedade em geral. Por isso, a LDO é composta pelo corpo principal e

por diversos anexos. Na Constituição Federal no parágrafo 2º do art. 165, escreve-se sobre a LDO:

- Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientará a elaboração da LOA - Lei Orçamentária Anual;
- Disporá sobre as alterações na legislação tributária e;
- Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Conforme apresentarei adiante a bancada ruralista têm conseguido inserir, na mesa diretora Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) representantes experientes nesta matéria. Destacarei as atribuições do Relator Geral do Orçamento cujas atribuições são mais específicas que as funções de relator já descritas - é o Parlamentar que tem a atribuição regimental exclusiva da análise, no Projeto de Lei Orçamentária, da receita, da reserva de contingência e do texto da lei, além de adequar os pareceres setoriais, preliminarmente apreciados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), propondo à mesma comissão o parecer final do projeto de lei do Plano Plurianual e orçamentária anual, que, após aprovação, é encaminhado à apreciação pelo Plenário do Congresso Nacional. Restrições no processo orçamentário são fixadas à atuação do relator, como vedação à apresentação de emendas criando programação nova. A designação do Relator-Geral e do Presidente da CMO deve observar critérios como proporcionalidade partidária e alternância entre as Casas legislativas (Senado ou Câmara dos Deputados), vedado serem ambos da mesma Casa Legislativa. (GLOSSÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007)

Os ruralistas têm utilizado a LDO como instrumento legal para conseguir parcela significativa dos recursos públicos em favor da reprodução de suas práticas patronais, bem como para ampliação da infra-estrutura voltada para a agropecuária e negócios agroindustriais. Os trechos de reportagens jornalísticas a seguir situam o leitor na investida da bancada ruralista nacional, para lograr a renegociação da dívida agrícola.

O governo cedeu à pressão da bancada ruralista e incluiu na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2002 dispositivo que permite a renegociação das dívidas agrícolas. Deputados e senadores concluíram ontem a votação da LDO e podem entrar em recesso a partir do dia 1º. Em sessão conjunta do Congresso, foram negadas propostas da oposição para aumentar o salário mínimo e o dos servidores, destinar mais recursos para a saúde, reduzir o superávit

das estatais e corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

O Ministério do Planejamento, responsável pela negociação, conseguiu evitar que o superávit de R\$ 31,7 bilhões previsto originalmente fosse reduzido, como queriam a oposição e parte da base. A autorização para renegociar dívidas agrícolas, entre R\$ 28 bilhões e R\$ 32 bilhões, foi a única mudança aprovada em plenário. Foi negociada com a relatora, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO), com aval do governo. "Conseguimos quebrar o bloco monolítico do governo", comemorou Ronaldo Caiado (PFL-GO), um dos líderes da bancada ruralista e responsável pela negociação. "Isso mostra o lado que o governo escolhe: para quem é generoso e para quem é perverso", afirmou José Genoio (PT-SP). O líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), disse que a renegociação foi só autorizada. "O governo não vai abrir as porteiras no último ano", afirmou. "É apenas uma carta de intenções", completou Ricardo Barros (PPB-PR), líder do governo na Comissão Mista de Orçamento. A bancada ruralista (com deputados e senadores, inclusive de oposição, ligados ao setor agropecuário) freqüentemente dá trabalho ao governo. Em 99, também aprovou a renegociação. Por pouco não conseguiu perdoar até 60% dos débitos dos devedores. Os ruralistas preparam um projeto para renegociar as dívidas. Segundo Caiado, coordenador da subcomissão de renegociação das dívidas agrícolas, houve três audiências públicas sobre o assunto. O primeiro passo era incluir a renegociação na LDO, atendendo à Lei de Responsabilidade Fiscal. A LDO foi enviada para sanção presidencial. Os dados propostos pelo governo foram mantidos: a meta de economia de R\$ 31,7 bilhões para pagar juros da dívida pública, a taxa de câmbio de R\$ 2,15, o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,5% e a meta de inflação de 4%. (Folha de São Paulo, 28/06/2001)

Na Comissão de Agricultura, o governo foi mais uma vez derrotado pelo grupo de parlamentares que defende o interesse dos produtores rurais, a chamada bancada ruralista. A exemplo do que ocorreu em 1999, os ruralistas conseguiram aprovar projeto do deputado Augusto Nardes (PPB-RS), que estabelece regras vantajosas para quem renegociar as dívidas agrícolas.

O projeto de renegociação das dívidas, segundo o deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), líder da bancada ruralista, tem um impacto de R\$ 400 milhões no Orçamento da União.

Pelo projeto, os débitos serão recalculados com taxa de juros de 3% ao ano, com vencimento sempre no dia 31 de outubro. O valor a ser pago anualmente será calculado com base na receita bruta de cada produtor.

A dificuldade, segundo especialistas no setor, é que o setor agrícola não tem contabilidade e, portanto, torna-se impossível a fixação da receita bruta.

O próximo passo da bancada ligada ao setor rural será tentar aprovar a urgência para votação do projeto diretamente no plenário, sem passar pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça. "Vai dar um reboleço", afirmou o deputado Nardes. (Folha de São Paulo , 20/09/2001)

Iris apela a FHC em defesa da renegociação da dívida agrícola

Conforme senador, proposta integra sugestões de entidades de classe para alavancar agricultura. Ele disse que setor deseja renegociar dívida securitizada em 20 anos

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso em favor da renegociação da dívida do produtor rural. Ele disse que essa proposta integra as sugestões para alavancar o setor agrícola apresentadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

As entidades ruralistas, segundo o parlamentar, defendem renegociação das dívidas securitizadas em 20 anos, com uma taxa de juros de 3% ao ano, retirando-se a equivalência em produto. O senador lembrou, no entanto, que para a

renegociação obter êxito o Congresso deve modificar a Medida Provisória 2.196, que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Isso, segundo ele, abriria caminho para o fortalecimento da agricultura.

Ele enfatizou que esse fortalecimento contribuiria para desenvolver o comércio exterior, o que, conforme disse, vai ao encontro do objetivo do governo, que é o de incrementar as exportações.

Iris Rezende divulgou pesquisa realizada pela CNA segundo a qual 80% dos 10 mil produtores rurais de Goiás não têm condições de pagar a parcela da dívida que vence este ano. A pesquisa, acrescentou, revela que o produtor rural acumula



Fortalecimento da agricultura aumentaria exportações, afirmou Iris Rezende

defasagem de renda de 40% de 1994 até agosto passado.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que é hora de uma mobilização do governo para poder viabilizar a so-

breviência do setor agrícola do país. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da MP 2.196, disse que o produtor rural quer pagar sua dívida, mas de acordo com suas condições.

Fonte: Jornal do Senado, Brasília, 23 de Outubro de 2001

De acordo com Relatório do Senado (2007), na Comissão que elaborou o orçamento para 2002 foi instalada em 23-5-2001 e sua composição até 14-5-2002. Participaram 22 senadores e 64 deputados. O Quadro V a seguir apresenta a composição da mesa Diretora desta comissão. Que teve o presidente e o segundo presidente representantes ruralistas, respectivamente o Senador Carlos Bezerra e o deputado Mozarildo Cavalcanti.

Quadro V – Composição da Mesa Diretora da Comissão de Orçamento para 2002:

Cargo	Nome	Partido/Estado
Presidente	Senador Carlos Bezerra	PMDB-MT
1º Vice-presidente	Deputado Santos Filho	PFL-PR
2º Vice-presidente	Senador. Mozarildo Cavalcanti	PFL-RR
3º Vice-presidente	Deputado. Virgílio Guimarães	PT-MG
Relator Geral Orçamento	Deputado Sampaio Dória	PSDB-SP

Fonte: Relatório do Senado (2007)

Os pontos que se referem aos ganhos dos ruralistas podem ser lidos na LEI Nº 10.266, DE 24 DE JULHO DE 2001, “Capítulo III - das diretrizes para elaboração dos orçamentos da União e suas alterações Seção I das Diretrizes Gerais”. Em que conseguiram incluir, em resumo e nos mesmos termos da lei: financiamento de programas de custeio e investimento agropecuário e de investimento agroindustrial; financiamento para a comercialização de produtos agropecuários, inclusive os agroecológicos, financiamento de estoques e, também, financiamento para aquisição de produtos agropecuários, financiamento de exportações, equalização de preços de comercialização de produtos agropecuários e equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, financiamento no âmbito do Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias – RECOOP e principalmente refinanciamentos de dívidas rurais.

Conseguiram também que as despesas acima referidas venham de financiamentos com recursos provenientes de: operações de crédito externas; emissão de títulos públicos federais, retorno de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos; prêmio relativo à venda, pelo Governo Federal, de contratos de opção de venda de produtos agropecuários; emissão de títulos públicos federais, destinados ao pagamento integral da liquidação das operações contratadas no âmbito do RECOOP; e emissão de títulos públicos federais, destinados a refinanciamentos de dívidas rurais.

Os financiamentos de programas de custeio e investimentos agropecuários serão destinados, exclusivamente, aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações, ressalvados aqueles financiados por recursos externos. Também poderão ser financiados com recursos não previstos I - os empréstimos e financiamentos decorrentes de programas de custeio e investimentos agropecuários destinados aos mini e pequenos produtores rurais e suas cooperativas e associações e à formação de estoques reguladores e estratégicos, determinados pelo Conselho Monetário Nacional; E as despesas com equalização de preços na comercialização de produtos agropecuários e com equalizações de taxas de juros e outros encargos em operações de crédito rural.

Pelo exposto acima, fica demonstrada a capacidade de articulação dos ruralista na CMO e quantidade de recursos públicos logrados não só para renegociação da dívida, tão repercutida na mídia, como também para comercialização, estocagem, aquisição de produtos.

Cabe ainda verificar se os benefícios conseguidos para os mini e pequenos produtores rurais, e para comercialização 'inclusive' de produtos agroecológicos foram conseguidos através de disputas frente aos interesses dos grandes produtores, ou se foram inseridos na lei de forma estratégica por parte dos ruralistas.

4.3 Participação dos Deputados Federais Ruralistas Mineiros

Dentre os deputados federais ruralistas mineiros estudados, situo na elaboração da LDO (Lei Nº 10.266), aqueles que compuseram a Comissão Mista de Planos, e Orçamentos Públicos: Aracely de Paula, Carlos Melles, Jaime Martins, Lael Varela e Odelmo Leão. Ou seja, a participação destes deputados no projeto, vai para além da mobilização Congresso para votar as pautas da bancada ruralista, decorre de uma inserção incisiva dentro das comissões.

Estes deputados participaram de maneira diferente dentro da Comissão e em diferentes legislaturas, que embora não faça parte do recorte temporal analisado (1999-2002) serão citados, no sentido de melhor entender a importância da participação deles na Comissão para a defesa dos interesses da bancada ruralista e dos próprios interesses no que se refere à manutenção de seus "currais eleitorais". Ainda demonstra que estes deputados conseguiram 'de tanto atuar nesta comissão' atingir certo 'traquejo' na condução dos seus interesses.

O Deputado Carlos Melles participou da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização como Relator – Geral OR/2000, sendo o segundo presidente, o ruralista Anivaldo Vale.

Na comissão orçamentária para 2003, cujo Presidente foi Deputado José Carlos Aleluia (que não atua na bancada ruralista), o Deputado mineiro Aracely de Paula fazia parte desta Comissão como membro titular. E os Deputados Lael Varela e Silas Brasileiro como membros titulares.

Na Proposta Orçamentária para 2007 o Deputado mineiro Jaime Martins foi indicado para o relatório da Área Temática da Justiça e Defesa.

Na Proposta Orçamentária para 2008 (LOA), o nome de Carlos Melles foi indicado pelos líderes de seu partido como um dos relatores setoriais para o Orçamento de 2008, para a Área Temática da Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Será exposto que além da renegociação das dívidas agrícolas, os deputados ruralistas têm utilizado emendas parlamentares dentro da LDO para garantir a ampliação da infra-estrutura para a agropecuária e negócios agroindustriais, para assegurar os territórios eleitorais e até mesmo para desviar recursos. Como será destacada pela peculiar participação do Deputado Federal de Minas Gerais, Lael Varela. Que foi presidente da Comissão Mista de Planos, e Orçamentos Públicos em 1998 para a elaboração da LDO de 1999.

Para o orçamento de 2002 ele foi membro como deputado titular, na mesma Comissão em que os deputados Aracely de Paula e Silas Brasileiro foram membros como deputados suplentes.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (PL Nº. 009/2002-CN) Varela também sugeriu Emendas (Nº 848, 849, 850) ao projeto dentro do Programa Corredor Leste para a construção de rodovias federais no Estado de Minas Gerais – BR 352/MG trecho Abadia dos Dourados - Divisa MG/GO. Justificando se tratar de uma rodovia de ligação entre estados com escoamento de produções agrícolas e industriais por meio da mesma e ligação entre importantes municípios da região e dos dois estados da União.

Ainda neste programa solicita construção de rodovias federais no estado de Minas Gerais, BR 356 Minas Gerais - trecho: Ervália - Muriaé - Divisa MG/RJ, municípios que fazem parte de seu território eleitoral, o deputado justificou a importância desta obra como via de ligação entre dois dos principais estados da União, com forte escoamento de produtos industrializados de produtos agrícolas, assim como, via de ligação entre importantes municípios do estado de Minas Gerais.

Solicitou também a inclusão de programa e respectiva ação, constantes do Plano Pluri-Anual 2000-2003 também referente ao Corredor Leste na BR 482/MG entroncamento BR 040 – Viçosa. Com a justificativa que é uma obra de vital importância para zona da mata mineira que constitui importante alternativa de tráfego de BR 040, para ligação aos estados do Rio de Janeiro e sul do Espírito Santos, com a capital mineira. Propôs a inclusão desta obra no anexo de metas e prioridades para 2003. Já que 80% do trecho encontrava-se concluído.

Na LDO de 2005 Lael Varela participou como autor de Emendas (13710001/02/03) ao projeto de Lei, trazendo as seguintes proposições dentro do “Proágua

Infra-estrutura” para construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais, a justificativa apresentada pelo deputado é de que a Barragem seria fundamental para o Sistema de Abastecimento de Água em Minas Gerais. Dentro do mesmo programa solicitava a Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais, importante barragem localizada no Norte de Minas Gerais, fundamental para a geração de empregos e de excedentes exportáveis. E ainda em trecho do Corredor São Francisco solicitou a construção de contornos ferroviários no Estado de Minas Gerais justificando que a Construção do Contorno Ferroviário de Montes Claros por era fundamental para permitir a redução de acidentes de trânsito naquela importante metrópole do norte de Minas Gerais. Lael Varela esteve envolvido em processo judicial porque foi questionada a regularidade e legitimidade dos vários convênios celebrados pelo Ministério da Saúde com a Fundação Cristiano Varella, constituída pelo Deputado e pela sua família. O objetivo dos contratos apresentados por ele foi de construir hospital de grande porte e comprar equipamentos, e a manutenção e o custeio do Instituto Maria da Glória Ferreira - Hospital do Câncer no Município de Muriaé-MG. Inteiramente com recursos públicos, violando as Leis de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 1999 e de 2000. O convênio mencionado fala em valores de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais). O documento oficial a seguir problematiza este fato.

[...] Ocorre que este Instituto sequer existia por ocasião da celebração dos convênios e da liberação dos recursos e seria ainda criado no âmbito da Fundação Cristiano Varella. A Fundação Cristiano Varella logrou comprovar que foi instituída sem fins lucrativos. Jamais demonstrou, todavia, nenhuma capacidade técnico-operacional em ações de saúde e em atendimento direto e gratuito ao público.

Segundo detidamente exposto pela Secex-MG, a Fundação tinha sede na Chácara da Glória, de propriedade do Deputado Federal Lael Varella e funcionava em estande isolado, instalado no recinto da 44ª Exposição Agropecuária. Segundo os analistas do TCU (Tribunal de Contas da União), desde a sua criação até aquele momento, a única atividade que a Fundação realizara foi a distribuição de panfletos, cedidos pelo Instituto Nacional do Câncer, e esclarecimentos aos visitantes. [...] (TCU – Secretaria Geral das Seções - ATA Nº 53, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2001-Sessão Extraordinária do Plenário)

Seguindo a mesma linha de atuação do Deputado Lael Varella, na LDO para o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 (PL Nº. 009/2002-CN) o deputado

mineiro Odelmo Leão também através de Emendas (nº 75, 76, 77, 78, 79) realizou proposições visando garantir a ampliação da infra-estrutura para a agropecuária e negócios agroindustriais, e para assegurar os territórios eleitorais.

Dentro do programa segurança nas rodovias federais solicitou eliminação de pontos críticos - BR 050/MG - contorno de Uberlândia dada a existência de elevado número de pontos críticos na malha rodoviária federal de Minas Gerais, justificando tal obra pela falta de segurança e pela importância da maior extensão da malha rodoviária federal do estado de Minas Gerais.

E também para o já referido Corredor Leste solicitou adequação de rodovias federais - BR 365/MG Patrocínio - Uberlândia – Monte Alegre - Trevão – Ituiutaba. Ainda no Corredor Leste solicitou a construção de rodovias federais - BR 455/MG - Uberlândia - ponte sobre o Rio Cabaçal. Construção de rodovias federais - BR 452/MG - Araxá – Uberlândia adequação de rodovias federais - BR 050/MG divisa GO/MG - divisa MG/SP. Ambos com a justificativa da maior extensão da malha rodoviária federal do estado de Minas Gerais e que faz interligação entre as regiões econômicas e estados de integração econômica nacional.

Diante do que foi apresentado, a participação dos deputados mineiros na Comissão Mista de Planos, e Orçamentos Públicos tem sido relevante para a bancada ruralista, uma vez que são figuras de tradição na política, e para estes deputados participar da elaboração da LDO, é mais um trunfo para fazer ecoar suas ações em seus 'currais eleitorais', ao mesmo tempo que ampliam a infra-estrutura para a escoamento, armazenagem e comercialização de produtos voltados para a agropecuária.

Ainda se faz necessário estudar dentro deste mecanismo a atuação de todos os deputados ruralistas que fazem parte da bancada, aqui me dediquei a falar somente dos deputados mineiros da legislatura de 1999-2003.

5. CONSIDERAÇÕES

Este estudo constituiu sistematização de dados e análise acerca de alguns representantes no Congresso da ação geopolítica ruralista, dentro das territorialidades estabelecidas no Estado de Minas Gerais, mas a ação da bancada e dos representantes ruralistas estão aí por quase todo o território nacional e precisamos enfrentar também cientificamente este desafio.

Os políticos mineiros, os deputados da bancada ruralista, os prefeitos dos municípios, as suas tradicionais famílias que se perpetuam na política, os fazendeiros e empresários rurais que os apóiam em novos discursos, e em velhas práticas, dentro de uma estrutura burocrática que se propõe democrática e participativa, contraditoriamente governada, comandada em seus mecanismos de ação por agentes tradicionais que praticam uma geopolítica nada silenciosa, mas em certa medida abafada pela mídia e pela produção científica.

Como bem colocou Regina Bruno (2005) '*Com a boca torta pelo uso do cachimbo*' é o que tem sido a geopolítica ruralista, a reprodução de velhos hábitos, a manutenção da velha prática dos currais eleitorais, que aqui procurei entender como territórios eleitorais. Territórios de uma ação '*eleitoreira*' tradicional e assistencialista, e de '*modernização da infra-estrutura para o agro*' basta recorrer às ações divulgadas pelos apoiadores dos ruralistas nas diversas cidades mineiras, desde aquelas pequenas e desconhecidas pela maioria dos mineiros como as grandes e médias cidades reconhecidas nacionalmente, para onde foram trocados votos por ambulância, creches, prédios de posto saúde e hospital, computadores, ou mesmo pela visita ilustre do deputado em algum evento de tradição na cidade.

Por trás destas '*bem intencionadas ações*', mais uma histórica dívida agrícola dos empresários rurais com os cofres públicos, que é renegociada, a tentativa de aprovação de uma legislação florestal totalmente permissiva à expansão de áreas agrícolas sobre os Domínio do Cerrado e da Amazônia, bem como a transferência de responsabilidades ao poder público pela degradação ambiental.

Os deputados mineiros da bancada ruralista assumem importante papel nestas articulações, seja através; dos 'novos deputados', se é que assim podem ser reconhecidos, novos somente no tempo de permanência nas Legislaturas, uma vez que, carregam em sua trajetória política a herança de um fazer político tradicional herdado do pai deputado, bem como do aprendizado possibilitado pelos laços patronais de sociabilidade construídos 'do curral ao plenário'. Ou mais eficientemente pela representação dos reconhecidos deputados que se perpetuam no Congresso por legislaturas consecutivas, auferindo de sua experiência na estrutura burocrática do Estado para manter os privilégios das elites patronais, do qual são agentes, sua estratégia demonstra com isso grande poder de articulação e manipulação, embora alguns destes parlamentares encontrem-se envolvidos em esquemas de corrupção.

Fontes Bibliográficas:

ALVES, Eliseu R. A. & PASTORE, José. **“Uma Nova Abordagem para a Pesquisa Agrícola no Brasil”** - REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol 15, 1977.

BELIK, Walter. **“Estado, grupos de interesse e a formulação de políticas para a agropecuária brasileira”**, REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol.36 N° 1,1998

BRUNO, R. A. L. **“Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil”**. In: Moreira, Roberto José; Carvalho Costa, Luiz Flávio. (Org.). Mundo Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, v. 1, p. 01-316.

BRUNO, Regina & CARNEIRO, Olavo Brandão (2007); **“Relatório Parcial do Projeto de Pesquisa: “Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo”**. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Junho de 2007

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR – DIAP. **“Quem foi quem nas reformas constitucionais - MG”**, 1998.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: 2002, 304 p.

LOPES, Mauro Rezende, **“As organizações políticas dos produtores e o novo equilíbrio de Forças na formulação de política agrícola no Brasil”**, REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol 26, n° 2, 1988

MENDONÇA, Sônia Regina de, **Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 219 p.

MENDONÇA, Sônia Regina de, **'Ruralismo'**, In: MOTTA, Márcia (org.) Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 410 – 414

MORAES, Márcia Azenha Ferraz Dias de, **“A desregulamentação do setor sucroalcooleiro e as novas formas de atuação do Estado”** REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER - (2000)

MORAES, Plínio Guimarães, **“Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira”**, In: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA (ABRA) ano 17, nº2, agosto a novembro, 1987, 17-33 p.

MUELLER, Charles Curt, **“A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil”** - Charles Curt Mueller 1983

MUELLER, Charles Curt, **“Evolução Agrícola e Características do Setor Público Agrícola no Brasil - As Bases de seu Modesto Desempenho”**, REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol 26, nº 3, 1988

ORTEGA, Antonio César, **“Corporativismo e novas formas de representação de interesses na agricultura: uma abordagem teórica”** – REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol.36 Nº 4,1998

ORTEGA, Antônio César, **“A Representação dos Interesses Patronais na Agricultura Brasileira”**, In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Curitiba – PR 31 de Julho a 03 de agosto 1995. Anais do XXXIII CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL “Política Agrícola e Abertura de Mercado”, vol. II, Brasília – DF, SOBER, 1995.

PINTO, Luis Carlos Guedes, **“Grupos de Interesse e Crédito Rural”**, REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol 19, nº Especial, 1981

SILVA, José Graziano da, **”A gestão das políticas na Agricultura Brasileira Moderna”** - (1989), REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol 27, nº 3, 1989.

SILVA, José Graziano da, "As representações empresariais da agricultura brasileira moderna: As disputas na transição para a democracia, 1985/1989". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Campinas, SP 28 de Julho a 1º de Agosto de 1991. ANAIS DO XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Brasília - DF, SOBER, 1991.

VEIGA, Alberto, "Agricultura no Processo Político: o caso brasileiro" REVISTA DA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, vol.23 N° 2,1985

VIANA, Maurício Boratto (2004) – "A Contribuição Parlamentar para a Política Florestal no Brasil" Consultoria Legislativa da Área XI Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional, Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados, Estudo Setembro/2004.

Sítios Eletrônicos /Documentos Oficiais:

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café(2003), Boletim da Associação Brasileira da Indústria de Café, nº 354, de 16 a 29 de agosto de 2003

AGÊNCIA CÂMARA (2006) – reportagem 13/12/2006 – Disponível em www.camara.gov.br

ALMG (2007) - Assembléia Legislativa de Minas Gerais disponível em:

<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=assembleia&diretorio=eleitos2006&arquivo=eleitos&canidato=45800>

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2004) - Departamento de Comissões Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Relatório de Atividades. Janeiro de 2004. Disponível em

<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cec/relatorios/relat2003.pdf>

CNC - Conselho Nacional do Café - <http://www.cncafe.com.br/>

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – “Quem foi quem nas reformas constitucionais - MG”, 1998. disponível em:

http://www.diap.org.br/quem02/pdf/94_98/quem_MG.pdf

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. “Prefeitáveis” **Série** Atuação Parlamentar Edição n° 1, Ano I – 2000 disponível em:

<http://www.diap.org.br/publicidades/PDF/Prefeitaveis02.pdf>

ECOFALANTE, 2005 – “Arquivo Projeto de lei ameaça as florestas” Disponível em

<http://ecofalante.terra.com.br/sub/noticias.old.php?set=199>

INFORMATIVO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MINDURI, n° 06 janeiro de 2006

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG — **Data da publicação:** 31 de dezembro de 2006— Ano III — edição n.º 67.

CARLOS MELLES (2007) - www.melles.com.br consultado em 27-05-07

MINISTÉRIO DA FAZENDA (2007) -

http://www.stn.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp

OURO FINO ONLINE (2007):

http://www.ourofinoonline.com.br/titulo-edmar_leonardo_060607.htm

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ (2005)

www.araxa.mg.gov.br/noticias.asp?auto=538

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS 2007 - www.camposaltos.mg.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU (2007) - www.paraguacu.mg.gov.br/saude.htm

REVISTA DO AGRONEGÓCIO CAFÉ (2007) -

<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=10029>

RELATÓRIO DO SENADO (2007)

Fonte: http://www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2002/058-CN-Comissoes.pdf

RESOLUÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS nº 20, de 2004

SENADO FEDERAL -

<http://www.senado.gov.br/web/senador/aeltonfreitas/noticias/Release%2004-06.htm>

SILEG (2007) - Sistema de Informações Legislativas

TSE (2002) – Tribunal Superior Eleitoral – “Vota Brasil Eleições 2002 Análise de Desempenho Eleitoral para Deputado Federal, Sílas Brasileiro”, 2002

Disponível em:

<http://www.tse.gov.br/partidos/desempenho/depCand/mg/df/mgdf1570.htm>